

É preciso fazer parar a revisão da lei da greve

Todos à jornada
da CGTP amanhã
junto ao Centro
Cultural de Belém

Nota
da
Comissão
Política
do CC do PCP

Pág. 3

Portugal

de progresso e justiça
numa Europa
de paz
e cooperação.

SIM

Maastricht Não!

Partido Comunista Português

«A grande prioridade nacional é um intenso confronto pluralista de ideias e opiniões»

Resolução do CC - Págs. 4 e 5
Dossier Maastricht - Págs. 6 e 7

Jornada de esclarecimento do PCP a 25, 26, 27 e 28 de Junho



Harkishan Surgeet e Álvaro Cunhal participaram num comício de amizade na Baixa da Banheira

Visita a Portugal de delegação do PC da Índia

Págs. 16,17 e 18



Desenhar a Festa

— O trabalho
do Gabinete de Projecto
da Festa do «Avante!»

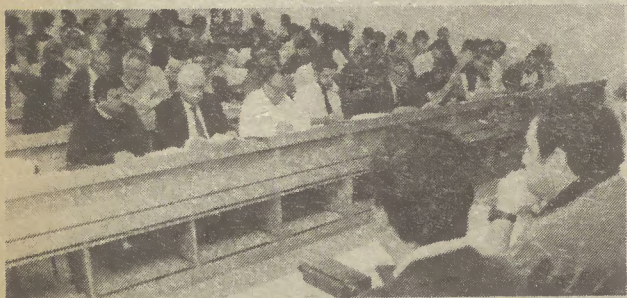
Pág. 21

Comunistas madeirenses preparam eleições

— Comício
com Álvaro Cunhal
no Funchal

Pág. 10/11

Maastricht o conteúdo e a participação



O Comité Central do PCP discute Maastricht e a intervenção do Partido

RESUMO

16 Terça-feira

Entram em greve os trabalhadores aduaneiros e em despachantes, e os do Iroma ■ A Anafre anuncia uma concentração em Belém para dia 27, pelo cumprimento da Carta Europeia da Autonomia Local ■ Cavaco Silva inicia em Atenas uma ronda pelas capitais dos doze, preparando o Conselho Europeu de Lisboa ■ Líderes socialistas e social-democratas da Europa concluem em Lisboa uma cimeira de dois dias ■ Os presidentes Bush e Ieltsin anunciam em Washington um acordo entre os EUA e a Rússia para a redução de armamentos estratégicos ■ Fidel Ramos é declarado vencedor das eleições presidenciais nas Filipinas ■ Nelson Mandela anuncia o lançamento pelo ANC da Operação Exit, uma campanha pelo aceleramento da democracia.

17 Quarta-feira

Trabalhadores aduaneiros cortam o trânsito na fronteira de Vilar Formoso ■ Um relatório da Feshot denuncia a existência de salários em atraso em, pelo menos, 14 hotéis algarvios ■ O CC do PCP discute o tratado de Maastricht e define linhas de intervenção do Partido ■ Discute-se na AR o decreto sobre racionalização das Forças Armadas, vetado pelo PR e que o PSD apresentou sem alterações no parlamento ■ Reúne o Conselho Nacional da CGTP ■ Em referendos na Faculdade de Letras e no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa os estudantes rejeitam o aumento das propinas ■ O Senado francês aprova a revisão constitucional que permite ratificar o tratado de Maastricht ■ O presidente Kravtchuk admite em Paris que há risco de confronto entre a Ucrânia e a Rússia ■ A PJ anuncia a apreensão de 1800 quilos de cocaína ■ O prémio da APE é atribuído a José Saramago pelo *EvangELHO segundo Jesus Cristo*.

18 Quinta-feira

A Alta Autoridade para a Comunicação Social decide, por unanimidade, advertir a RTP de que deve definir publicamente quais os seus critérios jornalísticos ■ 69 por cento dos votantes pronunciam-se a favor da ratificação do tratado de Maastricht pela Irlanda ■ Com a participação de polícias brancos sul-africanos, dezenas de pessoas são chacinadas no acampamento de Boipatong ■ Reacendem-se os confrontos no Nagorno-Karabakh ■ Líderes checos e eslovacos acordam constituir um governo de transição que deverá preparar a divisão dos dois estados ■ Envolvendo *hooligans* ingleses, neonazis alemães e *skins* suecos, voltam a verificar-se graves distúrbios na Suécia, onde decorre o Campeonato da Europa de Futebol.

19 Sexta-feira

A greve nos CTT regista uma adesão de 95 por cento, segundo fontes sindicais ■ Os jardineiros aderem à greve parcial do pessoal operário da CM de Lisboa, iniciada há quatro dias ■ Chevardnadze acusa a Rússia de agressão directa à Geórgia na Ossétia do Sul.

20 Sábado

Aduaneiros anunciam o prolongamento da greve até dia 29 ■ Sapadores e CM do Porto chegam a acordo, pondo termo à greve aos serviços internos que durava há várias semanas ■ Frederik de Klerk é obrigado pelos protestos da multidão a interromper uma visita a Boipatong ■ Vaclav Klaus e Vladimir Meciar assinam o acordo para o processo de divisão da Checoslováquia, a iniciar em 30 de Setembro ■ É destituído o ministro do Interior polaco, responsável pela divulgação de listas de pessoas suspeitas de colaborar com o anterior regime e entre as quais figurava Lech Walesa ■ *Levanta-do do Chão*, de José Saramago, é um dos três vencedores do Prémio Flaiano de Literatura, da italiana Casa Bompiani.

21 Domingo

Com a participação de Álvaro Cunhal, realiza-se no Funchal o encontro regional da CDU/Madeira ■ Carlos Carvalhas participa em Viseu num encontro de quadros do PCP ■ O CDS decide fazer um referendo interno sobre a posição a tomar face ao tratado de Maastricht ■ Jacques Delors admite à TFI a hipótese de um «regime especial» para a Dinamarca e outros estados membros da CE que não ratifiquem os acordos de Maastricht ■ O ANC anuncia que suspende as negociações bilaterais com o governo da África do Sul ■ Com o actual presidente por único candidato, realizam-se eleições presidenciais no Turquemenistão.

22 Segunda-feira

Aduaneiros fazem junto do Centro Cultural de Belém o enterro simbólico da profissão ■ Com Álvaro Cunhal e H.S. Surjeet, realiza-se na Baixa da Banheira um comício da amizade PCP/PCI(M) ■ Os ministros dos Transportes da CE aprovam no Luxemburgo a liberalização do espaço aéreo ■ O sub-secretário da Defesa dos EUA considera insuficiente o inquérito indonésio sobre o massacre de 12 de Novembro em Dili ■ Prosseguem os protestos, iniciados há quatro dias, de agricultores polacos que bloqueiam estradas no Noroeste e Sudoeste do país ■ Começa em Paris o julgamento dos quatro responsáveis pela distribuição, em 1984 e 85, de produtos sanguíneos contaminados com Sida.

23 Terça-feira

Lisboa ganha o concurso para a organização da exposição internacional Expo 98, cuja organização vai permitir a remodelação da zona oriental da capital portuguesa ■ A Comissão Política do PCP critica o desempenho político do Governo na presidência portuguesa da Comunidade Europeia, denunciando o carácter mediático que se quer atribuir à Cimeira de Chefes de Estado que encerrará os últimos seis meses de condução dos destinos da CEE ■ Os trabalhistas em Israel saem vencedores das eleições legislativas, indo substituir no poder o bloco de direita Likud que há 15 anos governava os destinos do país.

A necessidade de se centrar o debate sobre Maastricht no próprio conteúdo do Tratado da União Europeia, conta-se entre as mais importantes orientações aprovadas pela última reunião do Comité Central do PCP.

Salienta-se por isso mesmo, na resolução de 17 de Junho, que «o grande debate e o fundamental confronto de opiniões que é necessário colocar no primeiro plano da vida nacional é o confronto entre defensores e opositores do Tratado de Maastricht».

Esta posição não diminui a grande importância que o PCP atribui à participação popular no processo de ratificação, incluindo com recurso ao instituto do referendo. Mas conduz à **distinção dos que usam a reclamação da participação popular, em especial o movimento pró-referendo, como um biombo atrás do qual escondem as suas opiniões favoráveis ao sim a Maastricht e o seu verdadeiro proselitismo para envolver e responsabilizar o nosso povo na aprovação do Tratado.**

A imprensa do último fim de semana, vários programas de rádio e de televisão do mesmo período, são o vivo retrato da mistificação a que se quer reduzir o debate sobre Maastricht. As posições do Comité Central do PCP foram, mais uma vez, silenciadas ou mutiladas e deformadas. A propósito do Tratado fala-se de tudo que lhe é marginal, fala-se do referendo, páginas inteiras e emissões demoradas, mas evita-se propositadamente falar do seu conteúdo, soluções e consequências.

O PSD e o PS adoptam semelhante atitude reafirmando abundantemente a sua incondicional aprovação de Maastricht, mas evitam abordar concretamente as vantagens e inconvenientes que acarreta para o país.

A má consciência dos defensores do Tratado da União Europeia evidencia-se na maneira como fogem a apreciar as suas disposições substanciais.

Pelo contrário, o PCP ao decidir lançar «uma campanha de esclarecimento sobre o conteúdo, significado e consequências do Tratado de Maastricht», tem em vista fundamentalmente com mais ampla informação a sua firme oposição ao Tratado e proporcionar ao povo português uma participação consciente numa decisão nacional da maior importância para o futuro do país.

Entronca, também, nesta preocupação, na compreensão da crescente aspiração à realização de uma consulta popular e na necessidade de dar combate no terreno institucional aos planos do PSD e do PS, a decisão do Comité Central de encarregar o Gru-

po Parlamentar de apresentar uma proposta de alteração em sede de Lei de Revisão da Constituição que torne possível, excepcionalmente, um referendo sobre o Tratado de Maastricht.

O «Avante!» contribui para esta intensa campanha de esclarecimento não só dando o maior destaque às posições da Direcção e dos dirigentes do Partido sobre a matéria, mas produzindo os seus próprios materiais de esclarecimento como acontece neste número.

É imperioso que os defensores de Maastricht, em especial o PSD e o PS que se preparam para concretizar a sua aprovação parlamentar (que em certo sentido já iniciaram com a deci-

Ponto especialmente grave da perversão da democracia política, no nosso país, é a ofensiva reaccionária contra os direitos dos trabalhadores, de modo especialmente inquietante o processo em curso na Assembleia da República, da iniciativa do PSD, CDS e das Condeferações patronais, visando a severa limitação do exercício do direito à greve.

são da abertura da Revisão da Constituição), respondam concretamente às acusações que o PCP e outros opositores fazem ao Tratado e que hoje já pairam na opinião pública.

É especialmente importante que digam se é ou não é verdade que a aprovação e a ratificação de Maastricht desencadeia um processo de transferências de soberania para instâncias supranacionais, sem controlo democrático, em áreas das mais sensíveis para a salvaguarda da independência nacional.

Concretizando: é ou não é verdade que o nosso país será compelido a abandonar parte dos seus poderes soberanos em relação à emissão de moeda, às políticas monetária e orçamental, às políticas externa, de defesa, de segurança interna e de imigração?

Os defensores do Tratado não podem, também, contestar que ele significa maior sujeição do desenvolvimento económico e social do país aos

interesses dos Estados mais poderosos e às estratégias das transnacionais das comunidades.

Não sofre contestação também, ao contrário do que tem sido dito e repetido pelo Primeiro Ministro, por outros dirigentes do PSD e do PS, que a concepção de união europeia subjacente ao Tratado de Maastricht assente em bases federalistas e, a não ser firmemente contrariada, compreende uma evolução de progressiva perda de autonomia, independência e soberania nacionais dos Estados-membros.

A transferência de soberanias, o reforço da supranacionalidade, a dinâmica federalista assumem ainda maior gravidade porque, ao mesmo tempo, não se atenua, mas aprofunda-se o **défi ce democrático no funcionamento das instituições e diminui o peso dos pequenos países nas decisões comunitárias.**

Quanto ao **défi ce democrático** é caso para dizer que já cá temos que nos chegue. Como Álvaro Cunhal salientou ao discursar no encerramento do Encontro Regional da Madeira da CDU, no Funchal, «o **défi ce democrático** está a ser instaurado em todo o país pelo Governo do PSD de Cavaco Silva».

Com efeito, a governamentalização, o autoritarismo, o abuso do poder, traços essencialmente marcantes da actuação governamental do PSD, agravam-se com novas iniciativas e práticas, como a revisão das leis eleitorais, a guerrilha institucional com o Presidente da República, a chamada reforma do parlamento, os ataques ao direito à informação a propósito do segredo de Estado, a intolerável e inconstitucional vigilância dos serviços de informações sobre actividades sindicais, associativas e políticas.

Ponto especialmente grave da perversão da democracia política, no nosso país, é a ofensiva reaccionária contra os direitos dos trabalhadores, de modo especialmente inquietante o processo em curso na Assembleia da República, da iniciativa do PSD, CDS e das Condeferações patronais, visando a severa limitação do exercício do direito à greve.

A jornada da CGTP, fixada para 26 de Junho, contra a alteração da Lei da Greve, em defesa dos direitos dos trabalhadores e por melhores condições de vida, comporta um incisivo apelo à participação não apenas dos trabalhadores, mas de quantos queiram combater a generalização do **défi ce democrático** e a progressiva degradação da democracia política.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Vanda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 5.707\$50
ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00
MACAU — 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Nota da Comissão Política

Revisão da lei da greve põe em causa direitos fundamentais

A Comissão Política do Comité Central do PCP, na sua reunião de ontem, analisou aspectos da situação económica, política e social e sublinhou o facto de o Governo de Cavaco Silva acentuar os seus ataques à democracia política ao mesmo tempo que prossegue uma política de ataque a direitos e interesses fundamentais dos trabalhadores e do povo português, com grave incidência nas suas condições de vida.

1. A Comissão Política salientou que a pressa com que o PSD quer rever a Lei da Greve, como se de um grande problema nacional se tratasse, só confirma que a violação de direitos democráticos fundamentais se tornou numa via normal da política do PSD e do seu Governo.

O projecto de revisão da Lei da Greve do PSD, não se distingue, nas questões essenciais do apresentado pelo CDS (o que confirma um trabalho conjugado a favor do patronato) e em alguns aspectos até o agrava, restringindo o direito dos sindicatos de decidirem o recurso à greve, limitando drasticamente o seu exercício em importantes sectores (professores, bancários, transportes, energia, combustíveis, portos) e introduzindo graves mecanismos de carácter repressivo contra os grevistas.

A Comissão Política chama mais uma vez a atenção dos trabalhadores e da opinião pública democrática de que estes projectos de revisão da Lei da Greve, põem em causa um dos direitos fundamentais dos trabalhadores e, por isso mesmo, prefiguram um ataque ao próprio regime democrático consagrado na Constituição, perigo contra o qual se devem mobilizar todos os trabalhadores e os diferentes sectores democráticos.

A Comissão Política manifesta o seu inteiro apoio à jornada de luta da CGTP-IN marcada para sexta-feira, contra as alterações à Lei da Greve, pela defesa dos direitos dos trabalhadores, pela melhoria das condições de vida, apelando aos militantes do Partido, para uma intervenção activa na preparação da jornada, nomeadamente para garantir o sucesso da concentração marcada para Belém.

2. A Comissão Política concluiu que a situação social se continua a deteriorar, que se acumulam novos sintomas de agravamento, sem que o Governo, mais preocupado com o leilão do Sector Empresarial do Estado e com operações de subserviência no domínio da Comunidade Europeia, dê mostras de tomar medidas para alterar uma situação que afecta em primeiro lugar os trabalhadores e camadas tão sacrificadas, como são os reformados e pensionistas.

Cresce o desemprego e agrava-se a qualidade do emprego. A desertificação de algumas regiões do interior, está a criar gravíssimos problemas sociais.

O custo de vida sofreu um forte agravamento. A insistência do Governo em referenciais contratuais baseados em injustificadas previsões de taxas de inflação, só faz confirmar que a degradação dos salários se tornou um dos objectivos da política económica do Governo.

O agravamento da situação financeira da Segurança Social — expressão muito directa da política social do Governo — contraria uma eventual melhoria das prestações sociais e põe em risco todo o sistema de segurança social.

A Comissão Política chama a atenção das diferentes forças políticas e sociais para a gravidade que de novo assumem dramáticos fenómenos de carácter social como são os problemas dos salários em atraso e do trabalho infantil, fenómenos que têm uma relação muito directa com a política do Governo e a impunidade de que goza o patronato.

3. A Comissão Política volta a chamar a atenção para a degradação da democracia política que continua acentuar-se com a actuação e novas iniciativas do Governo e do PSD.

A governamentalização, o autoritarismo, o abuso do poder que se tornaram traços especialmente característicos da governação de Cavaco Silva têm perigosos desenvolvimentos em curso. É a tentativa de revisão de todas as leis eleitorais para facilitar a obtenção de maiorias por parte do PSD. É a guerrilha institucional com o Presidente da República para tentar impedi-lo de fazer uso das suas competências constitucionais. É agora a chamada reforma do parlamento, que o PSD quer impor aos demais partidos, visando restringir as reuniões plenárias e desta forma restringir a intervenção política da Assembleia e reduzindo os seus poderes de fiscalização, designadamente com a limitação dos inquéritos parlamentares, ao mesmo tempo que tenta aumentar a intervenção governamental e os poderes discricionários do Presidente da Assembleia.

Inscrevem-se na mesma direcção as tentativas redutoras dos direitos dos cidadãos e, em especial, dos trabalhadores (com saliência para o processo em curso na Assembleia em relação ao direito à greve) e da liberdade de informação com as novas manobras que se desenvolvem no partido do Governo em relação ao segredo de Estado.

Reveste particular gravidade a confirmação da existência de vigilâncias feitas pelos serviços de informações à actividade de sindicatos e de movimentos estudantis, vindo a público no relatório do Conselho de Fiscalização parlamentar daqueles serviços recentemente divulgado.

Em face disto, o PCP não aceita a afirmação constante no mesmo relatório de que os serviços de informações “funcionam no respeito pela Constituição”, antes considera que com tais afirmações se está a pretender legitimar práticas anti-constitucionais que a opinião democrática do país não pode tolerar.

4. A Comissão Política analisou o envio pelo Presidente da República para o Tribunal Constitucional da “Lei dos disponíveis” (decreto-lei que “racionaliza o emprego dos recursos humanos na Administração Pública”) e do diploma que extingue a empresa que gere o Teatro Nacional de S. Carlos.

Este acto assume uma importância particular por, embora inserindo-se no exercício normal dos poderes presidenciais, ocorrer no momento em que o PSD conduz uma campanha arrogante e desabrida contra o Presidente da República, no sentido de ele assumir um papel decorativo e se abster de assumir as funções que a Constituição lhe atribui.

A “Lei dos disponíveis”, como a Comissão Política oportunamente sublinhou, é um diploma que semeia a insegurança e incerteza entre centenas de milhares de trabalhadores da função pública, que vêem os seus postos de trabalho em risco. Longe de garantir a “gestão racional de recursos humanos”, visa reforçar o controlo partidário da Administração Pública, preterindo a sua necessária isenção e a qualidade do serviço público.

A percentagem de trabalhadores da Função Pública portuguesa em relação à população activa é das mais baixas da CEE e da OCDE. A Administração Pública não só não tem, globalmente, trabalhadores a mais, como não assegura parte importante de funções necessárias para garantir e alargar o exercício efectivo do direito à educação, à saúde, à cultura, ao ambiente, etc.

A extinção da empresa que gere o Teatro Nacional de S. Carlos não só se configura como um despedimento colectivo como constitui um inadmissível retrocesso na concretização do direito à cultura consagrado na Constituição.

A “Lei dos disponíveis” insere-se num processo de desresponsabilização do Estado em relação à garantia de direitos dos cidadãos que o PCP rejeita e combate com firmeza.

5. A Comissão Política analisou a evolução da conjuntura económica, constatando que os resultados que vão sendo conhecidos confirmam no essencial as análises e previsões do PCP, e desmentem de forma categórica as promessas governamentais.

A taxa de inflação tem vindo a acelerar nos três últimos meses, atingindo em Maio os 9,8%, sendo hoje inequívoco que a taxa média de 8% para o ano de 1992, prometida pelo Governo, é já inatingível (apesar da baixa administrativa de cerca de 1 ponto percentual resultante do novo Índice de Preços no Consumidor), com manifestos prejuízos para os trabalhadores cujas actualizações salariais, com a complacência da UGT, assentaram naquela falaciosa previsão governamental.

Registe-se, ainda, que o Governo é agora o primeiro a atribuir a aceleração da taxa de inflação, aos efeitos das alterações ao IVA quando é certo que durante o debate orçamental o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças garantiram publicamente, com argumentos alegadamente técnico-científicos (na altura desmistificados pelo PCP), que o aumento da tributação em IVA não teria quaisquer consequências sobre a taxa de inflação.

Por outro lado, as taxas de juro dos empréstimos bancários mantêm-se estagnadas a níveis excessivamente elevados, atingindo pesadamente as actividades e empresas produtivas, negando de forma inofismável a propaganda do Primeiro-Ministro de que a adesão do escudo ao mecanismo de taxas de câmbio do SME (Sistema Monetário Europeu) determinaria, só por si, uma rápida descida das taxas de juro.

A Comissão Política do PCP chama igualmente a atenção para os efeitos negativos da política cambial do Governo sobre a actividade produtiva em geral e, em especial, sobre

as empresas exportadoras. É gravosa a persistência do Governo numa política incongruente que conduz a que o escudo se apresente como a moeda mais forte do SME e, simultaneamente, se prolongue a situação de forte desaceleração do Produto e do Investimento registada em 1991, se agravem as dificuldades económicas em múltiplos sectores de actividade (agricultura, têxteis, metalomecânica,...) e se multipliquem as situações de empresas com salários em atraso.

Tal como já se verificou em 1991, a evolução económica no ano corrente confirma a inadequação e o fracasso da política económica do Governo de Cavaco Silva, que beneficia as componentes financeira e especulativa em prejuízo das actividades directamente produtivas e dos rendimentos dos trabalhadores.

6. Sem prejuízo de uma futura análise mais aprofundada à Presidência Portuguesa da CE, a Comissão Política chama desde já a atenção para alguns aspectos dessa presidência.

No programa da Presidência da CE para o primeiro semestre de 1992, o Governo português considerava que o Pacote Delors II era a “chave” dos “grandes compromissos que os Doze tinham fixado para realizar a União Política e a União Económica e Monetária”, acrescentando que “todo o atraso na sua aprovação seria geradora de instabilidade na vida comunitária” ..., que o “Pacote Delors II permitiria o indispensável reforço da Coesão Económica e Social”.

Mas os países ricos disseram não aos seus compromissos e o Governo português, dando o dito por não dito, apressa-se agora a cozinhar, com o PS, a aprovação do Tratado de Maastricht e declara-se satisfeito com a aprovação de um documento político de formulações genéricas, sem compromissos financeiros, sem a duplicação dos Fundos Estruturais.

O mesmo juízo se pode fazer quando se comparam os compromissos da Presidência Portuguesa, por exemplo, em matéria de política social, ou em relação às medidas que permitiriam “consolidar a modernização dos sectores industriais mais vulneráveis”, ou ainda em relação ao compromisso particular de “promover um grande debate sobre a questão das relações entre a Ciência e a Técnica ...”

E o proclamado “êxito histórico” da reforma da PAC (que aliás continua “embrulhada” face às posições da Itália e da França) significará mais uma forte machadada na agricultura portuguesa e no agravamento do nosso crónico e estrutural défice agro-alimentar.

O Governo português encara esta Cimeira da sua primeira Presidência como uma grande operação mediática.

A Comissão Política considera que o que os trabalhadores e o povo português gostariam de ver aprovado nesta Cimeira, não eram altissonantes declarações genéricas, mas sim questões muito concretas, como por exemplo, a redução do horário de trabalho semanal máximo para 40 horas, a protecção efectiva à mulher grávida, a duplicação dos Fundos Estruturais, o apoio à autodeterminação e à independência de Timor Leste.

7. As recentes visitas de Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, e Carlos Carvalhas, Secretário-Geral Adjunto, respectivamente às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, inseriram-se no desenvolvimento da actividade geral das Organizações Regionais do PCP assim como da CDU na preparação das próximas eleições para as Assembleias Legislativas Regionais.

Apesar das dificuldades resultantes da política e discriminações antidemocráticas dos Governos Regionais, verifica-se uma crescente dinâmica das organizações, um alargamento da sua influência e a perspectiva de serem alcançados os objectivos de eleição de deputados da CDU, nomeadamente comunistas, em qualquer das Regiões Autónomas.

8. A Comissão Política congratula-se com a decisão da realização da EXPO-98 na cidade de Lisboa e sublinha o significado de tal decisão no que respeita à projecção da capital em termos internacionais, tanto mais de salientar quanto se irá seguir à importante iniciativa cultural, Lisboa Capital Europeia da Cultura 1994.

Lisboa, 23 de Junho de 1992

A Comissão Política do CC do PCP

Maastricht

Comunicado do Comité Central do PCP

Reunido em 17 de Junho, o Comité Central do PCP analisou o desenvolvimento da situação relacionada com o Tratado de Maastricht e as linhas fundamentais da intervenção do Partido em torno desta importante questão da vida nacional. O Comité Central decidiu o lançamento de uma campanha de esclarecimento sobre o conteúdo, significado e consequências do Tratado de Maastricht e, face à abertura pelo PSD e PS de um processo de revisão extraordinária da Constituição, encarregou o Grupo Parlamentar do PCP de apresentar um projecto de revisão visando única e exclusivamente possibilitar a realização de um referendo sobre Maastricht.

1. O Comité Central reafirma a inequívoca oposição do PCP ao Tratado de Maastricht, porque ele consubstancia, como o sublinhou a Comissão Política do PCP, «um conjunto sistematizado de transferências de soberania numa dinâmica supranacional, em áreas particularmente sensíveis para a independência nacional.

Além do mais, acentua o chamado «défice democrático» e subalterniza claramente a dimensão social do desenvolvimento».

O PCP recusa uma União Económica e Monetária que retira a Portugal o fundamental das competências soberanas na definição e concretização da política económica, que dificulta ainda mais (ou impede) que a economia portuguesa cresça mais rapidamente de forma a aproximar-se dos níveis de desenvolvimento dos países mais ricos, e que submete o desenvolvimento económico e social do nosso País, os interesses dos trabalhadores, dos agricultores e dos pequenos e médios empresários, às estratégias dos grandes grupos económicos à escala comunitária.

O PCP rejeita uma Política Externa e de Segurança Comum que, numa via supranacional, visa o fomento da identidade externa da União Europeia como sujeito de direito internacional, substituindo-se progressivamente aos Estados-membros no âmbito da definição e execução da política externa e de defesa.

O PCP repudia os dispositivos e mecanismos definidos no Tratado de Maastricht conducentes à estruturação de um processo que materialmente aponta para a existência de uma política comunitária de segurança interna e de imigração, e para a criação dos respectivos instrumentos de nível supranacional, incluindo polícias e serviços de informações europeus.

Do mesmo modo e com o mesmo empenhamento com que rejeita soluções autárquicas e isolacionistas bem como o chauvinismo, o nacionalismo e o racismo, o PCP recusa eurocracias federalistas redutoras da soberania nacional e empobrecedoras da democracia.

O Comité Central reafirma que o que está em causa com o projecto de Tratado de Maastricht não é a questão do aprofundamento da cooperação entre os Estados europeus no quadro das Comunidades Europeias em que Portugal está integrado, mas sim o afastamento de uma «construção europeia» assente em nações livres e Estados soberanos e independentes, e a opção por uma «união europeia» alicerçada em bases federalistas, com as consequentes perdas de autonomia política, de independência e de soberania nacionais.

O Comité Central do PCP chama a atenção para que, com o Tratado de Maastricht, aumentam consideravelmente as decisões que podem ser tomadas por maioria qualificada (54 votos em 76), o que tendo em conta a ponderação de votos entre os Doze Estados-membros, significa que nenhuma decisão pode ser tomada com a oposição de três grandes países (por exemplo, Alemanha, França e Grã-Bretanha, que em conjunto dispõem de 30 votos) e que, em contrapartida, muitas decisões podem ser tomadas com a oposição de cinco pequenos países (por exemplo: Portugal, Grécia, Holanda, Irlanda e Dinamarca que, em conjunto, apenas dispõem de 21 votos).

O PCP recusa liminarmente que a soberania nacional possa ser encarada como moeda de troca de um qualquer eventual

reforço dos fundos comunitários colocados à disposição de Portugal.

O que basicamente está colocado pelo Tratado de Maastricht é o abandono pelos Estados-membros dos seus poderes soberanos em áreas fundamentais da garantia da independência e da identidade nacionais, nomeadamente no âmbito da emissão de moeda, das políticas monetária, cambial e orçamental, das políticas externa, de defesa e de segurança interna, e a concomitante transferência desses poderes soberanos para instituições e órgãos de decisão supranacionais, que não são politicamente responsáveis perante os parlamentos nacionais e os povos de cada um e de todos os Estados-membros da Comunidade Europeia.

O Comité Central do PCP sublinha que a defesa dos interesses nacionais, dos interesses do povo português, é inseparável da garantia dos meios de intervenção dos órgãos de soberania a todos os níveis, e que qualquer outra solução, designadamente a que é proposta pelo Tratado de Maastricht, conduz à subalternização e à dependência económica e política e é contrária aos interesses dos portugueses e de Portugal.

2. O Comité Central salienta que as reacções de Cavaco Silva e de outros responsáveis de países da CEE, do Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos dirigentes do PS ao resultado do referendo na Dinamarca não podem ficar como um mero

fundamento nas exigências decorrentes da ratificação do Tratado de Maastricht.

Nas actuais circunstâncias, em que o Tratado de Maastricht está juridicamente posto em causa pelo referendo da Dinamarca (uma vez que segundo o próprio Tratado, este só poderá entrar em vigor depois de os doze Estados terem entregado os instrumentos de ratificação), essa posição constitui um acto precipitado e completamente desajustado. Mas, e fundamentalmente, esse acto conjunto do PSD, PS e CDS motivado pela opção desses partidos de promoverem e realizarem uma revisão tendente a adequar a Constituição a um qualquer Tratado, significa uma opção pela estratégia do facto consumado e uma atitude de desprezo pela informação, pelo esclarecimento e pela opinião dos portugueses.

O Comité Central reitera a posição do PCP, de que a grande prioridade nacional não é iniciar o processo conducente à ratificação de um Tratado, mas sim a realização de um amplo debate nacional que favoreça uma desenvolvida informação do povo português sobre o que verdadeiramente está em causa, permita, numa base de seriedade e serenidade, um intenso confronto pluralista de ideias e opiniões, e estimule uma ponderação e reflexão colectivas sobre as soluções e caminhos que, no quadro da integração europeia, melhor sirvam os interesses essenciais de Portugal e dos portugueses.

O Comité Central reclama da Assembleia da República que rapidamente seja aprovado e concretizado o Projecto de

Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP em 26 de Maio último, tendente a promover os adequados actos preparatórios e integradores do debate público sobre o Tratado de Maastricht.

Como contribuição do PCP para uma ampla informação da opinião pública e para um intenso debate nacional exigidos por uma questão de indiscutível gravidade e importância para o futuro do País, o Comité Central decidiu promover durante os próximos meses uma campanha de esclarecimento sobre o conteúdo, significado e consequências do Tratado de Maastricht e de divulgação das posições do PCP que terá a sua primeira expressão numa jornada de informação e contacto com a população a realizar já nos próximos dias 25, 26, 27 e 28 de Junho.

4. O Comité Central rejeita vigorosamente as afirmações feitas por forças e personalidades que se apresentam como defensoras da realização de um referendo sobre Maastricht procurando amalgamar as posições do PCP nessa matéria com as posições do PSD e do PS.

Trata-se de uma condenável desonestidade política que afronta directamente a verdade dos factos.

Com efeito, nas principais declarações que produziu sobre esse assunto, reconhecendo quer as virtualidades democráticas que o instituto do referendo pode conter quer os inconvenientes de revisões da Constituição ditadas por situações e motivações conjunturais, o PCP fundamentou basicamente as suas reservas à realização de um referendo como o inicialmente proposto pelo CDS:

a) no facto de a Constituição, no seu artº 118º, excluir do âmbito do referendo, não apenas as convenções e tratados internacionais, mas também, entre outras matérias, as respeitantes a alterações à Constituição;

b) no facto de uma revisão extraordinária da Constituição destinada a viabilizar um referendo sobre Maastricht, através da alteração do citado artº 118º, propiciar e pretextar que futuramente outras matérias (regime político, direitos e liberdades, direitos dos trabalhadores, sistema eleitoral) de revisão constitucional - para a qual a Constituição exige uma maioria qualificada de 2/3 dos deputados - passassem a estar, por sujeição a referendo, à mercê de votações conjunturais do eleitorado por maioria simples, ficando assim facilitado o caminho para a chamada perversão plebiscitária do referendo.

Neste quadro, eram pois consideráveis os obstáculos jurídicos e constitucionais à realização deste tipo de referendo e sérios os perigos de a sua viabilização por alterações à Constituição modificar perigosamente o estatuto constitucional do referendo numa direcção que foi claramente afastada na revisão de 1989.

Posteriormente, tendo em conta avanços de reflexão sobre uma possível solução, o PCP declarou que, caso fosse possível superar os já citados obstáculos e riscos, encararia o referendo como uma importante iniciativa com vista ao esclarecimento e



episódio destinado a ser rapidamente esquecido. Pelo contrário, merecem ser retidas como reveladoras de um grave conjunto de concepções e orientações que desvendam o tipo de «construção europeia» em que estão empenhados e os condenáveis métodos e atitudes a que estão dispostos a recorrer para defender uma tal «construção».

Com efeito, são especialmente condenáveis a forma arrogante e ameaçadora como a Dinamarca e a decisão soberana dos seus cidadãos foram tratadas e comentadas; o rápido, ilegítimo e ilegal abandono do princípio básico, ainda vigente, da necessidade de entendimento, consenso e acordo entre todos os países membros da CEE e a sua igualmente ilegítima e ilegal substituição pelo critério da vontade da maioria; a expressa confirmação de que para muitos responsáveis políticos, da burocracia supranacional aos governantes de Estados-membros, do líder do PSD ao líder do PS, os processos nacionais de ratificação do Tratado de Maastricht são vistos, não como o exercício livre de poderes soberanos, mas como meros pró-formas que só podem ser antecâmaras de decisões favoráveis ao Tratado.

Expressas num momento em que o Tratado de Maastricht ainda não está em vigor, estas posições são uma brutal antecipação da lógica profunda de Maastricht e uma esclarecedora antevisão do que ela reserva para os pequenos países.

O Comité Central do PCP considera ainda particularmente chocante e condenável que responsáveis políticos nacionais, como o líder do PSD e o líder do PS, reagindo como reagiram ao resultado do referendo na Dinamarca, tenham assim deixado claro que admitem com naturalidade que, no futuro, caso manifeste objecções e discordâncias, Portugal venha a ser tratado da mesma forma por outros países da CEE.

3. O Comité Central critica a posição assumida conjuntamente pelo PSD, pelo PS e pelo CDS que conduziu à abertura de um processo de revisão extraordinária da Constituição com

PCP

Comunicado do Comité Central do PCP

à participação popular. Tendo em conta que, com a oposição do PCP, o PSD, o PS e o CDS abriram um processo de revisão extraordinária da Constituição para a adaptar a disposições do Tratado de Maastricht, compreendendo a crescente aspiração à realização de uma consulta popular e considerando a necessidade de abrir no plano institucional uma linha de combate aos planos do PSD e do PS de aceleradamente impor a aprovação de Maastricht, o Comité Central do PCP decidiu encarregar o Grupo Parlamentar do PCP de apresentar um projecto de revisão constitucional que seja única e exclusivamente constituído pela proposta de aprovação em Lei de Revisão Constitucional de uma norma transitória que, em excepção pontual ao disposto no n.º 3 do art.º 118.º da Constituição, possibilite a realização de um referendo sobre o Tratado de Maastricht.

5. Ao contrário da grande maioria das propostas até aqui apresentadas por defensores do referendo que absurdamente juntam num mesmo processo de revisão extraordinária a adaptação da Constituição a normas do Tratado de Maastricht e a viabilização de um referendo a realizar, segundo uns proximamente e segundo outros daqui por uns anos, o PCP propõe que o processo de revisão extraordinária da Constituição se ocupe unicamente da viabilização do referendo, como único caminho para o tornar prévio e condicionante em relação a quaisquer procedimentos institucionais de revisão da Constituição e de ratificação do Tratado.

Não se pode deixar de considerar como significativo e esclarecedor que boa parte dos defensores do referendo, não apenas sejam firmes apoiantes do Tratado de Maastricht e da sua ratificação por Portugal, como procurem justificar essa consulta com a insistente referência à previsão de uma retumbante vitória do «sim» e com o persistente sublinhar da vantagem de o povo português ficar responsabilizado pelas previsíveis e negativas consequências futuras do Tratado e de as forças políticas que têm conduzido o processo de integração poderem assim furtar-se às suas reais responsabilidades.

A insistente utilização de tais argumentos legitima a suspeita de que muitos dos que se apresentam como campeões do referendo, ou não o desejam de facto ou o consideram um elemento meramente acessório e complementar de uma lógica de legitimação e ratificação do Tratado de Maastricht.

O Comité Central considera que o grande debate e o fundamental confronto de opiniões que é necessário colocar no primeiro plano da vida nacional é o confronto entre defensores e opositores do Tratado de Maastricht, entre as diferentes avaliações existentes sobre o seu carácter, significado e consequências.

Neste sentido, o Comité Central salienta que seria prejudicial à necessária transparência e frontalidade democráticas e ao debate das questões de fundo que verdadeiramente estão em jogo se a reivindicação da realização do referendo se transformasse numa espécie de cómodo biombo político que dispensasse quem quer que seja de manifestar com clareza a sua opinião sobre Maastricht e as suas consequências para Portugal.

6. Apelando a todas as organizações e militantes do Partido para que se empenhem activamente na batalha política pelo «não» a Maastricht na base do esclarecimento sobre as negativas consequências para Portugal da aprovação do Tratado e na vasta acção que é necessário desenvolver em defesa dos interesses, da soberania e da independência nacionais, o Comité Central salienta ser ao mesmo tempo indispensável que, como até aqui, continue a ser assegurado um alto nível de actividade e de intervenção do Partido, de firme combate à nefasta política do Governo do PSD, de dedicação à defesa dos interesses populares, de estreita ligação aos mais candentes problemas que afectam e preocupam os portugueses.

7. Repudiando frontalmente quer os argumentos primários e os cenários catastróficos que o Primeiro-Ministro tem agitado em favor da ratificação do Tratado de Maastricht quer posturas de abdicação nacional, o PCP reafirma que a defesa e renovada afirmação da soberania nacional, num quadro de sólida abertura à cooperação na Europa e no Mundo, é não apenas compatível mas verdadeiramente indispensável para o progresso e desenvolvimento de Portugal. A soberania nacional não é um obstáculo à cooperação mas uma protecção contra as dominações.

Contrariamente ao que toda uma insistente ofensiva ideológica pretende consagrar, o PCP reafirma que uma das mais fortes exigências que emerge do mundo em mudança em que vivemos não é a de humilhantes abdicções de soberania, de tristes uniformizações e de ampliação da distância entre os centros de decisão e os cidadãos, mas a da pujante afirmação da riqueza das diferenças, das identidades nacionais, do diversificado contributo que dão para a civilização, da aspiração à igualdade de direitos e a novas formas de cooperação mutuamente vantajosas e reciprocamente enriquecedoras.

Lisboa, 17 de Junho de 1992
O Comité Central do
Partido Comunista Português

Por que fogem ao debate público

O PS e o PSD fizeram aprovar os seus projectos de resolução atribuindo à Assembleia da República poderes de revisão extraordinária da Constituição, com o objectivo expresso de «adequar ao Tratado de Maastricht os dispositivos constitucionais que com ele colidam».

Esta posição conjunta do PS e PSD coloca duas questões prévias à questão central.

Tendo os dois projectos o mesmo objectivo (e idêntica formulação), a imposição pelo PS e PSD da aprovação de ambos, contrariando as regras regimentais da Assembleia da República, só pode querer significar que com essa formalidade espúria pretenderam escamotear que o radicalismo do verbalismo oposicionista entre os dois partidos, a que se assistiu nos últimos tempos, tem como pano de fundo uma efectiva convergência de opiniões e posições em matérias fundamentais e determinantes. Fazendo recordar os tempos do «bloco central» e os acordos entre o PS e o PSD para a segunda revisão (ordinária) da Constituição. A segunda questão reporta-se ao objectivo expresso pelo PS para desencadear uma revisão extraordinária da Constituição, que já acima se transcreveu mas que merece ser repetido: «adequar ao Tratado de Maastricht os dispositivos constitucionais que com ele (Tratado) colidam»!

Para o PS não se trata de fazer uma revisão da Constituição de forma a que o Tratado de Maastricht possa vigiar na ordem interna portuguesa. Para o PS, a revisão constitucional que propõe não visa significar a supremacia da Constituição Portuguesa sobre o Tratado de Maastricht no ordenamento jurídico nacional. Diferentemente, para o PS, o Tratado e o ordenamento jurídico comunitário em que ele assenta têm uma efectiva prevalência prática face à Constituição Portuguesa. Para o PS, a Constituição da República Portuguesa é subalterna à legislação comunitária e só pode coexistir com esta enquanto e na medida em que a não contrarie!

Estamos perante uma leitura inaceitável, pois que a Constituição é suposto ser (e é) a lei fundamental do País soberano que somos e queremos continuar a ser.

Para além do mais, e se essa é a posição e o entendimento do PS, por que continua, através da sua direcção e dos seus principais dirigentes, a proclamar que o Tratado de Maastricht não significa perdas de soberania para Portugal? Ou a hipotética subordinação da Constituição à legislação comunitária não significa, ela mesma, uma significativa e substancial perda de soberania nacional?

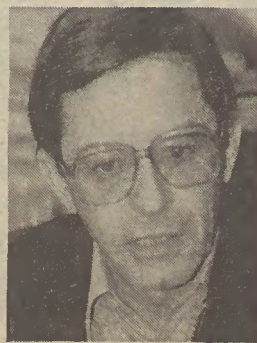
A questão central que se coloca é, porém, a do conteúdo, do significado e das consequências do Tratado de Maastricht. Necessariamente esse conteúdo é importante, de profundo significado e de grandes consequências, de tal modo que os próprios PS e PSD implicitamente o reconhecem ao proporem e aprovarem a abertura de um processo de revisão extraordinária da Constituição.

Mas se quer o PS quer o PSD reconhecem, ao menos implicitamente, as enormes implicações do Tratado, que desde logo impõem uma revisão constitucional, como pode entender-se que esses partidos se tenham aliado para procederem à sua aprovação sem previamente informarem e esclarecerem o povo português sobre o real alcance do Tratado, e recusarem terminantemente ouvir a sua opinião? Como diz o Povo, quem não deve não teme. E o PS e o PSD, com a estratégia comum que acordaram, mostram temer a informação e o esclarecimento populares. Querem, e nisso se mostram apostados, aprovar e ratificar o Tratado de Maastricht antes de qualquer debate público, sem nada terem que explicar ao Povo, o soberano em última instância. O PS e o PSD têm consciência que o Tratado significa uma pesada factura para o futuro soberano de Portugal e dos portugueses.

Na verdade, e é isso que os seus defensores pretendem esconder, o Tratado de Maastricht significa profundas perdas da soberania nacional nas políticas económica, monetária, cambial e orçamental, como nas políticas externa, de segurança e de defesa. Esse Tratado é, explicitamente, o alicerce sobre o qual se pretende construir um futuro Estado federal europeu (no âmbito do qual Portugal passaria a ser uma das suas «províncias» mais pobres e atrasadas), cujas orientações seriam dominadas e determinadas pelas estratégias e interesses dos Estados política e economicamente mais poderosos.

Exemplifiquemos, ainda que esquematicamente, com alguns dos aspectos centrais da União Económica e Monetária (UEM), a parte dominante do Tratado de Maastricht.

A UEM é fundamentalmente uma união monetária, impondo a instituição de políticas monetária e cambial



OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro da Comissão
Política

Na verdade, e é isso que os seus defensores pretendem esconder, o Tratado de Maastricht significa profundas perdas da soberania nacional nas políticas económica, monetária, cambial e orçamental, como nas políticas externa, de segurança e de defesa.

únicas para os Estados-membros, definidas e conduzidas por uma entidade supranacional (o Banco Central Europeu), tendo como objectivo primordial a estabilidade dos preços e como objectivo último a criação de uma moeda única. Objectivo este que é exclusivamente político, que pretende vincar as características marcadamente federais da União Europeia.

Ou seja, as orientações da UEM são essencialmente determinadas e dominadas pelos aspectos financeiros, escamoteando os profundos desníveis de desenvolvimento económico entre os Estados-membros (por exemplo, entre Portugal e a Alemanha) e as grandes diferenças que se verificam em relação às condições de trabalho e aos níveis de vida dos respectivos povos.

Aceitar esta UEM significa, desde logo, que as competências soberanas de Portugal em matéria de política monetária e de política cambial, tal como a competência soberana de fixação do défice orçamental, terão de ser transferidas para instituições supranacionais. Significa que, independentemente da vontade do povo português, a moeda nacional, o escudo, terá de ser substituído

(lá para 1999) por uma moeda que tanto se pode chamar ECU como FRANKEN, que o Banco de Portugal perderá o poder (soberano) de emitir a moeda nacional. Significa que a política económica de Portugal se terá de submeter às orientações gerais de política económica para a Comunidade, definidas pelo Conselho Europeu por maioria qualificada (isto é, sem possibilidade de oposição por parte de Portugal). Significa que os objectivos, essenciais para Portugal, de elevados níveis de crescimento, de emprego e de protecção social, terão de se subordinar ao objectivo da estabilidade de preços. Significa que a generalidade das empresas portuguesas, nomeadamente as pequenas e médias empresas, se terão de subordinar a políticas económicas e monetárias definidas de acordo com os interesses das poderosas empresas multinacionais, tal como os agricultores portugueses estão subordinados a uma PAC orientada pelos interesses das agriculturas ricas do norte da Europa.

E num quadro de moeda única, de políticas monetária e cambial únicas, de sujeição a orientações gerais de política económica, de maior concorrência internacional, de competição em muitos produtos com países do terceiro mundo e sofrendo processos de ajustamentos estruturais, como poderá Portugal crescer economicamente mais rapidamente que os outros países?

E, sujeito a uma estratégia económica supranacional, como poderá Portugal vir a fazer frente a situações de crise provocadas por choques económicos externos, senão através de congelamentos ou reduções salariais e de aumento do desemprego?

E, nestas condições, como será possível a Portugal progredir no sentido da convergência (real) com os níveis de desenvolvimento económico e social dos países mais desenvolvidos da Comunidade Europeia?

É a informação aos portugueses daquelas e outras características fulcrais do Tratado de Maastricht e o esclarecimento das respostas a perguntas como as atrás formuladas, que o PS, o PSD e outros defensores do Tratado pretendem evitar e impedir.

Mas é isso que se impõe fazer, antes de qualquer eventual aprovação e ratificação do mesmo.

Nota: Com a recusa de ratificação do Tratado de Maastricht pela Dinamarca, nos próprios termos do Tratado, este não pode vir a entrar em vigor em nenhum Estado-membro. Terá, necessariamente, de ser alterado, de ser substituído por outro, embora as alterações possam ser mínimas e apenas num artigo. Só por facilidade de exposição se utilizou no texto a referência ao Tratado de Maastricht.

Maastricht

Perguntas e respostas

O que é Maastricht? Que reflexos teria o Tratado, para a soberania portuguesa, a ser ratificado? O que está em causa, para o nosso país? O que é a União Económica e Monetária?

Que poderes restam, aos Estados membros, com a criação das estruturas e poderes supranacionais? Qual a posição do PCP em relação a um eventual referendo? Estas e outras questões são levantadas neste trabalho, que procura, sob a forma de

perguntas e respostas, contribuir para um esclarecimento que nem o Governo nem os outros partidos e forças políticas parecem estar interessados em facultar aos portugueses. Por seu lado, os comunistas reafirmam a necessidade de um amplo debate público sobre o Tratado, visando favorecer uma desenvolvida informação do povo sobre o que está verdadeiramente em causa e sobre as consequências de uma ratificação. E o PCP adianta desde já que defenderá clara e firmemente o Não a Maastricht!

M

aastricht, o que é?

— Hoje palavra mági-ca que deu o nome a um tratado de que toda a gente fala, Maastricht é apenas uma pequena cidade holandesa, perto da fronteira com a Alemanha. Mal sabiam os cidadãos de Maastricht, ainda no princípio deste ano, que o nome da sua cidade iria ser a palavra mais controversa entre os europeus, e que a sua fama se alargaria para além das fronteiras dos 12 Estados membros da CEE. Talvez nem os chefes de Estado e membros dos governos dos 12 sonhassem, ao assinarem o Tratado na cimeira que se realizou no dia 7 de Fevereiro, a polémica que iriam provocar. A maior parte deles — presidentes e reis, ministros dos negócios estrangeiros e ministros da economia e/ou das finanças dos países da CEE — pensariam que bastava apenas a propagan-

da dos seus aparelhos para convencerem os povos e os seus representantes de que Maastricht era um Tratado sobre rodas, uma viagem sem escolhos. Assinado com pompa e circunstância, o Tratado, que pretendia transfigurar a CEE avançando para uma união política, não era conhecido daqueles que lhe sofreriam as consequências, se entrasse em vigor. Nem certamente os cidadãos de Maastricht conheceriam então as cláusulas desse acordo de senhores.

E o referendo realizado na Dinamarca, onde o debate foi vivo e a polémica acesa, onde foram distribuídos aos eleitores meio milhão de exemplares do Tratado, veio deitar por terra a pretensão daqueles que gostariam que um silêncio cúmplice lhes cobrisse os desígnios.

gor no dia 1 de Janeiro de 1993, se tiverem sido depositados todos os instrumentos de ratificação ou, na falta desse depósito, no primeiro dia do mês seguinte ao do depósito do instrumento de ratificação do Estado signatário que proceder a esta formalidade em último lugar».

Ora, dado que um dos estados membros — por sinal logo o primeiro a proceder à ratificação — não aprovou o Tratado, e como o disposto no artigo R exige que todos o façam, Maastricht não pode entrar em vigor.

Como os portugueses muito bem sabem, nem todos têm a mesma «leitura» do que decorre da posição da Dinamarca, embora no nosso país a atitude mais divulgada seja a de Cavaco Silva, que se pronuncia pela... exclusão (!) de quem não ratifica o Tratado de Maastricht. O «Avante!» já teve oportunidade de, através de um depoimento do camarada Sérgio Ribeiro, eurodeputado do PCP, chamar a atenção para a disparidade entre a posição cavaquista e a do próprio De-

lors, Presidente da Comissão, que não se mostrou tão expedito como o Primeiro-Ministro português, revelando a sua preocupação. Delors afirmou que a decisão do povo dinamarquês tem de ser respeitada. Adiantando embora que «Maastricht não caducou», o Presidente da Comissão admitiu: «Tal não impede que devam extrair as lições devidas do resultado do referendo dinamarquês». Trata-se, na sua opinião, de procurar mais transparência nas decisões e de reforçar o esforço de explicação do Tratado às populações, de clarificar o debate sobre a soberania nacional... Como se pode verificar, estas declarações estão longe das produzidas pelos cavaquistas.

E não só. Também estão longe das que alguns destacados membros do Partido Socialista já expressaram publicamente, sugerindo que o povo português não está maduro nem tem saber que chegue para se pronunciar sobre um tratado que visa retirar-lhe soberania. À boa maneira do antigamente...

M

as se o Tratado de Maastricht não está em vigor, o que é que vigora hoje na Europa dos Doze?

— Vigora o mesmo Tratado de Roma, assinado em 1957 e que já então previa o alargamento da Comunidade a mais estados do que os que primeiramente o assinaram. Recorde-se que a CEE não foi sempre constituída por Doze membros. Dos primeiros três — França, Alemanha e Itália — estendeu-se depois à Bélgica, Holanda e Luxemburgo, constituindo a Europa dos Seis. No início da década de 70, novos países entraram — a Grã-Bretanha, a Irlanda, a Dinamarca e a Noruega — Europa dos Dez, que durou poucos meses, pois que a Noruega, por referendo, saiu da CEE. Mais tarde aderiram Portugal, Espanha e Grécia. A Europa dos Doze actual. Há que referir, entretanto, que, mesmo no actual quadro institucional da CEE — sem a aprovação do Tratado de Maastricht —, as limitações à soberania dos países mais pequenos e menos desenvolvidos é um facto. Ainda

recentemente se procedeu ao alargamento do Parlamento Europeu, como o «Avante!» revelou, aumentando os lugares dos deputados de 518 para 567.

Ora, este aumento de 49 lugares foi distribuído de um modo acentuadamente desigual, dando ainda mais peso aos grandes países. Alemanha obteve mais 18 lugares, com o pretexto do seu alargamento por via da anexação da antiga RDA; os outros grandes — França, Itália e Reino Unido — obtiveram 6 lugares cada. Portugal, como os outros pequenos países, apenas obtiveram mais um lugar. Na previsão de mais um alargamento — à Áustria, Suécia, Finlândia, Suíça, Malta e Chipre — que aumentará o Parlamento Europeu de mais 85 lugares, a situação agrava-se ainda mais. Portugal, que tem hoje 24 deputados entre os actuais 518, passa a ter 25 — só mais um — mesmo quando o número total for de 652!

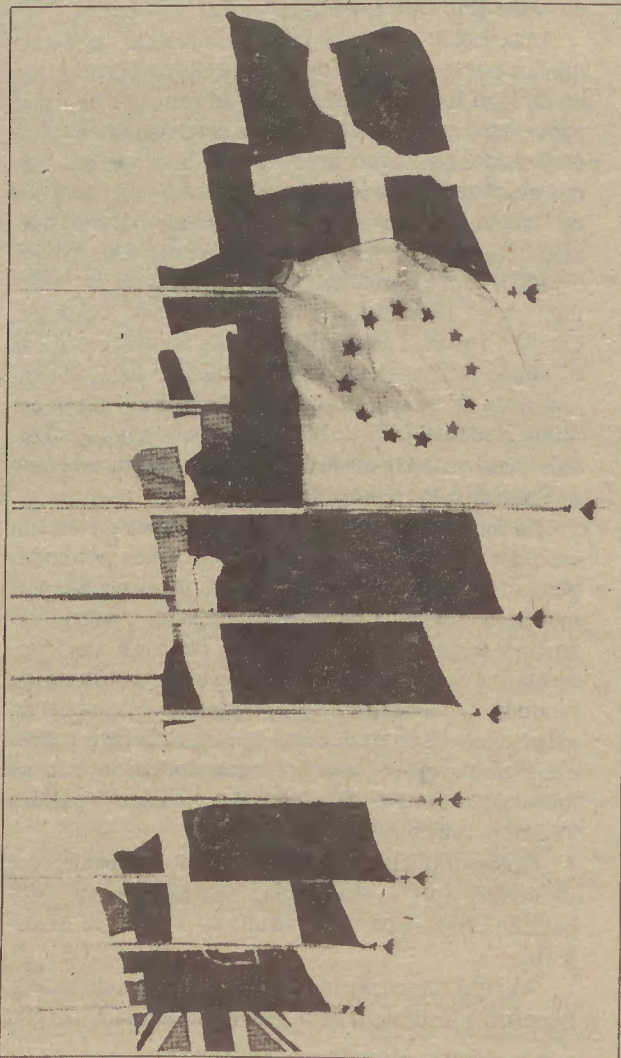
E

ste Tratado não entrou já em vigor?

— Não. Para que entre em vigor é necessário que todos os Estados membros o ratifiquem, de acordo com as respectivas normas constitucionais. É o que dispõe o artigo R do documento assinado em Maastricht. As normas constitucionais de cada país são, como se sabe, diversas. Estados há em que é a forma do referendo que permite a ratificação de um tal Tratado — casos da Dinamarca, onde ganhou o Não, e da Irlanda, onde o Sim venceu. Outros estados podem ratificá-lo através dos seus

parlamentos. No caso de Portugal, é à Assembleia da República que cabe a ratificação. No entanto, dado que existem disposições no Tratado que são claramente inconstitucionais no caso português, se a Assembleia da República pretender aprovar a ratificação terá de proceder a uma revisão constitucional.

Entretanto, o Não da Dinamarca veio comprometer todo o processo. O disposto no artigo R do Tratado é bem explícito, declarando que «entrará em vi-



C

om o Tratado de Maastricht acentua-se a desigualdade?

— Sim. Por via do Tratado, e como o Comité Central do PCP alerta no Comunicado que o nosso jornal hoje publica, «aumentam consideravelmente as decisões que podem ser tomadas por maioria qualificada — 56 votos em 76 —, o que, tendo em conta a ponderação de votos entre os doze Estados membros, significa que nenhuma decisão pode ser tomada com

a oposição de três grandes países (por exemplo, Alemanha, França, e Grã-Bretanha, que em conjunto dispõem de 30 votos) e que, em contrapartida, muitas decisões podem ser tomadas com a oposição de cinco pequenos países (por exemplo: Portugal, Grécia, Holanda, Irlanda e Dinamarca que, em conjunto, apenas dispõem de 21 votos)».

A propaganda dos que são favoráveis a Maastricht, tanto da direita como dos socialistas e dos seus apêndices, procura demonstrar que Portugal teria muito a ganhar com este Tratado...

— É verdade. Mas os comunistas recusam que «a soberania nacional possa ser encarada como moeda de troca de um qualquer eventual reforço dos fundos comunitários colocados à disposição de Portugal», como sublinhou a última reunião do Comité Central.

Aliás não é verdade aquilo que Cavaco Silva tem afirmado. Segundo ele,

Portugal ganharia mais e mandaria mais. Ora a soberania do país seria diminuída com a entrada em vigor do Tratado — os dinamarqueses empreenderam-no, os irlandeses nem por isso; por outro lado, apenas com os aumentos das exportações dos países mais poderosos para os mais pobres, aqueles poderiam pagar as contribuições para a Comunidade...

Que está em causa para Portugal, com este Tratado

— No fundamental, o que está em causa é a transferência de soberania, isto é, em áreas importantíssimas da vida do país não é Portugal que decide. O que está em causa não é, como se propagandeia, o aprofundamento da cooperação entre os Estados europeus como nações livres. O que o Tratado aponta é uma «união europeia» assente no federalismo, perdendo os Estados, sobretudo os mais pequenos e mais débeis economicamente, a sua autonomia, a sua independência, a soberania nacional. O que está em causa não é a Comunidade Económica Europeia, com os seus defeitos e limitações actuais. O que o PCP recusa é a perda de soberania que o Tratado de Maastricht claramente pretende instituir.

No documento aprovado, o Comité Central afirma:

«O PCP recusa uma União Económica e Monetária que retira a Portugal o fundamental das competências soberanas na definição e concretização da política económica que dificulta ainda mais (ou impede) que a economia portuguesa cresça mais ra-

pidamente de forma a aproximar-se dos níveis de desenvolvimento dos países mais ricos, e que submete o desenvolvimento económico e social do nosso país, os interesses dos trabalhadores, dos agricultores e dos pequenos e médios empresários, às estratégias dos grandes grupos económicos à escala comunitária. «O PCP rejeita uma Política Externa e de Segurança Comum que, numa via supranacional, visa o fomento da identidade externa da União Europeia como sujeito de direito internacional, substituindo-se progressivamente aos estados membros no âmbito da definição e execução da política externa e de defesa.

«O PCP repudia os dispositivos e mecanismos definidos no Tratado de Maastricht conducentes à estruturação de um processo que materialmente aponta para a existência de uma política comunitária de segurança interna e de imigração, e para a criação dos respectivos instrumentos de nível supranacional, incluindo polícias e serviços de informações europeus».

Portugal

de progresso e justiça
numa Europa
de paz
e cooperação.

SIM

Maastricht

Não!

Partido Comunista Português

O que é a União Económica e Monetária?

— Trata-se da peça fundamental do projecto de União Europeia contemplado no Tratado de Maastricht, apontando mais a vertente monetária que a económica e visando, por fim, a criação de uma moeda única. É de sublinhar que, por outro lado, o próprio Parlamento Europeu, no seu relatório sobre o Tratado, lamenta que a UEM pareça «orientar-se exclusivamente pela estabilidade», apelando para que o crescimento, o emprego e a protecção social «sejam tomados em conta com igual seriedade». Ao mesmo tempo, o relatório assinala que, nestes últimos aspectos, «não são previstas quaisquer medidas vinculativas específicas nesse sentido».

O Tratado apresenta a criação da União Económica e Monetária como um processo faseado temporalmente, fixando entretanto uma data-limite para a sua conclusão e entrada em vigor — 1 de Janeiro de 1999. A criação de uma moeda única é apresentada como tendo um carácter ir-

reversível. Ora, o que se pretende tornar irreversível com a moeda única é a característica federal de uma união política, já que só uma federação de Estados a tem de possuir. O certo é que, chamando-se ECU, como actualmente se indica, ou aparecendo com o nome de Franken, como a Alemanha agora pretende, o marco alemão é que será essa moeda única.

Para além do objectivo expresso da criação da moeda única, o Tratado aponta também para a adopção de políticas monetárias e cambiais únicas, para a coordenação das políticas económicas nacionais e para o condicionamento das políticas orçamentais nacionais. Ora, a tomada de decisões sobre a política económica, a nível supranacional, faz-se prejudicando as competências dos parlamentos de cada país, que perderiam a capacidade de fiscalizar os respectivos governos. Tais decisões seriam tomadas pelo Conselho, por maioria qualificada...

A este défice democrático, ao qual nem o Parlamento Europeu escapa, pois só é informado das decisões *a posteriori*, somam-se outros:

As políticas monetária e cambial únicas passariam a

Que poderes restam aos Estados membros no domínio das decisões económicas?

— Muito pouco. Cada Estado encontra-se sempre dependente das maiorias qualificadas das instâncias supranacionais, isto é, dos acordos e decisões estabelecidos entre os países mais ricos e poderosos. As políticas orçamentais nacionais são condicionadas pela aplicação de um limite máximo para o défice orça-

ser definidas por um Banco Central Europeu, condicionando todas as políticas económicas dos Estados membros, perdendo os bancos centrais de cada país o fundamental das suas competências. O BCE seria mesmo uma instituição supranacional que não responderia perante os parlamentos dos estados membros. Será fácil, no entanto, imaginar quem sofreria as pressões políticas e económicas dos grandes países e das multinacionais.

Outra das características da União Económica e Monetária é a criação de várias outras situações em que as decisões são tomadas a nível supranacional: o Conselho Europeu coordena as políticas económicas nacionais através das orientações definidas, por maioria qualificada, baseando-se entretanto nas propostas do ECOFIN, o Conselho de Ministros das Finanças, elaboradas também por maioria qualificada. O ECOFIN tem a faculdade também de dirigir recomendações aos estados membros. O Conselho Europeu pode impor-lhe sanções. Tudo por maioria qualificada.

Maastricht
Não!



Não existe no Tratado nenhum dispositivo que «trave» ou «atenue» a intervenção supranacional nas políticas definidas por cada um dos Estados membros? O que é o «princípio da subsidiariedade»?

— Pode dizer-se que o chamado «princípio da subsidiariedade» vale tanto como as piedosas intenções enunciadas quanto à dita «coesão económica e social». Com efeito, o Tratado, certamente para «descansar» os povos dos Doze, escreve que «os objectivos da União serão alcançados respeitando o princípio da subsidiariedade».

Este princípio é ali definido tendo apenas em conta os domínios em que a Comunidade não virá a ter competência exclusiva, e refere que esta «intervém apenas se e na medida em que os objectivos da acção

encarada não possam ser suficientemente realizados pelos Estados membros e possam ser melhor alcançados ao nível comunitário».

As esperanças de que tal disposição possa vir a ser lida como exprimindo a intenção de travar um excessivo intervencionismo por parte dos órgãos supranacionais esbarram com a experiência vivida antes de Maastricht. Com efeito, a prática das instâncias supranacionais tem demonstrado uma preferência para retirar competências às instituições nacionais.

Como é que a Política Externa e de Segurança Comum pode afectar a soberania de Portugal?

— A Política Externa e de Segurança Comum que o Tratado de Maastricht define vai muito mais além do que eram as políticas externa e de defesa que a Comunidade já adoptara. Aprofunda-a no sentido de uma política única, como de resto o próprio Tratado indica, dando como objectivo a «afirmação da sua identidade na cena internacional, nomeadamente através da execução de uma política externa e de segurança comum, que inclua a definição a prazo de uma política de defesa comum que poderá conduzir, no momento próprio, a uma defesa comum». O desenvolvimento deste objectivo adianta algumas novidades perigosas para a soberania dos Estados, em relação ao Acto Único aprovado em 1986.

Enquanto que naquele documento a política externa era definida como «cooperação europeia em maté-

ria de política externa», e a política de defesa se limitava à coordenação de posições sobre os aspectos políticos e económicos da segurança, o Tratado de Maastricht avança novas definições: a política externa passa a ser uma política comum, através de «cooperação sistemática» e de «acções comuns». Quanto à defesa, esta passa a desenvolver-se no sentido de, a prazo, ser estabelecida uma «política de defesa comum» e, finalmente, uma «defesa comum europeia».

Entretanto, a União da Europa Ocidental passa a ser colocada à disposição da União Europeia, podendo vir a preparar e executar acções da União que tenham repercussões no domínio da defesa. Acresce que passa a ser instituída a possibilidade de acções comuns em áreas do domínio da política externa e de segurança, decididas por maioria! Mais

uma vez, e também neste campo, se abre a possibilidade de alguns países imporem aos restantes as suas decisões.

E mesmo nos casos em que a unanimidade seja requerida, uma Declaração anexa ao Tratado vem tapar esta abertura, sublinhando que «os Estados membros evitarão em toda a medida do possível impedir que haja unanimidade

sempre que uma maioria qualificada for favorável à decisão».

A política externa e de defesa sai progressivamente do âmbito nacional para passar a ser definida e executada a nível supranacional. Transferem-se desse modo poderes soberanos dos Estados, numa das áreas mais significativas da garantia da independência nacional.

E quanto à Segurança Interna?

— O Tratado reúne agora matérias que até hoje vinham sendo tratadas em decisões do Conselho ou em convenções, como a de Schengen, nas disposições relativas à cooperação no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos. A prática já instituída no relacionamento comunitário a este nível não deixa prever nada de bom. Recorde-se, por exemplo o Serviço de Informações de Schengen, as possibilidades abertas às polícias para continuarem perseguições para além das fronteiras dos Estados a que pertencem, o direito de vigilância, a obrigação de extradição e, por fim, as limitações instituídas, em

violação do que as leis portuguesas estabelecem, ao direito de asilo e à concessão de vistos.

Os mecanismos previstos no Tratado levam a um processo de criação na prática de uma polícia comunitária de segurança interna e de imigração, incluindo a constituição de polícias e de serviços de informação comunitários. Também aqui Portugal perderia poderes soberanos. E também aqui se regista que a definição de políticas como a de vistos e de outras, relacionadas com os nacionais de terceiros países, seria feita por maioria.

Alguns sectores políticos e personalidades têm avançado com a hipótese de um referendo em Portugal para a ratificação do Tratado. Qual é a posição do PCP?

— De facto, há quem apareça a defender o referendo. O PSD e o PS mostram-se contrários. Os cavacistas recusam--no por não quererem que à sua volta se realize o debate esclarecedor sobre Maastricht. Cavaco foi ao ponto de afirmar que, tendo vencido as eleições, não há que referendar as tomadas de posição da sua maioria e do seu Governo, como se

apostam no sim. Mais: apostam na desculpabilização que um referendo traria aos «políticos», atirando sobre os eleitores, que sabem pouco esclarecidos sobre o conteúdo do Tratado, a responsabilidade dos resultados da sua ratificação.

Quanto ao PCP, cuja posição não pode ser comparada com as do PS e do PSD nas reservas que apresentou sobre a realização de um referendo, reconheceu antes as virtualidades democráticas deste e também os inconvenientes de revisões da Constituição ditadas por situações e motivações conjunturais.

As reservas manifestadas pelos comunistas quanto à realização de um referendo, como esclarece o documento do Comité Central, fundamentam-se:

«a) no facto de a Consti-

perversão plesbiscitária do referendo».

Reconhecidos estes consideráveis obstáculos, o PCP «tendo em conta avanços de reflexão sobre uma possível solução» (...) «declarou que, caso fosse possível» superá-los, «encararia o referendo como uma importante iniciativa com vista ao esclarecimento e à participação popular».

E o documento do Comité Central adianta:

«Tendo em conta que, com a oposição do PCP, o PSD, o PS e o CDS abriram um processo de revisão extraordinária da Constituição para adaptar as disposições do Tratado de Maastricht, compreendendo a crescente aspiração à realização de uma consulta popular e considerando a necessidade de abrir no plano institucional uma lin-



tuição, no seu artigo 118º, excluir do âmbito do referendo, não apenas as convenções e tratados internacionais, mas também, entre outras matérias, as respeitantes a alterações à Constituição;

«b) no facto de uma revisão extraordinária da Constituição destinada a viabilizar um referendo sobre Maastricht, através da alteração do citado artigo 118º, propiciar e pretextar que futuramente outras matérias (regime político, direitos e liberdades, direitos dos trabalhadores, sistema eleitoral) de revisão constitucional — para a qual a Constituição exige uma maioria qualificada de 2/3 dos deputados — passassem a estar, por sujeição a referendo, à mercê de votações conjunturais do eleitorado por maioria simples, ficando assim facilitado o caminho para a chamada

ha de combate aos planos do PSD e do PS de aceleradamente impor a aprovação de Maastricht, o Comité Central do PCP decidiu encarregar o Grupo Parlamentar do PCP de apresentar um projecto de revisão constitucional que seja única e exclusivamente constituído pela proposta de aprovação em Lei de Revisão Constitucional de uma norma transitória que, em excepção pontual ao disposto no nº 3 do artigo 118º da Constituição, possibilite a realização de um referendo sobre o Tratado de Maastricht».

A posição do PCP é a de encarar um Referendo como meio de favorecer um efectivo debate e esclarecimento, intervindo os comunistas em defesa do Não a Maastricht!

Lei da greve na mira do PSD

Uma proposta inconstitucional e autoritária

O Grupo Parlamentar do PCP voltou a chamar a atenção para os graves perigos que comportam os projectos do CDS e PSD que visam alterar a Lei da Greve, considerando que se está em presença de uma operação pensada e programada com vista a restringir e mutilar este direito fundamental dos trabalhadores.

Entre um projecto e outro, cumprido que foi pelo CDS o papel de "lebre", bem pode dizer-se que "venha o diabo e escolha", ou, para utilizar a expressão de Jerónimo de Sousa, a diferença reside entre "a navalha e o bastão: o do CDS é inconstitucio-

nalmente mais grosseiro; o do PSD mais refinado e eficaz".

Em declaração política proferida numa das sessões plenárias da passada semana, aquele parlamentar comunista explicou mais detalhadamente as razões do seu alerta, recordando nomeadamente que a proposta — "inconstitucional e com um carácter autoritário e discriminatório", segundo as suas palavras —, visa em quase todos os sectores retirar às associações sindicais o direito de decretar greve, ao mesmo tempo que propõe o poder arbitrário do patronato na definição e amplitude dos serviços mínimos".

Demonstrando que as alterações propostas vão muito para além do mero "sentido corrector" que os seus autores querem fazer crer e configuram de forma inequívoca uma tentativa de golpe profundo no direito à greve, Jerónimo de Sousa assinalou ainda o aumento de cinco dias exigido para a entrega do pré-aviso de greve, o intervencionismo administrativo do Governo nos processos de greve e a criação de novas e pesadas sanções disciplinares e penais contra os trabalhadores.

Interpretando este "projecto fura-greves" como um facto revelador da

"falência das teses dos apóstolos da concertação e dos que negam o antagonismo e a luta de classes", Jerónimo de Sousa trouxe ainda alguma luz relativamente aos motivos que justificam tamanha pressa do PSD, adiantando que esta corresponde à necessidade de fazer passar o diploma no período de férias.

"A sua pressa reside, não no receio de que em Agosto se assista a um crescendo de processos grevistas, mas porque quer acelerar a sua política de injustiça social e desarmar os trabalhadores deste seu importante instrumento de luta", concluiu.

«Lei dos Militares» «Falsidades e mistificações»

Objecto do veto presidencial, o decreto-lei que adopta medidas de racionalização dos efectivos militares foi apreciado sob a forma de proposta de lei (sem que o Governo nela tenha introduzido alterações substanciais relativamente ao conteúdo do diploma inicial), na passada semana, pela Assembleia da República.

Em sessão extraordinária, seguida das galerias por muitos militares, o Executivo através do ministro da Defesa dirigiu fortes ataques ao Presidente da República, acusando-o no-meio de ignorar a opinião de três chefes militares e do Governo ao vetar a lei de redimensionamento das Forças Armadas. Fundamentações de natureza técnica para a manutenção do mesmo diploma preencheram ainda grande parte do discurso de Fernando Nogueira.

Por explicar de forma convincente ficaram no entanto as razões que levaram o Governo — e esta foi uma das críticas subscritas por toda a oposição — a não ouvir primeiro a Assembleia da República, o Presidente da República e os militares antes de submeter o decreto à aprovação de Mário Soares.

Esta foi de resto uma questão central do debate que levaria João Amaral em nome da bancada comunista a considerar o processo legislativo, em torno desta matéria, como pouco transparente, não hesitando mesmo em afirmar que ele foi rodeado de «falsidades», mistificações e provocações».

E a maior mistificação reside exactamente no facto de se pretender fazer crer, como faz o Governo, que os que criticam o diploma estão contra o redimensionamento e reestruturação das Forças Armadas. «É completamente falso», sublinhou João Amaral, lembrando a propósito que a «necessidade de modernização, reestruturação e redimensionamento das Forças Armadas e uma reclamação partilhada há anos por forças políticas, por especialistas, pelas Forças Armadas».

Só que um tal processo em nenhuma circunstância «pode ser encetado à toa», nunca sem previamente «discutir e definir novas missões da componente militar de defesa, sem definir a que devem responder as novas orgânicas, sem saber quais as novas necessidades», observou ainda o parlamentar comunista, antes de acusar o Governo de ter optado por «um processo de bota abaixo» que nada tem a ver com um processo de reestruturação e de se ter orientado na elaboração da proposta por «um simplismo desconcertante» (ver nesta edição artigo de João Amaral).



Os trabalhadores não vão cruzar os braços perante mais um atentado a um dos seus direitos fundamentais - o direito à greve

PSD não gosta de projectos "Verdes"

A criação do "promotor ecológico", uma espécie de Provedor da Justiça vocacionado para as questões do ambiente, foi defendida há dias pelo Partido Ecologista "Os Verdes". Analisado em plenário dois dias depois do encerramento da Conferência do Rio de Janeiro sobre ambiente e desenvolvimento, este diploma visa na perspectiva dos seus autores "criar condições para facilitar o acesso dos cidadãos aos organismos responsáveis pela resolução de problemas ambientais e para canalizar queixas sobre crimes e atentados contra a natureza".

Diferentemente da opinião defendida pela bancada do PSD, para quem a figura do Promotor seria "mais uma fonte de burocracia e encargos", André Martins e Isabel de Castro sustentaram que a sua criação poderá desempenhar um importante papel de "informação, de esclarecimento e de acção concreta, dando pareceres e recomendações aos órgãos responsáveis da Administração Pública no sentido da correcção de situações ilegais e injustas".

Na mesma ocasião, dois outros projectos de lei daquela formação incidindo na área ambiental e qualidade de vida foram analisados em plenário, num caso sobre o acesso dos cidadãos aos dados da administração relativos ao ambiente, no outro estipulando medidas de "prevenção da poluição provoca-

da por navios que transportam substâncias poluentes ou perigosas nas águas da zona económica exclusiva portuguesa".

Objecto de idêntica iniciativa legislativa por parte da bancada comunista, esta última matéria afigura-se da maior importância uma vez que se trata de regulamentar normas que dizem respeito ao intenso tráfego de navios que diariamente percorrem os cerca de 800 Km da nossa costa marítima.

Precisando a posição da sua bancada sobre o assunto, o deputado comunista Luís Peixoto referiu que não se pretende "limitar ou proibir qualquer circulação marítima" mas tão só "regulamentar normas internacionais não aplicadas em Portugal com carácter de obrigatoriedade" que permitam não apenas prevenir como minimizar acidentes susceptíveis de provocar poluição na nossa costa.

Ao analisar a participação do Conselho da Europa na Conferência do Rio, Luís Peixoto classificou-a de "cinzenta e incharacterística", atribuindo ao Governo português responsabilidades por essa situação, porquanto, observou, não foi capaz de promover um debate e o envolvimento da opinião pública nas questões ambientais em ordem a que fossem adoptadas "posições avançadas capazes de influir, condicionar e constituir um exemplo para os demais países".

Convergência pelo Alqueva

O empreendimento de fins múltiplos do Alqueva como factor decisivo de desenvolvimento do Alentejo voltou a ser defendido pelo Grupo Parlamentar do PCP. Em foco no recente Congresso Extraordinário sobre o Alentejo, este tema foi levado a plenário numa das sessões da passada semana por Miguel Urbano Rodrigues, em intervenção proferida no período antes da ordem do dia no decorrer da qual o parlamentar comunista expôs de forma detalhada as razões que do seu ponto de vista justificam a realização daquele empreendimento.

Razões de ordem diversa que ainda há bem pouco no Congresso do Alentejo foram invocadas por muitos dos que nele participaram, reunidos em torno de uma convergência fundamental, pese embora as suas múltiplas proveniências e formações nos planos técnico, político e ideológico: a defesa do Alqueva como meio de "preservar e revitalizar a vida em cerca de um terço

do território de um país da Comunidade Europeia".

Uma região onde se fazem sentir como em nenhuma outra os efeitos da desertificação física e humana, situação que Miguel Urbano se recusou a aceitar como uma fatalidade, lançando o dedo acusador: "o desastre ecológico, a fuga das populações, o espectáculo angustiante das aldeias envelhecidas e das casas sem moradores é da responsabilidade daqueles que em Portugal exercem o Poder".

Uma responsabilidade que o deputado comunista fez questão de precisar, ao lembrar a atitude do actual Executivo do PSD que "tanto se enfeita com plumas comunitárias" para em simultâneo oferecer à Comunidade Europeia "o exemplo mais chocante de indiferença pela desertificação galopante de uma região que foi durante séculos uma das zonas agrícolas mais ricas e povoadas do Sudoeste da Península Ibérica".

Depois de recordar o

modo como em diferentes épocas os homens souberam tirar partido da água como "fonte criadora de civilizações", Miguel Urbano não resistiu em estabelecer uma comparação entre o que se passa em Portugal e em Espanha, interrogando-se sobre o que seria a agricultura neste último país, designadamente em amplas áreas do Sudeste do seu território, "se o Governo de Madrid não houvesse há muitíssimo tempo desviado os caudais do curso superior do Tejo para o Vale do Segura".

E num breve relato onde melhor se acentuam as diferenças, acrescentou: "há quatro décadas o panorama do Guadiana espanhol não diferia muito do português. Por ali andei na estepe estremenha. Hoje, quem sobe o rio de Badajoz para Mérida e Don Benito, entra num mundo verde, de fartura. Aquelas várzeas ricas tornaram-se pólo de uma agricultura avançada".

Álvaro Cunhal visita o Funchal

Comunistas madeirenses preparam eleições

O Secretário-Geral do PCP participou, na Madeira, no passado sábado, num debate que reuniu mais de sessenta pessoas e cujo tema se centrou sobre a vida do Partido. Álvaro Cunhal, em resposta às perguntas colocadas, acentuou que os comunistas se orgulham do seu passado de luta e de combate pela liberdade, pelo fim da exploração do

homem pelo homem, e, falando sobre o presente, afirmou que o PCP se encontra de boa saúde, que é um partido dinâmico, levando a cabo um grande número de iniciativas e realizações no âmbito da sua intervenção política em defesa dos direitos dos trabalhadores e, também, no da preparação do Congresso, onde os comunistas darão

respostas às novas situações e às novas realidades. No Encontro do dia 21 foi anunciado que seria o camarada Leonel Nunes, Coordenador Regional do Partido na Madeira, quem será o cabeça de lista às eleições regionais. Na sua intervenção final, Leonel Nunes referiu-se à participação unitária nas listas, apelando depois aos

participantes no encontro para que cada um venha a ser um esclarecedor, no sentido de vir a conseguir-se a eleição de um grupo parlamentar da CDU na Assembleia Regional.

Leonel Nunes sublinhou ainda que os compromissos da CDU são compromissos para cumprir, e convidou os presentes a terem em conta

os documentos aprovados, com dois objectivos — o de serem instrumentos para o esclarecimento necessário e o de servirem mais tarde para que os eleitos da CDU prestem contas sobre os compromissos assumidos.

No final das iniciativas, Álvaro Cunhal visitou ainda os concelhos de Câmara de Lobos e de Machico, onde

dialogou com as populações, nomeadamente com pescadores que lhe referiram as dificuldades por que estão a passar devido à ausência, na Região, de uma rede de frio para absorver o pescado, e à situação de desemprego de muitos trabalhadores devido ao debate de barcos que não tem sido acompanhado pela renovação da frota.

Álvaro Cunhal no Encontro Regional da

Neste Encontro da CDU/Madeira desejo: confirmar que o PCP está empenhado no desenvolvimento do **quadro unitário da CDU** e saudar não apenas os meus camaradas comunistas mas os nossos companheiros da CDU (Os Verdes, ID, independentes) e todos aqueles que têm dado uma contribuição valiosa para este projecto político.

As conclusões do Encontro estão contidas na Resolução que acaba de ser aprovada. Felicito-vos pelos resultados do Encontro.

O Encontro está praticamente terminado. Permite, entretanto, que vos diga ainda algumas palavras sobre as posições do PCP em relação a alguns aspectos das matérias sujeitas à apreciação deste vosso Encontro.

Camaradas:

A Direcção do nosso Partido tem acompanhado com profunda atenção a situação existente nas Regiões Autónomas. A Organização do PCP/Madeira, assim como a Organização do PCP/Açores, além de uma importante contribuição para a actividade geral do Partido à escala nacional, mantêm regularmente informado o Partido da sua actividade e da situação nas Regiões respectivas. Não há muito, numa reunião da Comissão Política participaram os Coordenadores das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

A análise da situação nacional e a orientação e actividade do Partido definidas e conduzidas em termos globais para o nosso país têm assim em conta a especificidade da realidade institucional, económica e humana que constitui cada Região Autónoma.

A autonomia regional

Como foi sublinhado neste nosso Encontro a instituição das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores é uma notável conquista da revolução democrática de Abril.

Esta grande conquista significa simultaneamente e como elementos inseparáveis, a atribuição de largas competências ao Governo e instituições regionais no que respeita à política económica, à política social, à habitação e obras públicas, à saúde, ao ensino, e a inserção da Autonomia Regional na unidade e independência da nação portuguesa e no regime democrático.

O nosso Partido tem criticado tanto atitudes e tendências separatistas que põem em causa a unidade da nação e do Estado português, como atitudes e tendências centralistas que põem em causa a autonomia regional.

Tais atitudes e tendências manifestam-se no seio das próprias forças governantes, respectivamente na área do Governo Regional PSD (tendências separatistas) e na área do Governo Central do mesmo PSD (decisões centralistas).

De notar que as forças sociais e os caciques políticos do tempo da ditadura, que após o 25 de Abril conseguiram assenhorar-se do poder e mantê-lo até hoje, e desde a primeira hora (invocando os direitos da Autonomia) conduziram na Madeira a resistência à revolução democrática, nunca anteriormente ao longo de dezenas de anos invocaram a Autonomia contra o poder central fascista.

O nosso Partido considera o sistema autonómico como inseparável da democracia, do respeito pelos princípios e normas democráticas constitucionais. Considera que o sistema autonómico é pervertido na sua própria essência pela imposição de situações antidemocráticas tanto pelo Governo PSD na Região Autónoma, como pelo Governo PSD a nível nacional.

O défice democrático

Uma questão referida neste nosso Encontro que tem sido matéria de atenta consideração e animado debate nos últimos tempos tem sido a questão do chamada "défice democrático" na Madeira.

Pena é que o PS, que com tanta violência verbal, num estilo parecido com o do Presidente do Governo Regional, acusa o défice democrático na Madeira, coopere em decisões e

medidas do défice democrático que o Governo PSD de Cavaco Silva está impondo ao país.

É inquestionável que a democracia sofre na Madeira graves limitações e atropelos. Mas, vindo eu do Continente, mal se compreenderia que no seguimento das intervenções deste Encontro aqui viesse falar do défice democrático na Madeira e nada dissesse do défice democrático que está a ser instaurado em todo o país pelo Governo do PSD de Cavaco Silva.

De facto, assiste-se da parte do Governo central a uma verdadeira ofensiva contra a democracia política. Com a governamentalização do poder. A tentativa de subjugação da independência dos tribunais. A redução dos direitos da Oposição. A eliminação dos instrumentos de fiscalização da acção governativa. Novas leis eleitorais pervertendo a sua democraticidade. Novas leis restringindo o direito à greve. Ofensiva contra o poder local democrático. Apossamento e instrumentalização dos grandes meios de comunicação social. Tudo numa grande operação que desnatura a democracia política e visa instaurar de facto um regime de partido único no poder, de cariz totalitário.

Tal é o défice democrático resultante da acção antidemocrática do Governo PSD de Cavaco Silva. É o défice democrático que dia a dia firme e coerentemente combatemos. E assim como combatemos com firmeza e coerência a acção antidemocrática - simultaneamente e numa mesma linha de orientação - do grande capital, do PSD de Cavaco Silva, e a acção antidemocrática do Governo Regional da Madeira PSD de Alberto João Jardim.

O défice democrático na Madeira tem como ponto de partida e como primeira grande distorção da democracia ter-se instalado um regime político de poder unipartidário antidemocrático.

Com o 25 de Abril, como referiu o camarada Rui Nepumoceno, embora num processo acidentado e vencendo a resistência fascista e reaccionária, foram instauradas na Madeira liberdades e direitos básicos dos cidadãos. Foi instaurada a Autonomia Regional e instituições que teriam permitido um desenvolvimento da democracia nas suas quatro vertentes (...) e a solução de muitos dos graves problemas existentes. Mas as forças económicas e políticas dominantes mantiveram-se no essencial. A direita oriunda da ditadura, adaptando-se com dificuldade ao Portugal libertado do fascismo, apossou-se do poder e não mais o largou.

Quem poderá negar que, como vários camaradas referiram no nosso Encontro, este regime se traduz em abuso do poder, na partidarização pelo PSD do aparelho do Governo, em formas intimidatórias e opressivas que dificultam a expressão livre da vontade popular, em limitações ao pleno exercício das liberdades individuais dos cidadãos, em discriminações de carácter profissional, cívico e político, por vezes mesmo em formas de repressão e agressão física a trabalhadores que defendem os seus direitos ou simplesmente os seus deveres profissionais.

Quem poderá negar que as discriminações antidemocráticas atingem particularmente os militantes do nosso Partido com uma intensa campanha intimidatória, efectivas perseguições nos locais de trabalho, ameaças de despedimentos, activa perseguição e repressão àqueles que ousam denunciar as irregularidades e corrupção do patronato e do poder?

Entretanto, é necessário sublinhar que à luta dos comunistas, dos trabalhadores, do povo, dos verdadeiros democratas na Madeira se devem os avanços da democracia, da liberdade e direitos dos trabalhadores e dos cidadãos.

Lutar pelo respeito dos princípios e normas democráticas da vida política é uma das direcções fundamentais da nossa luta na Região Autónoma.

Os défices social e económico

O défice democrático é uma das mais graves questões da actualidade. Não é porém o único grande défice na Região Autónoma. Outros grandes défices são o **défice social** e o

défice económico. Traços e consequências da política do PSD tanto no Governo Regional como no Governo central. Défices mais profundos na Região Autónoma, porque na Madeira, como nos Açores, as forças da resistência à direita, incluindo o nosso Partido, não estão organizadas e não são tão influentes como no Continente e porque na Madeira se vive uma situação de poder absoluto não apenas de um partido, mas do chefe do partido, do Presidente do Governo Regional. Poder absoluto na vida política, mas também nas orientações e decisões fundamentais na vida económica e social.

O Governo PSD de Cavaco Silva está levando a cabo uma violenta ofensiva contra direitos fundamentais dos trabalhadores, contra direitos e benefícios sociais. Mas a luta alargou-se, intensificou-se e em muitos casos e em numerosos aspectos consegue sustentar, paralisar e mesmo fazer recuar a política do Governo.

Aqui na Madeira, como testemunham os trabalhadores e as suas organizações sindicais, grande parte dos postos de trabalho dependem dos dirigentes do PSD e dos seus clãs que além da vida política têm nas suas mãos a actividade económica e empresarial.

Testemunham, e aqui testemunharam no Encontro, que se degradam as condições de trabalho e de vida. Que se generalizam os chamados "contratos a termo" e baixam dos salários reais. Que a juventude encontra crescentes obstáculos ao direito do emprego e do estudo. Que os reformados continuam com pensões de miséria. Que se mantém a praga do analfabetismo. Que aumentam os preços dos artigos de consumo. Que se aprofundam as assimetrias sociais e se alargam as manchas de pobreza e de miséria. Que os problemas fundamentais que correspondem a direitos básicos das populações - habitação, saúde, ensino, esgotos, abastecimento de água, transportes, creches, centros de terceira idade - continuam por resolver como se pode verificar aqui mesmo nas zonas altas do Funchal, capital da Região Autónoma e em outros concelhos.

O défice social não é inferior ao défice político e se é verdade que resulta em grande parte deste, resulta também directamente de um outro e gravoso défice existente na Madeira: o **défice económico.**

Défice económico em três sentidos: e de que apareceram significativos exemplos no nosso Encontro, no sentido do domínio do fundamental da vida económica por um número relativamente reduzido de grandes empresas assim como pelo capital estrangeiro; no sentido da estagnação das estruturas produtivas, de fundos da CEE afastados das necessidades efectivas do desenvolvimento regional, do apossamento pelo Governo Regional de uma parte do Fundo de Equilíbrio Financeiro que por direito pertence às autarquias, do atraso no pagamento a empreiteiros e fornecedores, na aflitiva situação na agricultura que se traduz nomeada e actualmente nas dificuldades dos produtores de banana, na crise no sector das pescas de que tivemos ontem e hoje numerosos exemplos em Câmara de Lobos e Caniçal; nos atentados ao meio ambiente; e no sentido da situação económica e financeira da Região Autónoma em termos globais que se traduz na pesada dívida da Região, resultado da política laranja, tanto do poder regional como do poder central, que entretanto não se entendem um com o outro em relação a um problema que afecta toda a vida da Região.

Défice democrático, défice social, défice económico, significando uma grave situação na Região Autónoma que se deve em parte decisiva à política do Governo Regional, que foge à fiscalização da acção governativa e adota e aplica orientações e medidas que a própria situação revela serem inadequadas aos problemas e às necessidades existentes na Madeira.

As eleições legislativas regionais

No Encontro dedicou-se grande atenção às eleições legislativas de Outubro que se revestem de particular importância. Mas tem de afirmar-se claramente que a **democraticida-**



A situação social mostra sinais de degradação com os trabalhadores a serem sujeitos às violações dos seus direitos mais elementares, com o aumento do trabalho precário e desemprego. Por outro lado o aumento do custo de vida baixa os rendimentos das famílias, e o direito à habitação, saúde, ensino, é cada vez mais inacessível. Crescem bolsas de pobreza.

CDU no Funchal

de destas eleições está à partida comprometida e viciada.

Democraticidade comprometida e viciada pelas leis eleitorais regionais que não respeitam o princípio constitucional da proporcionalidade, de tal forma que com tais leis um partido pode obter uma maioria absoluta de lugares na Assembleia mesmo que nem sequer seja o partido mais votado.

Democraticidade comprometida e viciada também pelo défice democrático atrás referido, pela limitação efectiva e efectivas discriminações de liberdades e direitos dos cidadãos e dos partidos.

Nestas condições, a batalha eleitoral começa para nós desde já com a reclamação de melhores condições de democraticidade das eleições. (...)

Não é porém batalha que se trave apenas na Madeira. É batalha que travamos em todo o nosso país. Porque, tal como o Governo Regional PSD, também o Governo Central PSD visa deliberadamente comprometer em todo o país a democraticidade de futuras eleições. Com as novas leis eleitorais que pretende impor. Com a instrumentalização partidária do aparelho do Estado. Com a governamentalização e manipulação da televisão e outros grandes meios de comunicação social. Com o silenciamento e discriminações efectivas da Oposição, particularmente do nosso Partido e da CDU.

A luta pela democraticidade das eleições é uma luta geral em que todo o nosso Partido e a CDU estão empenhados. Assim todo o nosso Partido é solidário com a luta da Organização Regional por condições democráticas para as próximas eleições e com os objectivos eleitorais definidos pela CDU(Madeira).

São objectivos inteiramente justos e adequados à situação sublinhados no Encontro:

- reconquistar a voz da CDU e no concreto a voz dos comunistas na Assembleia Legislativa Regional, "a voz que faz falta" porque é indispensável para a defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações e como passo para abrir caminho a uma solução governativa dialogante, aberta e participada;

- contribuir de forma construtiva para a solução dos graves problemas económicos, sociais, políticos e culturais da Região Autónoma.

É de lembrar e neste Encontro foi lembrada a experiência da acção do deputado comunista de 1980 a 1988. O nosso deputado deu valiosa contribuição para que a Assembleia deixasse de ser apenas uma cobertura formal do Governo, deu valiosa contribuição para a dinamização dos seus trabalhos, para a sua dignificação como órgão, para que aí se ouvisse a voz na defesa dos interesses populares e regionais. Aí foi um defensor coerente dos interesses dos trabalhadores das autarquias locais, dos transportes rodoviários, da hotelaria, dos bordados e dos pescadores. Aí foi um defensor da extinção da colónia, do desenvolvimento regional, das condições de trabalho e de vida das populações, do meio ambiente. A recuperação de tal lugar será importante não apenas para o nosso Partido e para a CDU mas para o povo e para a Região Autónoma.

O PCP e a CDU não se apresentam às eleições apenas como portadores de justas acusações e justas críticas à acção do PSD e do Governo Regional.

O PCP e a CDU apresentam-se às eleições com orientações políticas claras e fundamentadas.

Para o PCP e a CDU, a autonomia político-administrativa da Região Autónoma no quadro da unidade nacional e da integridade territorial portuguesa, deve ser um elemento dinamizador das instituições e da vida democrática, da descentralização administrativa com o poder local, do desenvolvimento económico, social e cultural da Região, da diminuição das desigualdades e assimetrias, da melhoria do nível de vida das populações, da salvaguarda dos valores culturais e regionais.

Elegendo um deputado comunista os eleitores poderão estar certos de que estas grandes linhas orientadoras inspirarão a sua intervenção na Assembleia Legislativa Regional.

Para fazer frente ao PSD e abrir caminho a uma alternativa ao Governo Regional será necessária a unidade de todos os democratas, nomeadamente com vista às eleições. A Organização do PCP/Madeira tem procurado não só desenvolver as características unitárias da CDU como estabelecer o diálogo e a cooperação que conduzam a tal unidade. Outros - PS e UDP - não compreendem a sua necessidade e, em vez de convergência, têm preferido a separação e por vezes a hostilidade. Iremos pois às eleições no quadro da CDU e vamos ao combate com coragem para que os nossos objectivos sejam alcançados.

A mais coerente força da Oposição

A preparação do Partido e da CDU(Madeira) para as próximas eleições é uma das grandes tarefas actuais.

Mas a par da preparação específica para as eleições, a actividade geral do Partido e da CDU (a actividade de massas, apesar da ainda insuficiente mobilização, a contribuição para o desenvolvimento do movimento sindical, os encontros regulares com as populações, a dinamização de protestos e abaixo-assinados, as acções de propaganda) não só constitui a actividade básica fundamental e determinante da influência na Região Autónoma, como constitui uma importante contribuição para a preparação da batalha eleitoral.

O PCP tem sido a força mais consequente na Oposição ao Governo Regional do PSD.

O PS procura apresentar-se na Madeira como a única força da Oposição. Mas tem de dizer-se que não só, a nível nacional, o PS tem fortes responsabilidades na consolidação no poder e no avanço da acção antidemocrática do Governo do PSD, como no plano regional a oposição do PS se traduz as mais das vezes num espectáculo de violência verbal muito próxima do estilo do Presidente do Governo Regional e não em propostas concretas e credíveis para uma alternativa e a solução dos problemas da Região.

A UDP na Madeira, com a pretensão de hegemonização da esquerda, esquerda de que se vai afastando, e da conflitualidade com o nosso Partido, tem dificultado a contribuição de uma oposição coerente à política do Governo Regional.

Apesar da influência ainda limitada que temos na Região Autónoma têm-se dado passos importantes no movimento sindical e na ligação com as populações.

Estas circunstâncias conferem ao nosso Partido, principal força dinamizadora da CDU, um importante papel na vida política, social e cultural e uma responsabilidade perante os trabalhadores e o povo da Região Autónoma que tem de ser assumida em toda a sua dimensão.

Com o desmoronar da União Soviética e dos países do leste da Europa, o imperialismo e as forças reaccionárias de todo o mundo proclamaram o "fim do comunismo". No nosso país anunciaram o "declínio irreversível" e o "breve desaparecimento" do PCP. Houve mesmo quem eufórico proclamasse: o PCP acabou. E até houve membros do Partido como já foi citado neste nosso Encontro que, organizados em fracção e arrastados pelos ventos dominantes, pretendessem que o PCP abandonasse a sua natureza, a sua identidade, os seus objectivos fundamentais, segundo alguns abandonasse mesmo o seu nome e, como agora se vê pelo que aqueles mesmos fazem já fora do Partido, se transformasse numa outra coisa, diluído no cacharote de uma esquerda composta por frustrados, descontentes, ex-qualquer coisa vogando um tanto à deriva.

Mas os trabalhadores, o povo, a democracia, a independência e a soberania nacionais continuam a necessitar deste Partido com a sua natureza de classe, a sua inteira dedicação ao povo e ao país, a sua experiência, a sua coerência, a sua firmeza e coragem, as suas profundas convicções, as suas propostas e a sua acção.

No momento político que vivemos tornou-se uma questão central para o nosso país, a ratificação ou não ratificação do Tratado da União Europeia, o chamado Tratado de Maastricht, que o Governo assinou.

Justifica-se que diga aqui algumas palavras sobre esta matéria.

A bem dizer, com rigor este Tratado deixou de ter qualquer validade jurídica após o Não do Referendo da Dinamarca. Por duas razões: porque nos termos do Tratado de Roma qualquer modificação teria que ser aprovada pelos Doze e portanto não poderá ser aprovada sem o voto da Dinamarca. E porque nos próprios termos do Tratado de Maastricht, este só pode entrar em vigor quando todos os Doze membros da CEE tenham entregado os instrumentos de ratificação e para isso faz falta a ratificação pela Dinamarca.

Apesar porém desta situação jurídica o Governo do PSD, obediente às ordens que lhe vêm de Bona e Paris, insiste em apressar e precipitar a ratificação mantendo o povo português no desconhecimento das pesadas consequências que virá a ter este Tratado se for finalmente aprovado contando também com a ratificação por Portugal.

Qual é pois o conteúdo deste tratado da União Europeia, o já chamado Tratado de Maastricht?

Ele representa uma alteração significativa da CEE, a transformação do Mercado Único numa União de Estados submetidos a instâncias supranacionais inevitavelmente comandadas pelos países mais poderosos e limitando gravemente e submetendo a independência nacional e a soberania dos países mais pequenos, como é o caso de Portugal.

A ir por diante este Tratado, Portugal deixará de poder decidir da sua política económica, financeira, monetária e cambial. Deixaria de poder decidir das suas políticas externa e de segurança pois teria obrigatoriamente de obedecer à política externa e de segurança comum decidida pelos maiores, mais ricos e mais fortes países da União Europeia. Deixaria de poder decidir da sua política de defesa, pois esta ficaria integrada e submetida à política de defesa comum decidida no estrangeiro e determinada por interesses que podem colidir frontalmente com interesses vitais de Portugal.

Trata-se pois de um desenvolvimento e profunda modificação da CEE no sentido federalista. Trata-se para Portugal de uma grave perspectiva da perda efectiva da independência e da soberania nacionais.

PSD, PS e outras forças políticas, escondendo ao povo o significado do Tratado de Maastricht, procuram precipitar a ratificação do Tratado, procuram precipitar nas costas do povo um Sim a Maastricht.

O PCP, coerente na defesa dos interesses nacionais, diz frontalmente Não a Maastricht e reclama que se suspenda o processo em curso que visa a ratificação, que o povo seja informado, que se promova um grande debate nacional, e que em vez de um Sim imposto pelo Governo e por forças políticas conluídas, se abra também a possibilidade ao povo português de conhecer o significado e as consequências do Tratado e de dizer Não.

Neste sentido, o Comité Central, na sua última reunião, decidiu que o nosso Grupo Parlamentar apresentasse uma proposta de alteração da Constituição com o objectivo limitado e único de realização de um referendo sobre a matéria.

Assim, também nesta questão de importância central na actualidade, o PCP se mantém firme, coerente e convicto nas suas posições.

Contra as expectativas daqueles que anunciaram que o PCP estava morto ou morreria a breve prazo, trago-vos a boa notícia de que, no Continente, o PCP está de boa saúde, de pé, activo, com uma forte dinâmica de trabalho e luta, com comprovada e profunda ligação aos trabalhadores e às massas, com um empenhamento na dinâmica da CDU, com uma forte intervenção na vida nacional que os nossos adversários procuram silenciar, ocultar e deformar.

São muitas as dificuldades e obstáculos que se oferecem no nosso caminho. Defrontamo-los com determinação e coragem. Porque a nossa causa é justa, temos confiança no futuro.

Levo para o Continente a confiança ...

Viva o povo da Madeira! Viva a CDU!

Encontro de Quadros em Viseu debate o reforço da organização

Por iniciativa da Direcção Regional de Viseu do PCP, realizou-se no passado domingo, um Encontro Distrital de Quadros do PCP, na cidade de Viseu, em que participaram, entre outros, o secretário-geral adjunto do Partido, Carlos Carvalhas, Vidal Pinto, membro do Secretariado do CC, Maria do Carmo Bica e António Monteiro, membros da DORV, e José Cação e Fernando Rodrigues, do Secretariado da DORV.

Cerca de uma centena de quadros, oriundos de todo o distrito, representando 13 concelhos e outras organizações, deram corpo a um animado debate em torno da necessidade de reforçar a organização partidária e definir as próximas tarefas dos comunistas no distrito, no quadro do prosseguimento da ofensiva do Governo PSD/Cavaco Silva, contra os direitos dos trabalhadores e contra o regime democrático, o aumento da precariedade do trabalho e o agravamento das condições de vida do povo. Os presentes discutiram a melhoria da intervenção do Partido nas várias áreas, o aumento da participação dos militantes e o aprofundamento da discussão das questões políticas e ideológicas, com vista à preparação do 14.º Congresso do PCP.

O Encontro aprovou uma resolução que, por um lado, analisa a situação actual e, por outro, aponta várias medidas e propostas do PCP relativas à situação social e laboral, acti-



vidade sindical, agricultura, informação e propaganda, eleições autárquicas de 1993 e outras matérias.

No encerramento dos trabalhos Carlos Carvalhas usou da palavra referindo-se ao reforço do Partido, à situação política e social e à má política do Governo PSD/Cavaco Silva, ao Tratado de Maastricht e às suas consequências para Portugal. (Ver, abaixo, extractos da intervenção do secretário-geral adjunto do PCP)

—Carvalhas em Viseu—

Os duelos oratórios PS/PSD

(...) O duo PSD e PS que ainda há pouco tempo aprovaram os Acordos de Shengen, que permitem a criação de polícias e sistemas de informação integrados sem controlo democrático, gostariam agora, de cozinhar rapidamente uma revisão constitucional, para aprovarem o Tratado de Maastricht, com dois ou três debates extra-Assembleia, para darem a ideia que houve debate público.

Fica mais uma vez claro, infelizmente, que o verbalismo radical, os agressivos e acalorados duelos oratórios entre o PS e o PSD, não traduzem diferenças de conteúdo. Servem sim para disfarçar, para dar um ar de oposição frontal, e esconder o conjunto de interesses e objectivos coincidentes sobre questões fulcrais para a vida e o futuro dos portugueses e de Portugal.

Nós entendemos que a ratificação de Maastricht pelas suas graves incidências para a vida de todos nós, não pode ser cozinhada a dois, no circuito fechado da Assembleia da República, tanto mais que o Tratado está juridicamente comprometido

desde que os dinamarqueses disseram que "o Rei vai nu".

Por isso, pela nossa parte face à abertura pelo PSD e PS de um processo de revisão constitucional iremos apresentar um projecto de revisão visando única e exclusivamente possibilitar a realização de um referendo sobre Maastricht que deveria culminar num amplo, sereno e objectivo debate sobre o conteúdo, significado e consequências do Tratado.

Maastricht comporta a transferência de importantes parcelas de soberania, numa dinâmica federal, para órgãos supranacionais, não eleitos, que decidem à porta fechada, longe dos cidadãos, por maioria, permitindo a dominação dos grandes sobre os pequenos países. A Europa não se resume a Maastricht e a Bruxelas.

A União Europeia de Maastricht a avançar tenderá a ser uma fonte de divisões, de alimento de nacionalismos, xenofobias e racismos, uma questão portadora não de "união" e cooperação, mas de novos conflitos. Mesmo a ideia de que com a União Europeia de Maas-

tricht se pode conter e "amarrar" a Alemanha, não tem qualquer sentido. Se a Alemanha constituir uma ameaça para os outros países, não é nenhum Tratado europeu que a evitará.

É tempo de abrir todas as janelas do Tratado e dá-lo a conhecer ao povo português para que o possa ajuizar.

Creio que, no âmbito da defesa e no seguimento de Maastricht não pode deixar, no mínimo, de nos preocupar que já se afirma que as «forças da UEO vão intervir "em missões de paz" com a participação portuguesa!» E creio também que fica claro, o que significa a "Europa Independente", quando o Ministro da Defesa francês afirma que o "corpo da armada franco-alemão, operará debaixo da autoridade de um comando da OTAN..." que é a sua maneira de dizer, sob as ordens do sr. Bush...

(...) A, uma semana da Cimeira de Lisboa, Cavaco Silva faz constar "que está apreensivo quanto aos resultados, nomeadamente quanto ao compromisso político sobre o pacote Delors II..." É a velha encenação antes de qualquer cimeira. Dramati-

za-se aquilo que se sabe que tem todas as probabilidades de ser aprovado para depois se concluir que a dita foi "histórica".

Mas o que interessa aos países com economias mais frágeis não é um "compromisso político" cheio de bonitas palavras, sobre o pacote Delors II, mas sim o seu quantitativo financeiro, a duplicação dos Fundos Estruturais.

É certo e sabido que a Cimeira tem todas as condições para aprovar, tal como as anteriores, um conjunto de "boas intenções" sobre a coesão económica e social, sobre o alargamento da Comunidade, sobre a cooperação, sobre "os direitos do homem", sobre o racismo...

Mas o que os portugueses gostariam de ver aprovado sem tibiezas era a redução do horário de trabalho semanal para o máximo de 40 horas, a condenação do trabalho infantil e do trabalho precário, a luta efectiva contra a pobreza, a aprovação da duplicação dos Fundos Estruturais, a aprovação de um documento apoiando o povo maubere na sua luta pela autodeterminação e a independência de Timor-Leste.

Estas, sim, seriam decisões importantes, numa Comunidade em que o número de desempregados, de pobres e de trabalhadores com um emprego precário, tudo na casa das dezenas de milhões, tem vindo a aumentar e não a diminuir.

Por isso, quando, por exemplo, Giscard d'Estaing diz que com Maastricht «do que se trata é de uma Europa liberal» está a dizer uma verdade. Maastricht é a construção de uma Comunidade assente na lei do mais forte, na desregulamentação social, na "liberdade do peixe grande comer o pequeno", na submissão dos pequenos aos grandes países. (...)

6.ª Assembleia de Grândola Desenvolver mais o concelho

Mais de 130 delegados participaram na 6.ª Assembleia da Organização Concelhia de Grândola do PCP, que decorreu no passado dia 10 de Junho no salão da Cooperativa de Consumo «Unidade Popular».

Os trabalhos, que tiveram como lema «mobilizar o Partido para desenvolver mais o concelho», foram precedidos de várias reuniões preparatórias que registaram uma grande adesão de militantes.

A caracterização do concelho de Grândola, feita pela assembleia, realça a existência de taxas que rondam de perto os 100 por cento de saneamento básico, electrificação, tratamento de águas residuais, de vias de comunicação em bom estado que abrangem os principais pontos da área concelhia, boas instalações desportivas e uma excelente biblioteca e uma piscina coberta, já na sua fase terminal de construção. Estes são, contudo, apenas alguns dos muitos melhoramentos introduzidos pelos comunistas ao longo de 18 anos com vista ao aumento do bem-estar da população.

Nesta perspectiva de desenvolvimento necessário, que tem hoje de ter em conta realidades diferentes das que se faziam sentir há uma década atrás, os comunistas de Grândola aprovaram um resolução no final do plenário, em que apontam os grandes projectos com vista ao progresso económico e social no concelho.

A construção da barragem sobre a ribeira de Grândola é uma das obras previstas e constitui uma antiga aspiração da população, assim como a criação de novas infra-estruturas rodoviárias, nomeadamente a ligação a Évora e a construção de uma via turística ao longo da faixa costeira, que abrange 45 quilómetros de praia.

A conclusão de empreendimentos turísticos, em curso, e a reanimação da indústria corticeira, bem como a delimitação de uma zona destinada à indústria ligeira, são ainda alguns vectores importantes preconizados pelo PCP.

Outras questões estiveram em foco, caso da preservação do meio ambiente, sendo aprovada uma moção contra a tentativa de imposição, por parte do Governo PSD, de uma aterro para resíduos tóxicos em Grândola e de uma incineradora, na zona de Sines.

A educação, o ensino, a saúde, a cultura, o desporto e a juventude foram também questões debatidas pelos delegados, que se debruçaram ainda sobre as próximas eleições autárquicas e aspectos da organização local. Os presentes aprovaram por unanimidade a nova Comissão Concelhia que assumiu o compromisso de melhorar a actividade partidária no concelho de Grândola.

Dar mais força a Queluz

Sob o lema «reforçar o PCP dá mais força à freguesia, realizou-se no passado dia 13 de Junho, a 4.ª Assembleia da Organização de Queluz, que contou com a participação de Henrique de Sousa, membro do Secretariado do PCP. Os presentes aprovaram o relatório de actividades e um documento com as principais orientações de trabalho futuro. Por fim, foi eleita a nova Comissão de Freguesia, integrada por 22 camaradas.

Queluz ocupa uma das áreas mais reduzidas de entre as 14 freguesias do concelho de Sintra, embora seja actualmente a mais populosa, com cerca de 75 mil habitantes. O PCP salienta que todo o crescimento urbano «sem qualquer planeamento integrado», tem decorrido «à sombra da iniciativa privada, da anarquia e do desordenamento, com as inevitáveis consequências para as populações». O parque industrial é reduzido, proliferando o comércio, pequenas oficinas e serviços que ocupam baixo número de trabalhadores.

A 3.ª Assembleia debruçou-se também sobre o trabalho autárquico, chamando à atenção para as dificuldades criadas pelas «alianças de bastidores» entre o PS, PSD e CDS no sentido de isolar o presidente da Junta eleito pela CDU, do que resulta um esforço acrescido para levar à prática os pressupostos do programa da Coligação.

As orientações de trabalho aprovadas apontam para o lançamento de uma campanha de novos militantes, nomeadamente junto das camadas mais jovens; promover a actualização de quotas e a venda do «Avante!» e de «O Militante»; criar uma comissão eleitoral e uma outra dedicada a iniciativas locais, entre outras medidas com vista à dinamização da intervenção do Partido.

Numerus clausus mantém-se no novo modelo

A JCP considera que o novo modelo de acesso ao ensino superior, apresentado pelo ministro da Educação, na passada sexta-feira, «não dá resposta ao problema de fundo - a manutenção do *numerus clausus*», salientando que «as alterações introduzidas, nomeadamente o anúncio do fim da PGA, resultam da justa e importância da luta estudantil, travada nos últimos anos, particularmente em 91 e 92».

Por outro lado, a iniciativa legislativa avançada pela JSD e pelo PSD sobre a matéria, revela, segundo a nota da JCP, «a sua postura sobranceira face aos jovens». O projecto-lei é «particularmente gravoso para os jovens na medida em que, a par de não contemplar muitas das reivindicações estudantis, reedita a famigerada PGA, agora travestida

com o pomposo nome de Prova Nacional de Língua e Cultura Portuguesa».

Os jovens comunistas recordam que a bancada do PCP já apresentou uma proposta de lei que extingue a PGA e cria um novo regime de acesso, que elimina as restrições quantitativas, propõe uma prova de capacidade de âmbito nacional e específica para cada curso ou grupo de cursos afins, exige um plano de desenvolvimento do ensino superior público e o reforço do seu financiamento, de forma a permitir a sua expansão quantitativa e qualitativa.

A organização considera ainda que qualquer alteração ao regime de acesso deve ser submetida a um amplo debate nacional, onde os estudantes tenham um papel activo.

TRABALHADORES

«Disponíveis» da FP não passam em Belém

26 é dia de luta geral

A CGTP-IN distribuiu segunda-feira uma nota à Imprensa, assinalando a «intensificação das iniciativas de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores portugueses para o Dia Nacional de Luta que se concretiza dia 26 de Junho com acções diversificadas, incluindo greves, por todo o País, e com uma concentração junto ao Centro Cultural de Belém, pelas 16 horas».

Entretanto, a chamada lei dos disponíveis, da autoria do Governo, era enviada para o Tribunal Constitucional pelo Presidente da República. «Dizer não aos despedimentos na Administração Pública» e no sector empresarial do Estado é um dos objectivos da jornada de 26, e é precisamente desse assunto que trata o diploma do Governo, cuja constitucionalidade foi mandada verificar pelo Chefe de Estado juntamente com a disposição governamental que manda encerrar o Teatro de S. Carlos».

A par destas movimentações, são de realçar as lutas que

se desenrolam na Ideal de Coimbra, entre os trabalhadores da Administração Local, em diversas áreas da Administração, na Quimitécnica, na Biofranco, Favorita e Metalminer, empresas do grupo EAT.

Além de reclamações específicas, como é o caso destas últimas, com salários e outras remunerações em atraso, deve destacar-se a acção pública conduzida pelos sindicatos, com realce indiscutível para as organizações de orientação unitária, que têm apoiado a luta dos trabalhadores aduaneiros (a greve prolonga-se até 29), dos navios de cabotagem, no sector dos lanifícios, na Fapajal.

Quanto ao sector dos lanifícios, fontes sindicais disseram à Lusa que a greve de 11 teve uma adesão de 75 por cento no distrito de Castelo Branco. No concelho da Covilhã, a paralisação chegou aos 85 por cento. Na generalidade das lutas — e sublinhem-se as dos aduaneiros — as adesões têm sido muito elevadas, atingindo às vezes os 100 por cento.

A CGTP anuncia «uma semana com muitas acções e lutas» contra o projecto PSD de alteração do direito à greve

Um direito decisivo

A defesa do direito à greve, fortemente ameaçado sobretudo pelo projecto do PSD, foi abordado por Américo Nunes, dirigente da Comissão Executiva da CGTP. Em declarações à Lusa quinta-feira passada e ao referir-se à jornada de 26, aquele dirigente afirmou: «Trata-se de defender um direito essencial dos trabalhadores que, por isso, exige grande unidade de respostas». Como já adiantámos no número anterior, a luta neste caso é tanto mais relevante quanto maior é a importância não só dos direitos em causa, mas do próprio funcionamento da vertente económica da democracia e dos preceitos constitucionais aplicáveis na defesa do regime em geral que não pode, por exemplo, ser deixada à discricionariedade do patronato.

Anunciada esta semana

Greve nas fábricas das Forças Armadas

Greve no Iroma, encontro luso-espanhol dos guardas florestais, autonomia no INIC, greve na CML. Sindicatos rejeitam despedimentos e ataque ao direito à greve

Uma concentração em frente ao Ministério da Defesa e uma greve prevista para 23 do corrente foram anunciadas a semana passada pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas. O STEFFAS exige a reabertura das negociações salariais para 1992. Os aumentos deverão ser de 10,75 por cento.

Era anunciada também uma greve no Iroma (Instituto Regulador e Orientador do Mercado Agrícola). A Federação da Função Pública (FNSFP) indicava dia 15 que o objectivo da paralisação é a defesa dos postos de trabalho. Na mesma data, a Federação sindical acusava o Governo

em Lisboa de «estar a esbanjar dinheiros públicos nos matadouros que pretende privatizar, sem definir qual o futuro dos que lá trabalham».

Organizações sindicais portuguesas e espanholas, representativas dos guardas florestais marcavam entretanto para 20 do corrente um encontro na Biblioteca Municipal da Lousã. Segundo a FNSFP, trata-se de analisar conjuntamente «a sua situação profissional e o seu papel na defesa da floresta ibérica».

No Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) cerca de uma centena de trabalhadores da área de Lisboa, reunidos em 11 do corrente, aprovaram uma

proposta no sentido de «preservar a autonomia científica e o direito à carreira dos trabalhadores».

Continuavam entretanto os períodos de greve do pessoal operário da Câmara Municipal de Lisboa. No fundamental, a greve visa obter do Governo a revalorização e reestruturação das carreiras dos 1300 operários da CML.

Concentração em Belém

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que mantém a anunciada concentração de 26 deste mês junto ao Centro Cultural de Belém, foi recebida em 12 do corrente na Presidência da República. Entregou, sobre o chamado «diploma dos disponíveis», um dossier «fundamentado, pedindo que o presidente envie ao Tribunal Constitucional» aquele diploma para «fiscalização da sua

eventual constitucionalidade». A mesma delegação da FNSFP esteve também na Presidência do Conselho de Ministros, onde reclamou, num documento, que «o Governo reveja a aprovação

do diploma dos disponíveis».

Os trabalhadores da Função Pública «não estão disponíveis para aceitar nem despedimentos nem alterações à lei da greve», reafirma

por seu turno o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro com sede em Coimbra.

O mesmo sucede com todas as organizações sindicais do sector.

Descongeladas vagas na enfermagem

Perfazem 3500 as vagas descongeladas pelo Governo para a admissão de enfermeiros este ano. A direcção do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses obteve essa informação a semana passada junto da Secretaria de Estado do Orçamento. Para as 2500 vagas, não conseguiu apurar, no entanto, a data previsível da sua publicação. Sexta-feira, numa nota à «demonstrativo da justeza

da luta que tem sido travada pelos enfermeiros contratados e avençados».

Nessa data, o pessoal completava 18 dias de greve em vários estabelecimentos de saúde. E, apesar do recente descongelamento, enfermeiros avençados e contratados continuam com acções programadas. Segundo o SEP, há greves marcadas para os próximos dias 23, 24 e 25 no Hospital dos Capuchos e para 24, 25 e 26 no Curry Cabral. Estas formas de luta serão reanalisadas, adianta o SEP, «mas tudo indica (nota de Imprensa, a direcção do SEP considera o facto 19) que a disposição e unidade se manterá até à

solução definitiva dos problemas existentes».

O SEP sublinha que se está, mesmo assim, na «primeira fase da solução do problema». Para o Sindicato, «a decisão de descongelamento de vagas só é solução, se urgentemente se efectivar a sua publicação e aplicação imediata»; é «urgente a divulgação da distribuição de vagas pelas várias instituições; é inadiável a decisão governamental de «isenção de quotas de descongelamento futuras, ainda a ser tomada em 1992, para que em 1993 não venham outros enfermeiros a viver a mesma situação».

Ex-Quimigal

Um caso surpreendente

O que tem sido chamado o «sucesso da reestruturação» da Quimigal (a conhecida grande empresa do Barreiro, que «pariu» 24) transformou-se num caso muito sério. Das 68 fábricas a produzir em 1983 naquela cidade restam hoje menos de 30. A União dos Sindicatos do Barreiro e Moita revelava em 15 deste mês que das 24 empresas formadas a partir da Quimigal «algumas estão em vias de falência e possível encerramento». A Ermi já fechou. «Construíram-se fábricas, que custaram mais de 20 milhões de contos, e agora estão a ser vendidas para a sucata, tendo algumas delas arrancado no início dos anos 80». Essas novas empresas — sublinham os sindicatos — «continuam a diminuir os seus efectivos,

com despedimentos colectivos, rescisões de contratos» e outras formas de despedir pessoal. «Em 1983, a Quimigal Barreiro empregava mais de 6500 trabalhadores efectivos». Depois do «sucesso da reestruturação» são «cerca de 2100». Como exemplos mais flagrantes do que afirma, a União dos Sindicatos do Barreiro e Moita refere as empresas Quimitécnica, Nutasa, Plasquisa, Lusol, ATM, Quimigal Adubos, CPB, Enef, Quimiparque, LPQ, Fisipe e Tinco — «todas com problemas idênticos».

A União dos Sindicatos responsabiliza o Governo pelo que se está a passar e considera o caso Quimigal integrado no «escândalo das privatizações».

Eleições

Êxitos da unidade

Foram eleitos em listas unitárias alguns órgãos representativos dos trabalhadores da Sorefame, da Cimpor e do STIMMDA (corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Aveiro). De salientar que neste último acto eleitoral votaram mais de 60 por cento dos associados inscritos nos cadernos eleitorais. Desses, 98,5 deram o seu voto à única lista concorrente (unitária). As eleições efectuaram-se em 15, 16 e 17 de Junho. Na Sorefame o apuramento final da eleição para a Comissão de Controlo

(CCS) registou 8 mandatos para a lista A (mais um do que nas eleições anteriores) e 3 para a lista B. Desde 1990 — ano das penúltimas eleições — desapareceram na empresa 600 postos de trabalho. O total dos inscritos foi de 1115. Votaram na «A» 785 e na «B» 313. Na Cimpor as eleições para a Comissão e Subcomissões de Trabalhadores fizeram-se em lista única e unitária. Em 3 de Junho, a percentagem da votação foi de 62 por cento, mais 19 por cento do que nas eleições anteriores. Votaram 1138 dos 1827 trabalhadores presentes na empresa.

Jornalistas

Segurança Social na Casa da Imprensa

O «Diário da República» de 19 de Junho publica uma portaria que manda integrar na Casa da Imprensa o fundo especial de segurança social dos jornalistas. Segundo a Lusa, o diploma entra em vigor no mês seguinte àquele em que se efectivar o visto do Tribunal de Contas sobre o protocolo a subscrever por responsáveis do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, da Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas e da Casa da Imprensa.

INTERNACIONAL

HUNGRIA

Gyorgy Keleti, candidato do Partido Socialista (ex-comunista), venceu as eleições parciais em Kisber, no Norte da Hungria, derrotando o secretário de Estado das Finanças, Tibor Pongracz, do Foro Democrático, o partido que lidera a coligação governamental.

Gyorgy Keleti obteve 68,5% dos votos contra 17,3% do candidato conservador.

MEDITERRÂNEO

Representantes de cerca de 40 países e organismos internacionais, reunidos durante seis dias na cidade andaluz de Málaga, apelaram para uma maior cooperação, paz e estabilidade nos Estados do Mediterrâneo.

Numa declaração divulgada no final dos trabalhos da primeira Conferência interparlamentar sobre segurança e cooperação no Mediterrâneo, os representantes apelaram também para a necessidade de um encontro a nível de governos que, consideraram, poderá aprovar resoluções mais concretas sobre os problemas que afectam a região.

Na conferência, organizada pela União Inter-Parlamentar, sediada em Genebra, participaram delegados de todos os países do Mediterrâneo, exceptuando a Argélia, Israel e a antiga Jugoslávia.

Participaram também delegações do Reino Unido, Alemanha e Dinamarca, das Nações Unidas, da Comunidade Europeia e da União do Magrebe Árabe (UMA).

TURQUEMENISTÃO

O presidente do Turquemenistão, o ex-líder comunista Saparmurad Niyazov, foi reeleito com 99,5 por cento dos sufrágios nas eleições de que era candidato único.

O escrutínio contou com a participação de 99,8 por cento do eleitorado, cerca de 1,8 milhões de pessoas.

Com 3,3 milhões de habitantes, o Turquemenistão tem fronteiras com o Irão, Afeganistão, Uzebequistão e Kazaquistão e possui costa no mar Cáspio.

NUCLEAR

A maioria dos delegados à Conferência da ONU sobre questões de armamento, realizada em Hiroxima, pronunciaram-se a favor do prolongamento ilimitado do tratado de não proliferação nuclear, que expira em 1995.

Prvoslav Davinio, presidente da comissão das Nações Unidas para as questões de desarmamento, afirmou que a «maior parte dos delegados são favoráveis a um prolongamento ilimitado e incondicional do tratado».

Cerca de 60 representantes governamentais e de universidades de 19 países da região Ásia-Pacífico, e ainda dos EUA e da China, participaram nesta conferência.

DESARMAMENTO

Os presidentes americano e russo, George Bush e Boris Ieltsin, assinaram um acordo que reduzirá em dois terços os armamentos nucleares estratégicos dos dois países na próxima década.

Os dois presidentes assinaram também outros acordos referentes à cooperação espacial, ao comércio, à fiscalidade, aos investimentos, assim como uma carta que rege as relações de amizade e parceria entre os dois países.

EL SALVADOR

A guerrilha salvadorenha mostrou-se satisfeita após a assinatura de um novo acordo de paz com o governo do presidente Alfredo Cristiani.

Um porta-voz da «Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional» (FMLN), comandante Francisco Jovel, disse em conferência de imprensa estar «particularmente satisfeito» com o novo acordo.

Aquele porta-voz da FMLN destacou nomeadamente o facto de se ter resolvido a questão da desmilitarização do país com a supressão de duas unidades de segurança governamentais em troca de uma desmobilização até 1 de Julho de vinte por cento das forças guerrilheiras.

Desapareça a fome e não o homem

- Discurso de Fidel Castro na Cimeira da Terra

Uma importante espécie biológica está em risco de desaparecer pela rápida e progressiva liquidação das suas condições naturais de vida: o homem.

Agora tomamos consciência deste problema quando é quase tarde para impedi-lo.

É necessário assinalar que as sociedades de consumo são as responsáveis fundamentais da atroz destruição do meio ambiente. Elas nasceram das antigas metrópoles coloniais e de políticas imperiais que, por sua vez, engendraram o atraso e a pobreza que hoje atingem a imensa maioria da humanidade. Com apenas 20 por cento da população mundial, elas consomem duas terças partes dos metais e três quartas partes da energia que se produz no mundo. Envenenaram mares e rios, contaminaram o ar, debilitaram e corromperam a camada de ozono, saturaram a atmosfera de gases que alteram as condições climáticas com efeitos catastróficos que já começamos a sofrer.

As florestas desaparecem, os desertos alargam-se,

milhares de milhões de toneladas de terra fértil vão para todos os anos ao mar. Numerosas espécies extinguem-se. A pressão demográfica e a pobreza conduzem a esforços desesperados para sobreviver ainda à custa da natureza. Não é possível culpar disto os países do Terceiro Mundo, ontem colónias, nações exploradas e saqueadas hoje por uma ordem económica injusta.

A solução não pode ser impedir o desenvolvimento a quem mais necessita dele. O certo é que tudo o que contribua hoje para o subdesenvolvimento e a pobreza constitui uma violação flagrante da Ecologia. Dezenas de milhões de homens, mulheres e crianças morrem todos os anos no Terceiro Mundo em consequência disso, mais do que em cada uma das duas Guerras Mundiais.

O intercâmbio desigual, o proteccionismo e a dívida externa agridem a Ecologia e propiciam a destruição do meio ambiente.

Se se quer salvar a humanidade dessa autodestruição,

há que distribuir melhor a riqueza e as tecnologias disponíveis no planeta. Menos luxo e menos esbanjamentos poucos países para que haja menos pobreza e menos fome em grande parte da Terra. Não mais transferências para o Terceiro Mundo de estilos de vida e hábitos de consumo que arruinam o meio ambiente. Torne-se mais racional a vida humana. Aplique-se uma ordem económica internacional justa. Utilize-se toda a consciência necessária para o desenvolvimento sustentado sem contaminação. Pague-se a dívida ecológica e não a dívida externa. Desa-

pareça a fome e não o homem.

Quando as supostas ameaças do comunismo desapareceram e não restam pretextos para guerras frias, corridas armamentistas e gastos militares, o que é que impede dedicar de imediato esses recursos a promover o desenvolvimento do Terceiro Mundo e a combater a ameaça de destruição ecológica do planeta?

Cessem os egoísmos, cessem os hegemonismos, cesse a insensibilidade, a irresponsabilidade e o engano.

Amanhã será demasiado tarde para fazer o que devíamos ter feito há muito.



Moçambique

Entre a paz possível e a realidade da fome

As delegações do governo de Moçambique e da Renamo às negociações de Paz, rubricaram em Roma um protocolo que poderá abrir portas à concretização de um processo de paz no país.

Basicamente, o acordo alcançado define prioridades e uma ordem para problemas em debate, colocando o tema das questões constitucionais, notoriamente valorizado pela Renamo, associado à última alínea da agenda, relativa a garantias específicas para uma transição pacífica no período de um ano, entre a entrada em vigor do cessar-fogo e as eleições gerais.

A ordem de prioridades agora definida é a seguinte: questões militares, garantias, cessar-fogo, uma conferência de doadores para mobilizar apoios financeiros que sustentem o processo eleitoral e programas de emergência para a reintegração das populações deslocadas dentro do país e para o repatriamento dos cerca de 900 000 refugiados nos países vizinhos.

Outro aspecto particular da reordenação da agenda tem a ver com o método a ser seguido na conclusão de cada um dos quatro pontos: ao invés de rubricar protocolos separados no final de cada ponto, como até agora, os acordos respectivos serão assinados em conjunto, num documento que assumirá as características de um protocolo final.

Entretanto, num dos pontos mais sensíveis de todo o processo negocial, não foi possível qualquer avanço — a Renamo voltou a rejeitar qualquer calendarização dos debates, ficando-se assim o documento assinado pela vaga fórmula da necessidade de alcançar os objectivos propostos «o mais rapidamente possível».

Isto no quadro de uma situação dramática, particularmente agravada com o que já é considerado como a pior seca de sempre.

Actualmente, a população moçambicana em situação de emergência está estimada em cerca de 3,1 milhões de

pessoas, na sua maioria de origem rural. Muitas delas estão deslocadas das suas áreas de origem e fixaram-se ao longo da faixa litoral para obter segurança alimentar.

O défice alimentar estimado para Moçambique até 1993 situa-se em 1,2 milhões de toneladas de cereais, do qual o país só poderá satisfazer cerca de seis por cento através do recurso às importações comerciais.

As primeiras vítimas mortais da fome registaram-se em Maio na província de Sofala, antigo celeiro do país, onde mais de uma centena de pessoas já sucumbiu à escassez alimentar e 90 por cento da produção agrícola dos sectores privado e familiar são dados como perdidos.

A falta absoluta de chuvas, temperaturas mais altas do que o normal, rios praticamente secos e uma enorme dificuldade de transporte das ajudas alimentares — fruto da guerra — são a actual realidade em quase todo o país, mas particularmente nas províncias de Gaza, Manica e Sofala.

Levantamentos realizados por equipas técnicas do governo moçambicano e por agências especializadas das Nações Unidas apontam para uma perda «quase total» das culturas agrícolas no centro e sul do país, onde a precipitação de chuvas tem sido mínima em relação ao habitual.

Uma realidade a que a guerra praticamente impossibilita de dar qualquer resposta, mesmo no estrito campo da ajuda humanitária imediata.

Simultaneamente cresce o número de vítimas da cólera.

Cento e quarenta pessoas morreram desde o início deste ano em cinco províncias de Moçambique, vítimas da cólera. Os casos mortais registaram-se nas províncias de Maputo, Gaza, Manica, Sofala e Zambézia.

O Ministério da Saúde informou que, desde Janeiro, foram registados 9200 casos desta doença que está a agudizar-se devido à falta de medicamentos e à dificuldade de circulação de equipas sanitárias devido à guerra.

África do Sul

Massacre em Biopathong

«As vidas de pessoas não significam nada para eles neste jogo criminoso de desestabilização» — este o comentário da Comissão dos Direitos Humanos da África do Sul, em comunicado sobre o massacre de Biopathong, em que dezenas de pessoas, até crianças e bebês, foram assassinadas na noite de 17, num acto de barbárie que claramente se insere numa política destinada a impedir o decisivo avanço da África do Sul rumo à democracia.

A Comissão dos Direitos Humanos acusa directamente elementos do Partido Inkatha e das forças de segurança sul-africana de terem interesses em alimentar a violência, e afirma que as vítimas foram agredidas por homens armados, procedentes do albergue de Kwamadala (ocupado exclusivamente por zulus, base de recrutamento do Inkatha).

Segundo a nota da Comissão, os assaltantes foram transportados por blindados da polícia, tendo então atacado brutalmente os residentes no bairro de lata negro de Boipathong, cerca de 70 quilómetros a sul de Joanesburgo.

«Este horrível massacre confirma a existência de ele-

mentos no seio do Inkatha e das forças de segurança que têm interesse em alimentar a violência e cumprir a sua própria profecia de que o programa de acções de massas do ANC elevaria a temperatura política» — sublinhou a Comissão.

É este também o tom dos comentários na imprensa sul-africana, que exigiu em uníssono a identificação e castigo dos responsáveis pelo massacre. Apenas o jornal conservador «The Citizen» não dirige referências acusatórias à polícia.

«Um governo com a confiança do Partido Nacional desenvolveu uma estratégia sofisticada de voltar contra o Congresso Nacional (ANC) a sua própria campanha de acções de massas», comenta o semanário «Weekly Mail», que denuncia ainda: «o governo orquestrou deliberadamente uma quase histórica ameaça crescente de violência a 16 de Junho (data do início da campanha do ANC), convocando soldados de que não precisava nem chegou a utilizar».

Na sequência dos dramáticos acontecimentos, o ANC suspendeu temporariamente as conversações directas com o governo. «O processo de negociações está

completamente destruído. Não posso explicar ao nosso povo por que razão continuamos a discutir com um governo que o assassina», disse Mandela perante os 20 mil participantes no comício realizado dias depois do massacre, em Evaton, próximo de Boitophang.

A demissão do governo do presidente Frederik De Klerk e o termo da violência no país, tinham sido na véspera exigidos por milhares de pessoas concentradas no centro de Joanesburgo, por iniciativa do ANC.

«O ANC coloca decididamente a culpa sobre os ombros do próprio De Klerk, que declarou recentemente em Tóquio que o seu governo tinha um plano para contrariar a acção de massas», disse aos manifestantes o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa — «Este plano incluía a mobilização do Exército, da polícia e dos respectivos reservistas». Actos provocatórios que fracassaram no seu objectivo de «intimidar as pessoas, que saíram aos milhares para os comícios do ANC».

No documento lido por Cyril Ramaphosa sublinha-se ainda que «De Klerk

criou a oportunidade para tal carnificina ao legalizar o porte de armas perigosas, em 1990» e refere-se o facto de a polícia ter devolvido há dias cerca de duas mil armas tradicionais antes capturadas a manifestantes zulus.

«Qualquer um que tenha dúvidas sobre o carácter letal

destas armas culturais deveria visitar a unidade de cuidados intensivos do Hospital de Sebokeng (cidade negra que engloba Biopathong) e ver as crianças, de idades entre os 3 e os 11 anos, que lutam pela vida após terem sido cortadas por tais armas».

O secretário-geral do ANC garantiu que o Congresso Nacional Africano não deixará que este massacre fique, «como o de Swani-ville (há um ano)», sem resposta, afirmando que este assunto ficará no topo da agenda das discussões com o governo.

16 anos depois de Soweto, os massacres continuam. Agora carros do exército transportam os bandos assassinos



ANC lança campanha de acção de massas

No 16º aniversário do levantamento estudantil e do massacre do Soweto, o ANC lançou uma grande campanha de acções de massas, destinada a pressionar o governo de Pretória e avançar de facto no sentido da democratização do país. Um movimento que deverá desenvolver-se, em diferentes fases, até à formação de um governo interino no país.

A campanha — com carácter não violento — e que, nas democracias ocidentais, como sublinharam os dirigentes do ANC, é prática corrente, inclui uma série de acções diferentes, nomeadamente manifestações de rua, ocupação de edifícios públicos e governamentais, desobediência civil, comícios em exigência de pontos específicos, boicotes e, a culminar, uma greve geral prolongada, a lançar em Agosto.

Essencial para a garantia de eleições justas e um processo político correcto — e como tal um dos pontos específicos no quadro das reivindicações avançadas — é a democratização da emissora oficial (televisão e rádio) SABC, que deverá deixar de ser porta-voz do regime.

Neste sentido o programa de acção inclui, entre outras iniciativas, o boicote

aos produtos publicitados pela SABC, meio de luta que visará, noutro contexto, grupos específicos, como o Barlow Rand, em exigência da readmissão dos 600 trabalhadores despedidos em 1989.

«Não vamos ficar de braços cruzados. Estamos resolvidos a que seja instalada a regra da maioria, não amanhã, mas hoje» — declarou Mandela às 30 mil pessoas reunidas no estádio Orlando, no Soweto, na jornada de lançamento da campanha.

Mandela afirmou a determinação do ANC em «obrigar o governo a instaurar a democracia» na África do Sul e advertiu que «enquanto não houver progressos pela negociação», continuará a luta através de acções de massas.

Simultaneamente o dirigente do ANC apelou à resistência às tentativas de agentes provocadores de promover actos de violência no decorrer da campanha, manifestou preocupação por sugestões no sentido de que a violência deveria ser transportada para os bairros brancos e concluiu: «não podemos parar a violência matando gente inocente», reiterando ainda que as acções de massas constituem uma forma pacífica de luta.

EUA em notícias

Novo recorde do défice comercial

O défice comercial americano atingiu, em Abril, um recorde para os últimos 17 meses, com 6970 milhões de dólares (910 milhões de contos), contra 5580 milhões (728 milhões) em Março, segundo o departamento do Comércio.

Os analistas tinham previsto para Abril um défice da ordem dos 5400 milhões de dólares.

A forte alta é atribuída a uma queda de 4,6 por cento nas exportações americanas, que totalizaram em Abril os 36 370 milhões de dólares, e a um aumento de 1,6 por cento das importações, que chegaram a 43 360 milhões de dólares, o valor mais alto desde Outubro de 1980, quando o total foi de 43 880 milhões.

Para os quatro primeiros meses do ano, o défice comercial tinha-se estabilizado em 51 950 milhões de dólares, contra 65 400 milhões em 1991.

A manter-se a tendência, os analistas acreditam que o défice comercial dos Estados Unidos em 1992 deve totalizar os 75 000 milhões de dólares e os 100 000 milhões em 1993.

Dois milhões de adolescentes trabalham ilegalmente

Cerca de dois milhões de adolescentes trabalham ilegalmente nos Estados Unidos em profissões de risco e centenas morrem anualmente devido a isso, segundo a edição de domingo do «New York Times».

O agravamento das condições económi-

cas na família, principalmente entre os imigrantes, trouxe de volta um problema do século passado que se julgava resolvido, acrescenta o jornal.

Os jovens, com menos de 16 anos, recebem abaixo do salário mínimo e trabalham normalmente com as suas famílias no campo, na indústria têxtil, restaurantes, construção civil e minas.

Bombas atómicas

Para terem a certeza de que não iam falhar o alvo, os norte-americanos lançaram sobre diversas cidades japonesas 49 bombas atómicas fictícias antes de lançarem as verdadeiras, informa o jornal japonês «Yomiuri».

O diário teve acesso a documentos oficiais norte-americanos que estavam na biblioteca do parlamento japonês e que durante anos não foram consultados.

Segundo esses documentos, entregues pelo Congresso americano ao Parlamento japonês em 1983, só no último ano da guerra a aviação americana lançou 140 000 toneladas de bombas sobre cidades japonesas.

Como os Estados Unidos só dispunham de duas bombas atómicas operacionais, o esquadrão encarregado do seu lançamento efectuou voos de treino com bombas fictícias, que não dispunham da carga nuclear mas reproduziam exactamente as características de peso e formato das bombas autênticas.

Vinte e nove cidades que eram alvos potenciais para as bombas atómicas foram atingidas pelas bombas fictícias em missões de treino. Qualquer dessas 29 cidades podia vir a ser escolhida para o lançamento das bombas verdadeiras mas, devido às condições meteorológicas favoráveis, a escolha veio a recair sobre Hiroxima e Nagasaki, onde morreram mais de 200 000 pessoas.

Na Baixa da Banheira Comício de amizade PCP-PC da Índia

Perante uma numerosa assistência, que encheu por completo o Ginásio Clube da Baixa da Banheira, Harkishan Sing Surgeet, secretário-geral do Partido Comunista da Índia (Marxista) e Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, discursaram num comício de amizade, realizado na passada segunda-feira, na Baixa da Banheira. Durante a visita do camarada Surjeet a Portugal, no âmbito das relações de amizade

existentes entre o PCP e o PCI (M), realizaram-se conversações e vários contactos com a actividade dos comunistas portugueses e H. S. Surjeet teve oportunidade de visitar a Câmara Municipal da Moita, onde foi recebido pela vereação.

H.S. Surjeet concedeu também uma entrevista ao nosso jornal - que publicaremos em próxima edição - onde historiou brevemente o percurso do

Partido, o seu papel determinante tanto no Estado indiano que governa (Bengala Ocidental) como no contexto nacional, a visão que o PCI(M) tem da realidade indiana, a sua ligação aos trabalhadores e às massas e a sua crescente influência no imenso subcontinente indiano.

Na mesa do comício estavam, entre outros, Albano Nunes e Blanqui Teixeira, membros do Secretariado do CC, Manuel

Sobral, da CEN, Brito Apolónia, da DORS, José Luís Pereira, presidente da CM da Moita, para além do presidente da Junta de Freguesia da Baixa da Banheira e camaradas da organização local do Partido e da JCP.

H.S. Surjeet interveio a abrir a sessão abordando vários aspectos do movimento comunista internacional, os reflexos da derrocada dos países de Leste, a campanha contra os

partidos comunistas de todo o mundo, e, manifestando confiança no futuro, sublinhou a necessidade de afirmar a validade dos ideais do marxismo-leninismo. Surjeet realçou as boas relações que o PCI (M) mantém com o PCP e caracterizou em breves palavras o partido que representa, a sua força e influência crescentes na sociedade indiana e a luta que os trabalhadores indianos travam em defesa dos seus interesses.



Discurso de Álvaro Cunhal

«O comunismo não morreu e os partidos comunistas não estão condenados a um declínio irreversível»

Camarada Surjeet,
Camaradas:

Com grande alegria temos aqui hoje connosco em Portugal a delegação do Partido Comunista da Índia (Marxista), o seu secretário-geral, camarada Harkishan Sing Surjeet.

O ano passado, em Julho, fomos nós recebidos na Índia pelo camarada Surjeet e pelo seu Partido. Os encontros fraternais e frutuozos que se realizaram constituem importante passo no desenvolvimento das relações entre os nossos partidos e os nossos povos.

Agora, a visita do camarada Surjeet a Portugal confirma a determinação comum em reforçar os laços de amizade, de cooperação e de solidariedade.

Bem-vindo a Portugal, camarada. Estai seguros de que a nossa casa é também vossa.

Em Portugal a luta continua

A situação em que actualmente os comunistas e os povos lutam no mundo é extremamente complexa.

Aqui em Portugal podemos testemunhar como, no seguimento da desagregação da URSS e dos países da Europa de Leste, se desencadeou uma campanha anunciando que "o comunismo morreu" e que os partidos comunistas tinham perdido a razão de ser e estariam condenados a um "declínio irreversível", à morte e ao desaparecimento a curto prazo. Aqui em Portugal, sofremos sem dúvida do impacto político, ideológico, psicológico dessas grandes derrotas do socialismo.

Mas porventura esses acontecimentos poderiam alterar a razão de ser, da criação, da vida, da história, da luta do nosso Partido? Porventura esses acontecimentos alteraram a necessidade para os trabalhadores portugueses de ter o seu partido, partido totalmente independente dos interesses e da ideologia do capital, e sempre firme na luta em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e das massas populares?

Porventura, por razão desses acontecimentos podiam os trabalhadores e o povo de Portugal dispensar a existência e a luta de um partido, que pelas provas dadas, pela coerência e coragem, mostrou ao longo do século ser o mais firme e consequente lutador pela liberdade, a democracia, o progresso social e a independência do país? Na luta contra a ditadura fascista, na revolução de Abril, na luta desde então contra a política antidemocrática de sucessivos Governos?

Porventura esses acontecimentos modificaram a natureza exploradora e agressiva do capitalismo e a incapacidade do capitalismo resolver os grandes problemas da humanidade?

Porventura esses acontecimentos podiam justificar que o nosso Partido renunciasse (como baldadamente pretenderam alguns cá dentro e pressionaram outros de fora) ao grande objectivo (que inspirou a sua luta através de toda a sua existência) da construção de uma sociedade nova, uma sociedade libertada da exploração e opressão capitalista, das grandes desigualdades, discriminações, injustiças e flagelos sociais, uma sociedade socialista tal como nós próprios, os comunistas portugueses, aprendendo com a experiência, a definimos no nosso próprio Programa?

Porventura, camaradas, haveria qualquer razão, a mínima que fosse, para tornarmos o glorioso Partido que é o nosso em qualquer outra coisa, abandonando inclusivamente (como sugeriam alguns) o nome de comunista que, para nós, mais que um nome, é a marca de um ideal, de uma história assinalada pela luta heróica de gerações e gerações de combatentes, de uma ligação profunda com a classe operária, com os trabalhadores, com o povo?

Não, camaradas. O nosso Partido respondeu negativamente a essas questões. Não porque fechasse os olhos aos grandes acontecimentos, às mudanças, às novas situações, aos novos fenómenos, antes dando novas e criativas respostas que a história exige. Mas porque com os grandes problemas deste fim do século no mundo e no nosso país, tomámos consciência de que, no encapelado das tempestades políticas, mais que nunca este nosso Partido é para o povo, para os trabalhadores, para o país, para a democracia e a independência nacional, necessário, indispensável e insubstituível.

Este nosso Partido — partido que tem orgulho no seu passado de luta, partido que, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, tem uma dinâmica intervenção na vida presente, partido que, confiando em si próprio e confiando nos trabalhadores e no povo, confia no futuro. Em resumo: Partido que por vontade dos seus militantes está firmemente decidido a continuar a ser um partido comunista digno deste nome.

E é por isso que, recebendo os nossos camaradas do PCI(M), podemos dizer-lhes: Camaradas, de volta ao vosso país, comunicai aos vossos camaradas e ao vosso povo: Em Portugal, os comunistas continuam de pé, com o seu Partido, firmes e convictos na luta que continua.

Os nossos hóspedes: um grande partido de um grande povo

O nosso hóspede do dia de hoje representa um partido que é um exaltante exemplo da luta dedicada e convicta dos comunistas e da profunda influência no seu povo.

Como se sabe, a União Indiana é um país imenso, com 820 milhões de habitantes. É um país com uma organização federal do Estado, ou seja, com um Governo central, mas também composto por vários Estados, com os seus Governos próprios.

O PCI(M) tem uma profunda e crescente influência. Como o camarada Surjeet nos informou nos últimos 3 anos aumentou em 100 000 o número de membros do Partido. Alcançou notáveis resultados nas eleições. Como resultado é comunista o Governo do Estado de Bengala Ocidental, cuja população sobe a 60 milhões de habitantes. Tem mais de 40% de votos no grande Estado de Kerala.

Por tudo isto, o nosso hóspede de hoje traz-nos de longe a presença de uma grande força política, de um grande partido comunista, convicto, com profundas raízes populares.

A visita do nosso camarada traz-nos mais um testemunho vivo de que o comunismo não morreu, de que os partidos comunistas não estão condenados a um "declínio irreversível". Como temos dito, onde, por razões diversas, há partidos que foram comunistas e que desapareceram, os trabalhadores e os povos acabarão por formar e dar vida, força, influência e intervenção determinante na sociedade a novos partidos comunistas.

Diz-se que é nas horas difíceis que se conhecem os melhores amigos. Neste fim do século, onde quer que os comunistas tenham convicções e sempre com o povo continuam a luta com dedicação e coragem, é a eles, comunistas, que o futuro pertence, é a nós comunistas, que o futuro pertence.

Atitude de sempre: solidariedade internacionalista

Dissemos há pouco ao nosso camarada: tendes em nós amigos sinceros. A nossa casa é a vossa casa. Estas afirmações só podem surpreender aqueles que não conhecem o nosso partido.

Para aqueles que, no turbilhão da vida mundial deste fim do século, gostariam de ver desaparecer os sentimentos de amizade, fraternidade, cooperação e solidariedade recíproca que ao longo do século caracterizaram a luta dos comunistas, nós aqui estamos, PCP e PCI(M), partidos de povos longínquos, a afirmar que esses sentimentos não morreram, que estão vivos e bem vivos nos nossos ideais, na nossa actividade e nos nossos corações.

Dizemos mesmo mais. Que a desagregação da URSS e dos países do leste da Europa e as novas dificuldades, obstáculos e perigos que esses acontecimentos levantam à luta libertadora dos trabalhadores e dos povos, mais obrigam ao

reforço dos laços de amizade, cooperação e solidariedade entre todos os que no mundo se mantêm firmemente, com os respectivos povos, na luta pela liberdade, a democracia, o progresso social, a paz, a independência nacional e o socialismo.

As forças do capital, as forças reacçãoárias e conservadoras, apesar das contradições que entre si existem, encontram e desenvolvem constantemente e com o apoio de poderosos recursos formas de entendimento e cooperação e acção comum contra os trabalhadores, contra as forças mais progressistas, contra os comunistas.

Numa tal situação impõe-se mais que nunca dar mais vida, mais força, mais confiança às posições e relações internacionalistas entre os trabalhadores, entre os povos, entre as forças revolucionárias.

Nós, comunistas portugueses, somos os mais consequentes defensores dos interesses nacionais. Somos os mais consequentes patriotas. Mas continuamos também a ser consequentes internacionalistas, e, por muitas pressões que contra nós se exerçam, somos e continuaremos a ser activamente solidários para com os trabalhadores, os povos, os comunistas e outras forças progressistas de todos os países. Referindo apenas as situações que na hora actual estão no centro das atenções e sem esquecer outros, nós estamos com Cuba (sujeita ao bloqueio e ameaças do imperialismo ianque), Cuba terra livre da América, Cuba socialista que ousa resistir, lutar e confiar. Estamos com o povo sul-africano na luta contra o apartheid. Estamos com o povo palestiano na luta pelo reconhecimento do seu justo direito à constituição de um Estado independente. Estamos com o povo de Timor leste pelo seu justo direito à autodeterminação e à independência.

Estamos com aqueles que no que era a União Soviética e no que eram os países socialistas do leste da Europa levantam cabeça, resistem e não perdem a confiança no futuro.

Estamos com os povos da China, do Vietname, da Coreia, do Laos, do Camboja, que fazem frente ao imperialismo. Estamos com o povo da Nicarágua em luta para retomar o curso da revolução sandinista. Estamos com o povo da Índia e com os comunistas indianos (hoje aqui tão brilhantemente representados) que lutam pelo futuro livre, independente e socialista da sua pátria.

Não se trata apenas de declarações de princípio. No quadro deste nosso posicionamento internacionalista não só mantemos como desenvolvemos relações internacionais de amizade e cooperação.

Teve elevado significado a recente realização em Portugal, não longe daqui, na Quinta da Atalaia, de um Encontro de delegações do nosso Partido com delegações de partidos comunistas de França, Grécia, Espanha e Chipre,

também com a participação a título de observador do Partido da Refundação Comunista de Itália, assim têm também levado significado a participação em Congressos e em iniciativas de outros partidos e visitas recíprocas de delegações.

Em Setembro, não longe do local onde agora nos encontramos, realizaremos a Festa do "Avante!", para a qual estamos já trabalhando com afinco e que confiamos será uma grande realização político-cultural de massas. E aqui deixamos um apelo para a participação empenhada, activa e militante nos trabalhos que já se desenvolvem na Atalaia.

No mês de Dezembro realizamos o XIV Congresso do nosso Partido. E aqui deixamos um apelo para que as organizações e cada militante participem com a sua opinião e a sua experiência nos debates preparatórios do Congresso.

Estamos certos de que, tanto na Festa do "Avante!" como no XIV Congresso do nosso Partido, a participação de numerosas delegações dos nossos amigos de outros países (entre os quais a do PCI(M) desde já convidado) será uma vez mais uma exaltante mostra de relações de amizade, cooperação e solidariedade, será mais um exemplo de que o comunismo não morreu, não morre e não morrerá, que no mundo continua viva e em luta empenhada a bandeira da esperança e da confiança no futuro.

Frente à situação: resistir e lutar

A situação mundial neste fim de século, com a derrocada da URSS e dos países do leste da Europa, tornou-se sem dúvida mais complexa, mais difícil, contendo numerosos elementos desfavoráveis à luta libertadora dos trabalhadores e dos povos.

Ouvem-se então vozes a aconselhar que nos devemos adaptar à nova situação. Que entendem por adaptar-nos?

Entendem por isso a vogar ao sabor da corrente, aceitarmos como inevitáveis e irresistíveis as ofensivas do imperialismo e das forças reacçãoárias, desistirmos dos nossos ideais e objectivos, no fim de contas desistirmos de resistir e de lutar.

Essa não é nem poderia ser a atitude do nosso Partido. Poderíamos nós aceitar sem resistir e lutar a "nova ordem internacional" que o imperialismo procura impor aos povos, ou seja a sua hegemonia mundial? Poderíamos aceitar sem nos opormos e sem levantarmos a nossa voz a guerra do Golfo, o bloqueio a Cuba, a intervenção na Jugoslávia, as ameaças à Líbia? E a submissão económica, política, diplomática e militar dos pequenos povos às grandes potências? E um direito autoproclamado pelos Estados Unidos e pela

Europa da CEE para intervir na vida interna dos outros Estados? Para utilizar bloqueios económicos e intervenções militares? A fim de estrangular a livre opção dos povos? Para impor sistemas económicos, regimes políticos, governos e governantes que, em cada país, sirvam não os interesses desse país e desse povo mas sejam instrumentos submissos do imperialismo?

Não essa não é nem poderia ser a atitude do nosso partido.

E por isso denunciamos esta situação, o significado desta evolução mundial, procuramos ganhar o povo para a compreensão dos actuais problemas e, na esfera da nossa acção, procuramos movimentos contrários a esse sentido da evolução mundial.

E abordando um aspecto da questão que mais directamente nos diz respeito.

Poderíamos nós aceitar sem oposição e sem luta que os interesses nacionais portugueses sejam sacrificados a interesses estrangeiros? E que Portugal ratifique esse tão falado Tratado de Maastricht e assim abdicar do direito de definir a sua política económica, a sua política social, a sua política externa e de segurança, que passariam a ser determinadas pelos países mais fortes da CEE? E que seja assim profundamente comprometida a sua independência e soberania nacionalmente?

Não, camaradas essa não é nem poderia ser a atitude do nosso Partido. Não, camaradas. O nosso Partido não se deixa arrastar por essa vaga de capitulação nacional. E por isso, clara e frontalmente dizemos Não a Maastricht, lutamos contra a sua ratificação, reclamamos que o povo português seja informado das suas gravíssimas consequências, reclamamos que seja aberto um grande debate nacional e que contrariando a grande manipulação pelo Sim que está a ser feita seja também aberta ao povo a possibilidade de dizer Não através de um referendo.

E no que respeita à política interna?

Poderíamos nós aceitar sem resistir e sem lutar a completa destruição das conquistas de Abril? A restauração dos grandes grupos económicos dominantes de toda a economia portuguesa? A acrescida exploração dos trabalhadores? O "pacote laboral"? A liquidação do direito à greve? As pensões de miséria? As taxas moderadoras? A saúde e o ensino só para os ricos? O aumento das propinas? As novas leis electorais antidemocráticas? A ofensiva contra o poder local democrático? A televisão e grandes meios de comunicação social governamentalizados e instrumentalizados? E os múltiplos aspectos de degradação e perversão da democracia

Discurso de Álvaro Cunhal

política que a prosseguirem poderiam transformar o regime democrático português num regime de cariz totalitário?

Não, camaradas, essa não é nem poderia ser a atitude do nosso Partido.

E por isso, remando contra a corrente, desmascarando o colaboracionismo do PS com o PSD e o Governo em numerosos aspectos da sua política, opomo-nos firmemente à política antidemocrática do Governo PSD de Cavaco Silva, desenvolvemos a luta em todas as frentes, intervimos activamente na Assembleia da República, trabalhamos com honestidade e competência nas autarquias em ligação estreita com as populações, apoiamos e promovemos as lutas de massas, propomos soluções para os grandes problemas nacionais e insistimos em intervir na vida nacional sempre com os trabalhadores, sempre com as massas populares, na defesa dos seus interesses e direitos, sempre dando uma contribuição construtiva e efectiva para a solução dos problemas.

E isso é possível, camaradas, porque, com plena consciência do que somos e do que representamos, da necessidade de responder aos desafios que diante de nós se colocam, insistimos em ser o Partido Comunista Português.

O partido que somos e que queremos ser

Nós, os comunistas portugueses, afirmamos a identidade do nosso Partido, como partido comunista. Não teria entretanto qualquer sentido afirmar que a identidade comunista de partidos de outros países tem necessariamente que ser igual à nossa em todos os aspectos da orientação política, das concepções ideológicas, dos objectivos programáticos, dos princípios orgânicos e do funcionamento interno.

A identidade comunista de partidos nascidos, criados, desenvolvidos em tão diversas condições, sociais, políticas e históricas adquire necessariamente características diferenciadas em numerosos aspectos da sua existência, da sua orientação e da sua actividade.

Considerada a nível mundial, a identidade comunista, a nosso ver, revela-se em aspectos da política de classe, da estreita ligação aos trabalhadores e às massas populares e aos seus interesses e direitos, do objectivo da construção de uma sociedade nova liberta da exploração e opressão capitalista, e da convicção, coerência e dedicação na luta que se trava.

No movimento comunista internacional, a pretensão em certas épocas de impor uma identidade universal, total de todos os partidos, ajuizada segundo os critérios próprios de tal ou tal partido, e a severa crítica e mesmo condenação dos que não correspondessem a tal identidade assim afirmada, constituiu um factor negativo, travando o desenvolvimento autónomo e criativo de muitos partidos, afastando muitas vezes os partidos das realidades, suscitando, ao contrário do pretendido, factores de tensão, de conflito e de divisão.

Quando hoje lemos em comunicados conjuntos de encon-

tros de partidos que se verificou a "total identidade de pontos de vista" tem em muitos casos de interpretar-se tal expressão como uma fórmula esquemática visando uma inquestionável afirmação de unidade em questões essenciais e não a tradução rigorosa de uma identidade de conceitos, pontos de vista e práticas, realmente inexistente.

Nós, os comunistas portugueses, falamos na identidade do nosso partido. Mas nós próprios, ao definirmos essa identidade e ao considerá-la em termos históricos, sabemos que, mantendo características e aspectos basilares essenciais, ela comporta enriquecimentos e modificações resultantes da necessidade de responder a alterações da realidade objectiva, assim como do aprofundamento da reflexão, e da experiência própria e alheia.

Nós, os comunistas portugueses, temos como característica basilare e essencial do nosso Partido, a sua natureza de classe, como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, natureza de classe na própria composição dos seus efectivos, nos seus objectivos, na sua concepção das classes e luta de classes na sociedade capitalista, natureza de classe que entretanto responde também aos interesses, aspirações e objectivos de outras classes e estruturas sociais, nomeadamente do campesinato, dos intelectuais, das mulheres, da juventude.

Temos como característica basilare e essencial do nosso Partido o objectivo da construção em Portugal de uma sociedade nova libertada da exploração e das grandes desigualdades, discriminações, injustiças sociais e flagelos do capitalismo, uma sociedade socialista, cujos elementos

particularizados definimos tendo em conta a nossa experiência, a experiência mundial — objectivo que temos definido como "objectivo supremo" que vai além dos objectivos a curto e a médio prazo nomeadamente a luta "por uma democracia avançada no limiar do século XXI".

Temos como característica basilare e essencial do nosso Partido, a sua ligação estreita à classe operária, aos trabalhadores e às massas populares, das quais é inseparável a sua própria criação, existência, ideal e razão de ser, das quais depende o seu futuro e que constituem a fonte vivificadora dos seus objectivos, dos seus quadros, dos seus apoios, da sua influência e da sua energia revolucionária.

Temos como característica basilare e essencial do nosso Partido, sermos portadores de uma teoria viva, resultante de uma análise profunda do mundo, da história, da sociedade, designadamente da sociedade capitalista, — o marxismo-leninismo — compreendido na sua natureza dialéctica, antidogmática e criativa e por isso mesmo constantemente enriquecido e renovado pelos novos conhecimentos, as novas análises, as novas experiências.

Temos como característica basilare e essencial do nosso Partido, princípios orgânicos que garantem simultaneamente uma profunda democracia interna, uma só orientação política geral, e uma só direcção central, princípios que fugindo a definições esquemáticas tradicionais comportam numerosos elementos novos específicos do nosso Partido resultantes do desenvolvimento criativo do centralismo democrático.

Temos como característica basilare e essencial do nosso Partido, sermos um partido nacional, um partido português que é um elemento vivo da nação portuguesa, defensor dos seus interesses, da sua independência e soberania, e simultaneamente um partido internacionalista, firmemente solidário para com os trabalhadores, os povos, os comunistas e outras forças progressistas de todo o mundo.

A participação das mulheres ... Da juventude ...

Ao recebermos hoje aqui o grande Partido Comunista da Índia (Marxista), ao confirmar-lhes aquilo que somos e aquilo que queremos ser, respeitando fraternalmente as diferenças de conceitos, de orientações e de práticas que inevitavelmente existem em partidos que lutam em tão diferentes condições e com tão diferenciada história, verificamos também com alegria que, por muitos aspectos essenciais, os nossos dois partidos se afirmam partidos comunistas, que estão de pé, ligados ao povo, firmes, convictos e em luta.

Viva a amizade e solidariedade entre os trabalhadores e os povos de todo o mundo!

Viva o Partido Comunista da Índia (Marxista)!

Viva o Partido Comunista Português!



Comunicado conjunto PCP-PCI (M)

1. A convite do Partido Comunista Português, encontrou-se de visita a Portugal entre 21 e 23 de Junho, Harkishan Sing Surgeet, Secretário-Geral do Partido Comunista da Índia (Marxista).

2. H. S. Surgeet teve conversações com Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, em que participaram também Blanqui Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e Quadros, e Albano Nunes, membro do Secretariado e responsável da Secção Internacional. Encontrou-

-se ainda com Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado e, na Assembleia da República, com uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP, dirigida por Octávio Teixeira, membro da Comissão Política e Presidente do Grupo. Visitou ainda a Câmara Municipal da Moita onde foi recebido pela respectiva vereação.

No dia 22 à noite teve lugar na Baixa da Banheira um Comício de Amizade PCP/PCI (M) em que usaram da palavra H. S. Surgeet e Álvaro Cunhal.

3. Durante as conversações foi efectuada uma ampla troca de informações sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos, assim como sobre questões da actualidade internacional e do movimento comunista e revolucionário mundial, acerca das quais se verificou uma larga convergência de opinião.

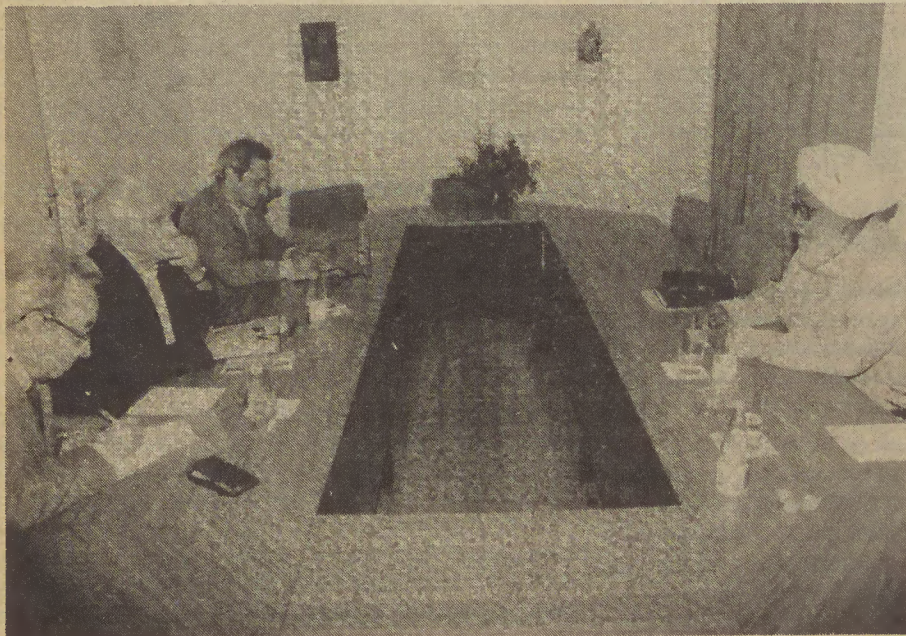
4. A. Cunhal informou acerca da luta conduzida pelo PCP contra a política de direita do actual Governo que, através de uma vasta ofensiva nos planos económico, social, político e cultural, visa a completa reestruturação e restauração dos grandes grupos monopolistas, a imposição de graves limitações aos direitos dos trabalhadores e outros direitos e liberdades fundamentais, a descaracterização do regime democrático consagrado na Constituição. Pôs em evidência a grande importância das lutas travadas pela classe operária e outras camadas da população contra uma tal política. Sublinhou a firme oposição do PCP à ratificação do Tratado de Maastricht pelos gravíssimos atentados que comporta à soberania e independência nacional.

5. H. S. Surgeet explicou a luta do PCI (M) na construção da unidade das forças de esquerda e democráticas, na luta contra o separatismo e em defesa da unidade nacional, para defender a democracia e contra a política económica reaccionária que abre o país à exploração neocolonialista. Referiu-se também às decisões do 14.º Congresso do PCI (M) que permi-

tiu a coesão do Partido no que respeita às questões ideológicas, políticas e de organização.

6. Álvaro Cunhal e H. Surgeet expressaram profunda preocupação pela evolução da situação internacional, marcada por um perigoso desequilíbrio da correlação de forças em favor de imperialismo e pelas tentativas dos EUA e outras grandes potências para impor uma nova ordem internacional contra a vontade dos povos. Considerando a necessidade de opor uma firme resistência a tais objectivos, sublinharam a importância de reforçar as relações de amizade, cooperação e solidariedade entre todas as forças progressistas, intensificar os contactos bilaterais e multilaterais entre partidos comunistas e outras forças revolucionárias e desenvolver iniciativas comuns ou convergentes de solidariedade para com os trabalhadores e os povos que fazem frente à política de ingerências e agressões do imperialismo e lutam pela liberdade, a democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo. Sublinharam a validade do marxismo-leninismo, criativo na sua essência e expressaram a sua confiança no futuro do socialismo e do comunismo.

7. A visita de H. S. Surgeet a Portugal e as conversações realizadas confirmaram as relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PCI (M) e constituíram um importante contributo para o seu ulterior desenvolvimento.



Uma proposta contra militares

■ JOÃO AMARAL

A Assembleia da República debateu no passado dia 17 de Junho a proposta de lei do Governo intitulada "medidas visando a racionalização dos efectivos militares". A proposta, como é sabido, transcreve quase *ipsis verbis* o texto do projecto de decreto que o Governo enviou para promulgação do Presidente da República e que este, depois de ouvir o Conselho Superior de Defesa Nacional, vetou.

Provocadoramente, o Governo quis ignorar todos e cada um dos argumentos usados pelo Presidente da República. Quis ignorar os argumentos que o Chefe do Estado-Maior do Exército, o ramo mais afectado com o texto do diploma, explanou na reunião do Conselho.

A proposta aparece assim na Assembleia viciada por um contexto político marcado pela campanha que o Governo e o PSD desenvolveram contra o Presidente da República. Mas não só. A proposta corresponde a uma visão demagógica e economicista da política de defesa, e vem rodeada de um conjunto de falsidades e mistificações destinadas a condicionar a opinião pública, à custa do prestígio e dignidade própria das Forças Armadas.

A primeira mistificação foi a caracterização das posições dos partidos por forma a insinuar que só o Governo estaria a favor da reestruturação e redimensionamento das Forças Armadas, enquanto todos os partidos da oposição, que criticavam o projecto de diploma, estariam contra esse processo de modernização. Isto é completamente falso. Há muito que, por exemplo, o PCP aponta a necessidade de medidas tendentes a melhorar a capacidade e eficácia das Forças Armadas portuguesas, adaptando-as às exigências impostas pela evolução tecnológica.

O PSD é que está em falta. A verdade é que praticamente desde a revisão constitucional de 1982 (e subsequente extinção do Conselho de Revolução e aprovação da Lei de Defesa Nacional), o PSD tem gerido o Ministério da Defesa Nacional, através de altos dirigentes do partido. Ora, nestes quase dez anos o PSD revelou total incapacidade para concretizar esse processo de modernização. As responsabilidades da situação vão inteiras para o PSD.

A segunda mistificação consistiu em propalar a ideia de que esta proposta era o alfa e o ómega do processo de modernização das Forças Armadas. É falso.

O processo de modernização das Forças Armadas portuguesas exige antes de tudo uma actualização dos conceitos fundamentais enquadramentos da política de defesa nacional. O primeiro desses conceitos tal como estão definidos na Lei de Defesa Nacional é o Conceito Estratégico de Defesa Nacional. É dele que decorrem todos os outros (incluindo o conceito estratégico militar, as missões atribuídas às Forças Armadas e a definição das forças e equipamentos que devem ter). O conceito estratégico de Defesa Nacional deve responder às perguntas que os cidadãos fazem. Porquê Forças Armadas? Porquê e para quê?

Ora, o conceito estratégico de Defesa Nacional está em vigor desde de 1985, isto é, tem mais de sete anos de vigência. Sete anos em que as transformações na Europa e no Mundo foram tantas que, como é evidente, esse conceito está completamente desactualizado e incapaz de dar resposta aos problemas. O Governo tem-se recusado sistematicamente ao debate necessário para essa reformulação conceptual, limitando-se nesta matéria a acolher subservientemente a evolução conceptual da NATO e a assumir os compromissos correspondentes.

A proposta do Governo aparece assim completamente desenquadrada do debate necessário. O seu conteúdo não é lógico-dedutivo e a sua apresentação não é feita nem pretende ser racional. Pelo contrário. A apresentação da proposta é feita sob o signo da demagogia, cultivando na população sentimentos antimilitares. A proposta cultiva a ideia de que as Forças Armadas seriam um desperdício nacional e que a solução é ir paulatinamente despedindo os militares.

Essa mesma demagogia esteve presente, há pouco tempo, na proposta de redução do serviço militar para quatro meses. A proposta foi anunciada pelo actual Ministro meia dúzia de dias após tomar posse. Vindo do Ministério da Justiça, o actual Ministro da Defesa dominava nessa altura as questões militares como a mesma facilidade com que fala chinês... Mas, a ignorância é atrevida, e, na altura, o grande objectivo era ganhar eleições. Evidentemente, o tempo do Serviço Militar Obrigatório podia e devia descer. Oito meses era o tempo que os especialistas consideram tecnicamente correcto. O Governo impôs os quatro meses, apesar das críticas dos seus parceiros da NATO, apesar das objecções dos responsáveis militares, apesar dos alertas de numerosos especialistas. Agora, após as eleições, a lei dos quatro meses está a revelar-se um completo buraco.

A terceira mistificação propalada pelo Governo foi

a que seriam os militares que se oporiam a este processo de modernização. Fazer das Forças Armadas o bode expiatório tem sido um constante da política "informativa" do Ministério ao longo deste tempo. Este caso não fugiu à regra.

Só que, procurando virar o país contra os militares é preciso ver quem são em concreto esses militares que são atingidos com esta medida do Governo.

Fazendo contas, é simples. São os militares que foram chamados a fazer a guerra colonial durante treze anos. São os mesmos militares que, tomando consciência do estado a que a ditadura de Salazar/Caetano conduziu a Nação e o povo português, fizeram o 25 de Abril. Estes homens rondam hoje os 50 anos, um pouco abaixo, um pouco acima. Como os trata hoje o poder? Empurrando-os à força para fora do activo das Forças Armadas? Fazendo uma campanha contra eles? É esta a resposta que tem o País para com aqueles que pelas contingências da vida optaram pela função militar, com todas as consequências que isso teve na história recente do país, e na sua própria história individual?

Esses militares são os primeiros a postular a necessidade de modernização das Forças Armadas, do seu reequipamento, reestruturação e redimensionamento. Como não podia deixar de ser, já que são eles os que melhor conhecem as debilidades e carências da componente militar das Forças Armadas! Esses militares têm um inestimável capital de experiência, que deve ser aproveitado neste processo de modernização.

Há efectivamente militares a mais nos postos superiores, todos o sabem, a começar pelos próprios. Então, qual foi a dificuldade em dialogar com esses militares e em encontrar soluções consensuais, soluções honrosas, que respeitassem a dignidade desses militares?

A modernização das Forças Armadas não pode ser uma espécie de ajuste de contas com os militares, com motivações que o Governo não quer confessar mas que se adivinham, como se deduz da história concreta dos militares afectados.

A proposta de lei apresentada pelo Governo é profundamente injusta e merecedora de fortes críticas.

Desde logo, viola legítimas expectativas, num quadro que compromete a segurança jurídica e mina a confiança dos cidadãos.

É o que resulta da limitação introduzida no artigo 1.º, do período de reserva fora da efectividade de serviço para um prazo máximo que a proposta aponta para cinco anos. Esse período era até à reforma, há pouco mais de um ano. Com a revisão do Estatuto dos Militares, o Governo impôs um limite de nove anos. Já foi uma machadada na expectativa da vida dos militares. Não contente, um ano depois, com esta proposta, o Governo quer agora nova redução para cinco anos.

Se as leis mudam todos os anos, afectando direitos dos cidadãos, é um dos fundamentos do Estado de direito que é posto em questão. A estabilidade da esfera dos direitos dos cidadãos deve ser assegurada, para que os cidadãos sintam segurança.

Mas, a norma mais injusta e atentatória do diploma é a do seu artigo 7.º. Aqui a situação é a de militares que estão no activo e que nos termos do Estatuto têm direito de aí permanecer mais alguns anos e que, por força dessa disposição, são compulsivamente passados à reserva.

O que é particularmente chocante nesta norma é o facto de ela funcionar não de forma geral e abstracta, mas de uma forma que identifica os destinatários um a um. A norma diz que os militares que estiverem em certas circunstâncias nos anos de 92 e 93 passam obrigatoriamente à reserva. Com a lista de antiguidades na mão, pode escrever-se o nome de cada um dos atingidos. Por exemplo, há uma alínea que diz que os gerais em certas circunstâncias passam à reserva. Olhando bem, a norma tem um destinatário certo e conhecido: o Gen. Garcia dos Santos.

Por outro lado, as situações que dão origem a esta pena da reserva compulsiva já ocorreram no passado, isto é, antes da publicação e entrada em vigor da lei. Isto chama-se aplicação retroactiva.

Não há nenhuma justiça numa norma que tem destinatários certos e que tem como um dos seus pressupostos a aplicação retroactiva. Nem justiça, nem respeito pelos mais elementares princípios do direito.

Mas, são ao menos coerentes e eficazes as medidas propostas nos artigos 1.º e 7.º da proposta? A verdade é que as "poupanças obtidas" são irrisórias. Um jornal falava em dois milhões de contos por ano. Ora, o Orçamento da Defesa ronda os 200 milhões de contos. Por outro lado, o preço de cada uma das fragatas ultrapassou os 50 milhões de contos. São números que mostram que o resultado financeiro da proposta é comparativamente pequeno.

Do ponto de vista financeiro, no activo ou na reserva é sempre no Orçamento do Ministério que é inscri-

ta a respectiva despesa, o que significa que o impacto financeiro será pequeno.

A proposta transformada pelo Governo numa importante medida, revela-se afinal bem frágil. A proposta serve afinal mais para disfarçar a incapacidade do Governo em proceder a uma verdadeira reestruturação do que pensa fazer.

Na ânsia de aprofundar a campanha contra o Presidente, o Governo coloca na primeira linha as questões da disciplina militar. Pretexto: o facto de o Presidente da República ter recebido e invocado uma petição subscrita por 400 oficiais. O argumento é que a Lei de Defesa Nacional proíbe as petições colectivas. A verdade é outra. A Constituição permite restringir o exercício de certos direitos pelos militares. Mas a lei, ultrapassando essa possibilidade constitucional, no caso da petição colectiva pura e simplesmente proibiu. A agravar esta situação, há que considerar que este tipo de limitações implica para o Estado a criação de sistemas adequados a possibilitarem a expressão dos interessados e dos seus pontos de vista. Aos que dizem que "a lei proíbe logo houve violação da lei", há que responder que as leis devem ser justas e lógicas e esta não o é. Os militares são primeiro que tudo cidadãos. E, num mundo em que o indivíduo e o seu complexo de direitos assume cada vez maior relevância, mal vão as coisas quando as mentalidades dos membros do Governo se pautam pelo modelo da disciplina cega que o Conde de Lippe importou para Portugal. Quando pelo mundo fora se afirma cada vez mais a ideia do militar como "cidadão de uniforme", em Portugal instala-se e permanece a mentalidade prussiana, da obediência cega e acrítica. Percebe-se porque é que o Governo postula esse tipo de disciplina. Mas é altura de dizer que quem se pauta por valores de humanismo e de democracia, não quer homens a actuar cega e acriticamente!

Quando o Governo e o Ministério da Defesa recusam o diálogo e não ouvem os interessados, se a lei não dá saída aos interessados para exprimirem as suas posições, então o mal não está nos interessados, está na lei e no posicionamento do Governo.

As Forças Armadas não estão postas em questão por alegadas e inventadas quebras de disciplina. As Forças Armadas estão a ser questionadas sim pela ausência de uma séria reestruturação; pela falta de reequipamento, comprometido com o atraso da nova lei de programação militar; e muito especialmente por um certo vazio militar que se vem criando e de que seguramente não é Portugal que pode aproveitar, mas sim outros países interessados em ocupar o espaço estratégico que Portugal deixe ao abandono.

Num momento em que o Governo acede lealmente a assumir todos os encargos que a NATO (e agora a UEO) entendem que devem caber a Portugal, este vazio militar traduz uma outra forma de atentar contra os interesses nacionais e de enfraquecer a soberania.

A proposta de lei do Governo, comprovadamente injusta, tem sido causa de um profundo mal-estar e é, ela sim, geradora de instabilidade, da pior instabilidade que pode haver, que é a que atinge o corpo militar no seu conjunto e cada um dos seus membros individualmente, nas suas perspectivas de vida profissional e pessoal.

O verdadeiro processo de reestruturação das Forças Armadas deve ser encetado com urgência. Na base de um consenso nacional gerado por um amplo debate sobre a Defesa Nacional e as Forças Armadas. Em diálogo com as Forças Armadas no seu conjunto. No respeito pelos direitos e pela honorabilidade dos militares portugueses.

A proposta contém mecanismos de incentivos para a passagem voluntária à reforma. Esses incentivos são de fomentar. Impõe-se melhorá-los, num quadro de confiança no sistema de Aposentações e no Fundo de Pensões. É necessário que os interessados na passagem à reforma tenham completa confiança no sistema, e a verdade é que os ziguezagues do Governo têm minado essa confiança.

O PCP apresentou propostas de alteração à proposta do Governo, tendentes por um lado a expurgá-la dos injustos mecanismos impositivos, e por outro, a reforçar a confiança nos sistemas de incentivos para passagem voluntária à reforma.

Mas, o processo de reestruturação é mais vasto e mais complexo. O PCP mais uma vez insistiu na Assembleia da República na urgência com que deve ser encetado. Com o documento que apresentou de Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, o PCP deu uma contribuição para esse processo. E o Governo, continuará a tolher esse processo? Continuará uma política de factos consumados, num processo de crescente emfeudamento à NATO? Continuará a menosprezar os militares portugueses? Continuará incapaz de estabelecer o indispensável diálogo?

As ameaças à Associação Nacional dos Sargentos prenunciam um mau caminho. Veremos.

Contra a exploração e a insegurança

JCP promoveu campanha pelos direitos dos jovens trabalhadores

Entre 1 de Maio e 15 de Junho, a Juventude Comunista Portuguesa levou a cabo uma campanha nacional de divulgação e defesa dos direitos dos jovens trabalhadores. Com esta iniciativa, cujas conclusões foram dadas a conhecer na passada sexta-feira, pretendeu a JCP, por um lado, alargar o conhecimento dos direitos pelos jovens, e, por outro lado, aprofundar a informação sobre a realidade juvenil no emprego e divulgar as propostas dos jovens comunistas para uma efectiva política de emprego juvenil.

A campanha consistiu na distribuição de um guião sobre os direitos actualmente consagrados e as propostas da JCP em vários locais de trabalho com grande concentração de jovens. Apoiada pela afixação de um cartaz próprio, incluiu ainda a recolha de dados sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho (cujos resultados divulgamos em caixa nesta página).

"O não cumprimento dos direitos que assistem aos trabalhadores é particularmente relevante no caso dos jovens", afirma a JCP na nota que distribuiu à imprensa dia 19 e na qual vê a situação da juventude trabalhadora "caracterizada pela instabilidade e insegurança no emprego, pelo desrespeito dos seus direitos, pelos baixos salários auferidos e horários de trabalho bastante elevados".

Apontando o Governo do PSD e de Cavaco Silva como "o grande responsável por esta situação, por não procurar resolver e não ter resolvido (e até ter agravado) os diversos problemas que afectam os jovens trabalha-

dores", diz a JCP que "o patronato agradece e esfrega as mãos de contente com esta realidade".

A JCP "reivindica e exige uma política de emprego de acordo com as necessidades de desenvolvimento do País e os interesses dos jovens", para o que aponta uma dezena de pressupostos essenciais, como a garantia de estabilidade no emprego (com direitos sindicais e sociais), o horário máximo de 40 horas de trabalho semanais, o fim das discriminações e o respeito pelo princípio *a trabalho igual, salário igual*, a garantia de protecção social, remuneração digna, ocupação formativa e colocação efectiva aos jovens que frequentam programas de ocupação/formação temporária, a definição do estatuto do formando.

A Juventude Comunista Portuguesa "exige que se utilizem os mecanismos necessários para combater os abusos praticados pelas entidades patronais", ao mesmo tempo que chama a atenção para que "os jovens deputados do Grupo Parlamentar do PCP têm apresentado importantes projectos de lei em matérias relevantes", nomeadamente para a efectiva aplicação e o alargamento do Estatuto do Trabalhador-Estudante, o apoio aos jovens à procura do primeiro emprego e o combate à discriminação salarial dos jovens.

As conclusões desta campanha serão entregues pela JCP ao Grupo Parlamentar comunista, à Comissão de Juventude da AR, ao Ministério do Emprego e Segurança Social e ao Conselho Nacional de Juventude.



Números com jovens dentro

Durante a campanha, a JCP efectuou um inquérito sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho. Depois de registar "um receio generalizado por parte dos jovens trabalhadores em responder ao inquérito-tipo, devido a possíveis consequências que pudessem sofrer no seu local de trabalho", a JCP revela alguns números e conclusões que é possível extrair das 550 respostas obtidas.

Direitos?

38,6% dos jovens trabalhadores afirmaram que lhes são colocados grandes obstáculos ao exercício do direito à greve. Mais de 30% dos jovens com idades entre 16 e 18 anos não recebem de acordo com a tabela salarial em vigor para a função que desempenham. Dos jovens que não têm contrato, 55,6% não usufruem do direito a férias, 60% não têm direito a descontos para a Segurança Social e 44,5% não recebem subsídios de férias e de Natal.

Dos inquiridos, 26,8% são trabalhadores-estudantes. Mas o Estatuto do Trabalhador-Estudante não é

aplicado em 40% das empresas referidas e em 28,9% das escolas.

Abuso da precariedade

As entidades empregadoras utilizam abusiva e crescentemente os contratos a prazo e o emprego sem qualquer vínculo laboral.

Têm emprego precário 67% dos jovens no sector primário, 42,5% no sector secundário e 57% no terciário.

Estão sindicalizados 15% dos jovens com vínculo precário e 48% dos que têm contratos como efectivos.

E a Europa aqui tão longe...

A média do horário semanal de trabalho está muito acima dos valores europeus. 75% dos jovens que responderam ao inquérito trabalham mais de 40 horas, 6% trabalham mais de 45 horas, e 29,4% fazem horas extraordinárias. Há casos de não pagamento das horas extra; no comércio há jovens que fazem 4 horas diárias acima do horário normal sem remuneração.

34,6% dos jovens recebem salários inferiores ao mínimo nacional (44 500 escudos). 40% recebem entre o mínimo e 60 mil escudos. Apenas 2,9% recebem mais de 80 contos.

DORAL do PCP analisou a situação no Algarve e a actividade do Partido

Proposto amplo movimento a favor da Região

O plenário da direcção regional do PCP analisou no sábado a situação económica, política e social no Algarve, bem como a actividade passada e futura do Partido no corrente ano. Os comunistas manifestam a sua disponibilidade "para, em conjunto com as outras forças democráticas, e designadamente com o PS, encarar formas de cooperação e luta em defesa dos interesses regionais, nas quais se inscreve, entre outras, a oportunidade da criação de um amplo movimento de opinião em torno da instituição da Região Administrativa do Algarve", como se lê nas conclusões da reunião.

A Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP manifesta algumas grandes preocupações no que respeita à situação económica, social e política da região.

Com particular evidência para a construção civil (onde as obras licenciadas são menos 25% que no ano passado), nota-se uma profunda queda da actividade produtiva. A produção agrícola enfrenta enormes dificuldades, enquanto nas pescas se nota um retrocesso (com expressão na quebra de capturas, na diminuição drástica de embarcações, no forte condicionamento da actividade dos viveiristas e mariscadores devido à poluição na Ria Formosa).

No turismo, agudizam-se as consequências de uma oferta desordenada, de baixa qualidade e extremamente dependente. Tal como tem vindo a acontecer nos últimos anos, ao aumento da ocupação não vai corresponder uma subida das receitas.

Um significativo aumento da criminalidade e da marginalidade é, para o PCP, reflexo de uma situação social em degradação: pioram as condições de vida de largos sectores da população, cresce o fenómeno dos salários em dívida ou pagos tardiamente, aumenta o desemprego de longa duração, degradam-se as condições de trabalho e reina uma profunda instabilidade.

O escândalo das "bandeiras azuis" (de que as praias do Algarve se viram privadas este ano) decorre, para o PCP, de actos cuja responsabilidade cabe inteiramente ao Governo, tal como é o executivo de Cavaco Silva o responsável pelos atrasos na publicação dos estatutos da Região de Turismo. Só que o Governo vem acusando o poder local de não cumprir obrigações que efectivamente não lhe pertencem, e as suas intromissões em áreas da competência das autarquias aumentam os conflitos entre o poder central e o poder local.

Em todas as frentes

A DORAL reafirma o empenhamento dos comunistas em dar combate à política deste Governo em todas as frentes.

Reafirmando a necessidade de unir esforços em torno dos órgãos locais e regionais para defender o poder local e o desenvolvimento regional, os comunistas do Algarve consideram particularmente importante que, desde já, seja aberto um largo debate sobre o futuro Plano de Desenvolvimento Regional.

Para o PCP é ainda necessário renegociar rapidamente os sistemas de financiamentos comunitários, de forma a que as autarquias possam fazer frente a importantes obras de infra-estruturas.

A DORAL sublinha que, apesar da desvalorização e do silenciamento de que é alvo na generalidade da comunicação social, a actividade dos comunistas no distrito é um importante contributo para a resolução dos problemas dos trabalhadores e das populações e para o esclarecimento da opinião pública acerca do carácter da política do Governo do PSD, constituindo um elemento insubstituível na luta para lhe fazer frente.

Iniciativas

O plenário da DORAL definiu um conjunto de iniciativas a realizar até final do ano, destacando: um plenário regional da CDU, em Outubro, para preparar as eleições autárquicas; as 3as Jornadas Parlamentares Regionais, no início de Outubro; um encontro regional da JCP, em Setembro, para discutir a intervenção no movimento associativo estudantil; e vários debates em Outubro e Novembro para apresentação e discussão pública dos documentos para o 14º Congresso do Partido.

Desenhar uma «festa!»

Antes da «festa!» tomar forma no terreno da Atalaia, há que pensá-la, planeá-la. Há que prever a colocação de um conjunto de bandeiras como motivo decorativo ou a dimensão das indispensáveis redes de electricidade, água e esgotos. Há que dimensionar e distribuir sanitários, pavilhões, postos de sinalização, sistemas de recolha de lixo, palcos, restaurantes e bares, postes de iluminação pública, etc., etc. É um trabalho feito em evolução, ano após ano. Um trabalho desconhecido da grande maioria do público visitante da «festa!» e que reúne especialistas de áreas diversas: arquitectos, engenheiros de várias especialidades, topógrafos, desenhadores, paisagistas, silvicultores... Um trabalho coordenado por um Gabinete de Projecto do qual fazem parte Vitor Santos e Fernando Vicente, membros do Comité Central do PCP, e os arquitectos Helena Martins, Celestino Castro e Artur Pires Martins.

Mas o projecto da «festa!» não nasce propriamente entre as quatro paredes daquele gabinete na António Serpa. Como quase tudo o que diz respeito a esta iniciativa, o que surge é resultado de um trabalho colectivo, até porque o Projecto da Festa do «Avante!» «não é um conjunto de riscos; é a representação de ideias», dizem ao «Avante!» estes intervenientes no processo. Neste caso as ideias surgem de uma discussão a nível nacional processada sob uma metodologia que os anos provaram ser a um tempo eficaz e enriquecedora.

Explicam-nos que se começa por fazer uma «proposta muito geral», quase um esboço, que se limita a ser uma primeira ideia sobre as zonas a ocupar por cada uma das organizações do PCP participantes na Festa do «Avante!». Nesta fase estamos normalmente no início do ano, em Janeiro ou Fevereiro, e essa primeira ideia leva já em conta o resultado de algumas conversas e discussões anteriormente feitas com membros de organizações regionais e da direcção do Partido com responsabilidades nesta área de trabalho.

São contactos que se mantêm constantes ao longo de todo o ano, seja para esta primeira fase de concepção da «festa!», seja depois para a sua construção. Para já é preciso saber o que cada uma das organizações do PCP deseja fazer, «qual o tipo de espaços que pretende e a função a que se destina cada um desses espaços», para utilizar a expressão dos nossos interlocutores que exemplificam: «é preciso saber que actividades comerciais cada uma das organizações pretende, se quer pôr a funcionar um bar ou um restaurante. É necessário prever a existência de um espaço para teatro ou folclore, etc., etc...».

É lançado um inquérito às organizações para averiguar tudo aquilo e ao mesmo tempo para sistematizar a discussão. Em resposta a este inquérito as organizações regionais do PCP fazem então uma primeira proposta e o Gabinete de Projecto, que possui a visão de conjunto necessária para possibilitar a harmonização das várias intenções que estão em jogo, elabora uma contraproposta que, por sua vez, suscita muitas vezes uma nova proposta das organizações

regionais, proposta essa que pode ainda merecer nova contraproposta e assim sucessivamente...

«É elaborar pequenos projectos para um grande projecto geral», ou seja, são as partes de um todo que surgem em centenas de plantas e desenhos intensamente debatidos nos seus pormenores. Plantas e desenhos que circulam entre este Gabinete de Projecto e as organizações do PCP, representativas de um diálogo mantido ao longo de meses no interior do Partido, a concluir-se no desenho final de mais uma edição da Festa do «Avante!».

Mas que critérios são seguidos para colocar determinada organização regional em determinado local? Porque é que, por exemplo, o «Minho» vai para um sítio e «Setúbal» para outro? Há uma lógica que tem a ver com a capacidade de animação ou atracção dos espaços e iniciativas que cada uma das organizações vai levar a cabo durante a «festa!»: tenta-se com a distribuição das organizações equilibrar a circulação dos milhares de pessoas pelo terreno da Atalaia durante os três dias de Setembro em que esta iniciativa se realiza. Por exemplo, para contrariar a tendência natural das pessoas se aglomerarem em torno do Palco 25 de Abril, este ano serão colocados o Auditório 1.º de Maio e duas grandes organizações, Setúbal e Porto, junto à entrada da Cruz de Pau.

O palco principal, de resto, influencia grande parte da colocação de espaços, já que os muitos décibéis de som que ele debita são escutados em grande parte do terreno e há que cuidar das necessidades de silêncio, como é o caso do Avanteatro.

Alguns pormenores dos muitos que nos foram relatados ao longo desta conversa com elementos do Gabinete de Projecto da «festa!». Pormenores da história de um trabalho que constitui elemento de muitas histórias da própria Festa do «Avante!». Histórias que iremos partilhar com o leitor em próximas edições do nosso jornal.

festa Avante!



Da direita para a esquerda: Fernando Vicente, Celestino Castro, Vitor Santos, Artur Pires Martins e Helena Martins



Férias na Tunísia possíveis para quem comprar já a EP!



A venda antecipada da EP, a Entrada Permanente na Festa do «Avante!», está a decorrer em melhor ritmo que em anos anteriores, estando o bilhete de ingresso na «festa!» a ser vendido em todo o país dos Açores a Viana do Castelo. Para ajudar essa venda antecipada da EP estamos em condições de anunciar que as EP's agora adquiridas poderão participar num concurso cujo sorteio se realiza no próximo dia 30 de Agosto, no decorrer da Jornada de Trabalho que nesse dia se realizará na Quinta da Atalaia. Os prémios são aliciantes e incluem para o primeiro prémio duas viagens de oito dias à Tunísia com partida em voo directo Lisboa-Tunis, regime de pensão completa e estadia em hotéis de três e quatro estrelas (uma colaboração da agência de viagens Agiturismo).

O segundo prémio neste sorteio para a venda antecipada de EP's será uma câmara de filmar-vídeo e o terceiro prémio constitui uma oferta da editorial Caminho num total de 50 mil escudos em livros.

Os participantes devem assegurar que os talões destacáveis das EP's vendidas cheguem aos Serviços Administrativos da «festa!» na Avenida António Serpa ou na Quinta da Atalaia até ao dia 28 de Agosto. Os resultados do sorteio serão publicados no «Avante!» e os prémios devem ser reclamados até 31 de Dezembro deste ano com a apresentação do talão da EP premiada.

Este sorteio será um dos atractivos para a compra antecipada da EP. Outro atractivo será o preço de uma EP. Uma Entrada Per-

manente na Festa do «Avante!» custa mais ou menos o mesmo, ou até bastante menos, que o preço de entrada de um vulgar bilhete para um único espectáculo musical. Uma única EP permite assistir a todos os espectáculos musicais da Festa do «Avante!» que só nos palcos principais são para cima de uma vintena e que vão da música tradicional portuguesa a diversas formas de expressão da música internacional, passando pelo rock ou pelo jazz, mas atenta também a linguagens e estilos específicos que em Portugal muitas vezes não encontram outro espaço de apresentação.

Mas uma EP possibilita também ao seu possuidor a visita a exposições que mostram o nosso país, ou o acesso a restaurantes com a melhor gastronomia nacional e internacional. Com a EP pode assistir-se a provas desportivas ou a jogos tradicionais que decorrem na Atalaia, ir ao teatro, participar em debates, dar um pé de dança sob os mais variados ritmos.

EP — entrada permanente, — é o nome do pequeno bilhete que dá acesso ao recinto da «festa!» durante os três dias da sua realização. Mas é também um título de solidariedade! Uma solidariedade que pode assim ser manifestada com esta iniciativa dos comunistas portugueses.

O fruto da venda da EP é, antes do mais, o seguro de vida da Festa do «Avante!». A EP é a única fonte de receita própria que o Partido Comunista Português dispõe para assegurar a realização de tão importante iniciativa política e cultural.

Torneio de Futebol de Salão tem final na Atalaia



Está já a decorrer a primeira fase do Torneio de Futebol de Salão Sénior da Festa do «Avante!» com jogos a disputarem-se já em Faro, Beja, Castelo Branco, Guarda, Coimbra, Setúbal e Évora. Este ano o torneio tem o aliciente de a sua fase final se disputar no novo polidesportivo da Quinta da Atalaia, no decorrer da própria «festa!». Todas as informações e o regulamento podem ainda ser pedidos para a Avenida António Serpa, 26, 2.º andar, 1000 Lisboa, pelos telefones 769147/7930973 ou usando o fax n.º 769897.

Pedro Ros ao «Avante!»

Apelamos à solidariedade contra o bloqueio imperialista a Cuba

Em visita a Portugal, o camarada Pedro Ros Leal, membro do Bureau Político do Partido Comunista de Cuba e secretário da Central dos Trabalhadores Cubanos, aceitou em dar ao nosso jornal um depoimento sobre os objectivos e resultados da sua visita.

«Quanto aos objectivos», disse Pedro Ros, «foram os de entabular conversações com as organizações sindicais portuguesas, fundamentalmente com a CGTP, mas também com a UGT, conhecer a experiência do movimento sindical, trocar opiniões sobre essa experiência, dar a conhecer o trabalho da Central dos Trabalhadores de Cuba no plano nacional, continental e internacional».

«No plano continental», acentuou, «a fim de alcançar a unidade no continente contra a política neoliberal que nega direitos aos trabalhadores; uma unidade na base do respeito das linhas políticas de cada organização e assente no carácter comum e objectivos comuns na acção frente à exploração e à negação dos direitos».

«No plano internacional, a fim de conhecer a acção que as organizações sindicais portuguesas desenvolvem, e dar a conhecer o nosso ponto de vista e a nossa experiência, fortalecer o nosso acervo de conhecimentos para ter uma visão mais ampla de como se desenvolve o trabalho sindical e extrair os aspectos mais positivos em nosso próprio proveito. Também para fortalecer os laços de amizade e criar novos vínculos para avançar em objectivos que nos são comuns».

«Os trabalhadores têm mais que os uns do que os outros», sublinhou.

«Quanto aos resultados», continuou Pedro Ros, «foram muito favoráveis. Estou muito satisfeito pelo acolhimento, pelo espírito de abertura e análise dos dirigentes sindicais portugueses, nomeadamente da CGTP, das organizações de solidariedade com Cuba e com a causa do nosso povo, que é a causa dos trabalhadores, e pela amizade demonstrada nos contactos com os trabalhadores e com o povo português».

«Sentimo-nos muito estimulados, e fortalecidos para continuar a luta frente às dificuldades que nos impõe o bloqueio que recrudescer cada vez mais da parte dos Estados Unidos, até ao ponto em que nem um grama de medicamentos ou de alimentos podemos adquirir nos EUA. E não só», sublinhou, «Os EUA usam toda a sua influência e poder para impedir que outros países tenham relações comerciais, políticas ou culturais com o nosso povo, com o objectivo de sufocar-nos, de nos vencerem pela fome e pela pressão».

«O nosso povo, porém», declarou Pedro Ros, «tem um alto espírito de combate e usa a arma mais eficaz que

possui neste momento: a inteligência e o talento das novas gerações que nasceram e cresceram com a Revolução, o talento dos nossos cientistas, dos nossos profissionais, técnicos e operários; a alta moral e a consciência socialista e revolucionária que se arreigou no mais profundo dos nossos corações».

Perguntámos ao camarada quais os reflexos que temido na economia cubana, nomeadamente a nível de empresas industriais, a brusca diminuição de importação de petróleo.

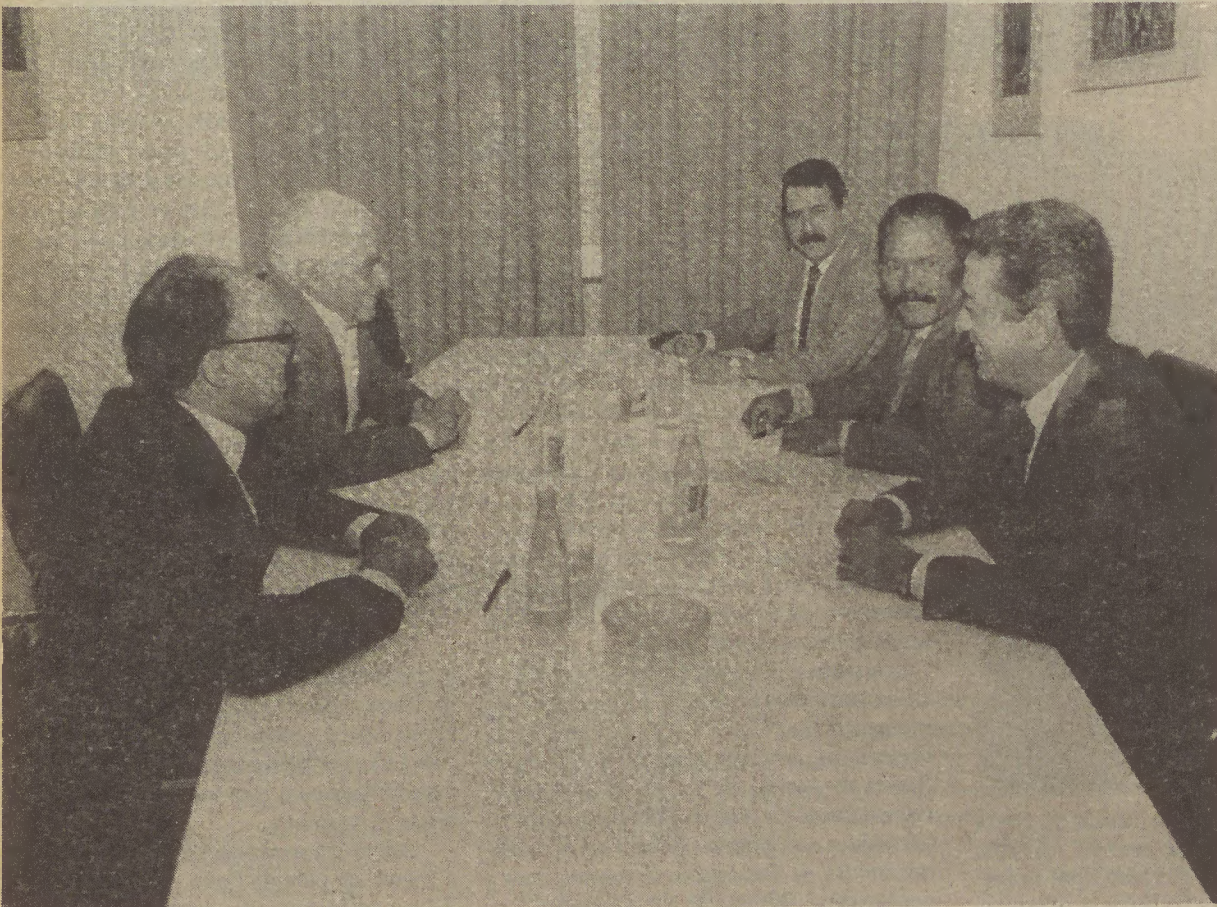
«Como se sabe, contávamos com 13 milhões de toneladas de petróleo, no âmbito do intercâmbio comercial com a União Soviética. Ao desaparecer a URSS tivemos de adquirir petróleo no mercado mundial, aos preços e condições que esse mercado impõe. Este ano contamos com menos de metade do petróleo — apenas 6 milhões de toneladas».

«Isto implicou em primeiro lugar um uso mais racional dos recursos energéticos. Os nossos técnicos e cientistas procuram aceleradamente novas técnicas e recursos. Implicou também a desaceleração ou mesmo paralisação em alguns sectores da economia — na indústria ligeira, nos transportes públicos, nos cimentos. Esta conjuntura levou à paralisação de diversos sectores da actividade do país».

Quisemos saber das consequências que tal afrouxamento trouxe aos trabalhadores. Pedro Ros explicou:

«Uma resolução governamental sobre a questão determinou a transferência de trabalhadores, dentro do mesmo sector de actividade ou para outros sectores — por exemplo, turismo, agricultura. Tais transferências não afectam o salário do trabalhador, a não ser que o lugar que este venha a desempenhar seja mais bem remunerado. Portanto, ou recebe o mesmo, ou recebe mais. Só no caso — e enquanto — não encontrar trabalho é que o trabalhador recebe os 60 por cento do salário. Ninguém fica desamparado. Entretanto não há desemprego. O que há neste momento é subemprego».

«As perspectivas são boas», concluiu o camarada Pedro Ros, «embora haja que ultrapassar muitos escolhos. O bloqueio é o principal obstáculo ao nosso desenvolvimento. É por isso que apelamos à solidariedade contra este bloqueio do imperialismo norte-americano».



O camarada Pedro Ros Leal, membro do Bureau Político do CC do PC de Cuba, em visita ao nosso país, encontrou-se com o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, que estava acompanhado por Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP



Telejornais e conflitualidade social

Os jornais televisivos, com destaque para os das 13 e das 19.30 horas, por acaso os de maior audiência, são exemplos vivos da forma como se pode, sem informar e, menos ainda, sem formar, apresentar, num quadro de sensacionalismo, confrontos sociais, que sem as devidas explicações sobre as causas, levam à conclusão condicionada de um mundo e um país de gente má, interessada em fazer mal por fazer.

É assim que em retratos instantâneos nos são apresentados quadros de violência e horror, desde os mortos na Jugoslávia às crias a morrer de fome e de doença em qualquer país do chamado Terceiro Mundo. Ainda hoje, dia 15 de Junho, o jornal da tarde noticiou primeiro os *hooligans* ingleses e depois, em Portugal, o assalto e destruição numa escola do Porto, com a imagem da vereadora do pelouro da educação da Câmara Municipal do Porto que, a única coisa em que entendia que havia que investir era na protecção — tratar-se-á de construir muros como são construídos um pouco por todo o lado desde que caiu o de Berlim?

É que, por falar em muros, é de Washington que o Mário Crespo diz que as cidades americanas estão divididas por muros que separam (ou tentam separar) os excluídos dos ricos, é a Europa a criar muros de defesa contra a entrada dos imigrantes que, do Sul, vêm à procura de trabalho e pão. São os muros da modernidade.

Um depoimento incómodo

É neste contexto que há que inserir um episódio recente passado com o Movimento Democrático de Mulheres (MDM).

No passado dia 25 de Maio veio, da RTP-Porto, a solicitação de um depoimento do MDM sobre crimes sexuais. Ciente da importância da presença televisiva, imediatamente foi contactada uma dirigente no Porto para dar resposta à solicitação. Foi a própria dirigente a contactar a RTP (Manuel Queirós) e logo ali foi combinada a gravação, para o dia seguinte, 26, às 9 horas, em casa da referida dirigente.

De facto o jornalista (Mário Augusto) e a equipa técnica estiveram lá e gravaram o depoimento que, segundo informação do jornalista, aliás muito jovem, simpático e (talvez) ingénua, iria para o ar nesse dia ou no dia a seguir, no "Telejornal" das 19 e 30 horas, numa «peça» sobre crimes sexuais.

A tónica da intervenção do MDM foi para a marginalidade, o desemprego e a precariedade laboral, como explicação para o aumento da criminalidade e, aí inserindo os crimes sexuais de que a mulher é a primeira vítima.

Falou-se ainda do assédio, como forma de crime sexual, aparentemente menos violento do que a violação mas demasiado instalado por todo o lado e muito em função da precariedade e instabilidade laboral.

À pergunta do jornalista sobre se se podia dizer que as mulheres continuavam a ser vítimas do machismo, foi respondido que talvez fosse tempo de os homens pensarem o que tinham a ganhar com a participação das mulheres em igualdade e foi ainda feita referência à reportagem que, no dia 24 de Maio, tinha ido para o ar, supostamente sobre «lingerie» feminina e que não passou de uma mistificação traduzida num apontamento mais ou menos pornográfico e atentatório da dignidade feminina. Foi dito então que não eram trabalhos daqueles que ajudariam à diminuição dos chamados crimes sexuais.

O MDM continua à espera de ver o depoimento fornecido graciosamente e sob solicitação da RTP-Porto. O jornalista, contactado dois dias depois, disse que iria para o ar na semana seguinte e prontificou-se a avisar a entrevistada. São 15 de Junho e continuamos à espera.

Aconteceu o Congresso, fomos à RTP (Av. 5 de Outubro), todas nós, entregámos uma moção e, também daí, esperamos a resposta. Como é sabido, as mulheres são pacientes. Mas não desistem.

Maria Eduarda Castro

Depois do muro

■ Manfred Bleskin

Anunciado, há semanas, como ponto de partida para um esforço comum, o encontro entre o Governo Federal e o Partido Social-Democrata (SPD), em fins de Maio em Bona, foi pouco mais do que um «forum» para comprovar aquilo que tinha estado na origem da sua convocação: passados dois anos sobre a unificação, a Alemanha está mergulhada numa profunda crise político-institucional, tendo como pano de fundo inquietantes sinais de recessão económica, fundamentalmente na parte Oriental — ex-RDA — mas não só.

Na Alemanha Oriental, cada dia fecham mais empresas do que novas abrem: ali, um terço dos trabalhadores está no desemprego, passando, assim, por uma experiência amarga de que a maioria nem memória tinha. Embora as últimas estatísticas acessíveis, de Maio, indiquem uma ligeira descida do desemprego, tanto no Leste como no Oeste, ainda não está à vista uma viragem como disse o chefe dos Serviços de Desemprego, Heinrich Franke, aquando da sua publicação: na antiga RDA, a taxa baixou de 14,7 para 14,1 por cento, na Alemanha Ocidental desceu em 0,1 por cento para 5,6. Mas estes dados, segundo a Associação dos Desempregados, só servem de camuflagem para a dura realidade: assim, no Leste, a metade da população activa, em vez de produzir, recebe esmolas do Estado; os despedidos, na sua maioria, em vez de passarem para o desemprego oficial, entram em diversas formas de trabalho temporário e salário reduzido, subsidiados pelo Estado. Outros, mais velhos, entram numa situação «sui generis»: passam à «pré-reforma» (i.e. pessoas entre os 57 anos e a idade de reforma, 60 no caso das mulheres e 65 no dos homens, em vez de serem postos na rua como desempregados, recebem uns 80 por cento do seu último salário) ou «operário com horário reduzido» (o que significa receber o equivalente do subsídio de desemprego, mantendo, formalmente, o contrato de trabalho).

A nível industrial, no Leste, a produção no sector dos instrumentos ópticos baixou em 88, na electrónica em 71, e na construção de veículos rodoviários em 22 por cento. O único sector que, embora também com índices descendentes, consegue defender-se, é o da indústria alimentar, sendo, no entanto, acompanhado dum baixa cada vez mais preocupante da agricultura.

Embora os índices da recessão na Alemanha Ocidental sejam, por enquanto, menos graves, não deixam de inquietar os trabalhadores de muitos sectores: assim, houve em Março — em comparação com o mesmo mês do ano passado, com 4,8 por cento — a mais alta subida no custo de vida dos 10 últimos anos, circunstância que contribuiu, de forma decisiva, em Maio, para a maior onda de greves há 18 anos. Encontravam-se em luta laboral, entre outros, na administração pública, no ramo metalúrgico e na indústria tipográfica, com uma participação que chegou a um milhão de trabalhadores.

O que já era evidente para políticos suficientemente corajosos para dizer a verdade antes das eleições parlamentares em Dezembro de 1990 — desde Hans Modrow, presidente de honra do Partido do Socialismo Democrático (PDS) até Oscar Lafontaine, vice-presidente do SPD — agora é visível para todos: a unificação alemã, sobretudo a introdução da moeda ocidental e a consequente extensão do sistema capitalista, de um dia para o outro, na ex-RDA, foi um grave erro, que levou à sistemática destruição de toda uma economia, pois não houve período de transição em que teria sido possível adaptar-se às novas condições. E mais: o até agora aparentemente forte capitalismo alemão apresenta, cada vez menos, capacidade de responder aos desafios depois da queda do socialismo de Estado.

Sendo assim, surge a pergunta para a qual, de momento, parece não haver resposta: será a actual crise de carácter

passageiro, ou trata-se da entrada do capitalismo alemão numa fase de declínio cujo fecho ainda é desconhecido?

Os representantes da coligação governamental — a União Cristã-Democrata (CDU), a União Cristã-Social (CSU), da Baviera, e do Partido Livre Democrático (FDP), liberal — reagem com uma série de propostas que têm por fim obrigar os trabalhadores a pagar a conta dum política errada: aumento das rendas de casa e dos custos de tratamento médico, redução dos meios financeiros para a chamada política do mercado de trabalho — i.e. o trabalho de horário reduzido e a «pré-reforma». Fala por si o facto de o

A unificação alemã feita de um dia para o outro foi, para a ex-RDA, um grave erro que levou à sistemática destruição de toda uma economia, pois não houve período de transição em que seria possível adaptar-se às novas condições.

governo de Bona rejeitar qualquer medida que possa restringir os lucros das grandes companhias que fizeram «negócios da China» ao venderem os seus produtos no virgem mercado da Alemanha Oriental.

Neste contexto, são cada vez mais os índices de fraqueza do actual Governo Federal. Harald Ringsdorff, líder dos sociais-democratas no «land» de Meklemburgo-Pomerânia, no norte da ex-RDA, disse-nos que a equipa do chanceler Helmut Kohl não vai chegar ao fim da sua legislatura, em 1994. Em vez de governar e avançar com programas estruturais para superar a crise, Kohl surge com um discurso que esconde a alarmante situação. Em 15 de Junho, numa conferência do seu partido, anunciou que agora, sim, ia apresentar medidas para resolver os problemas «quentes». Os pontos que mencionou são, quase como não podia deixar de ser, precisamente aqueles que menos ou pouco interessam à maioria dos trabalhadores, pelo menos na antiga RDA. Os discursos de Kohl e dos seus discípulos lembram, um pouco, as apresentações públicas de membros da direcção da antiga RDA, em 1989, que, em vez de porem as cartas na mesa, pintavam uma imagem cor-de-rosa — acelerando deste modo o seu próprio fim.

Sendo assim, seguem de derrota para derrota, a saber: a flagrante descida dos votos nas eleições para as autarquias locais, de Maio, em Berlim, o esmagador apoio dos eleitores à nova constituição do «land» de Brandemburgo, no Leste, contra a resistência expressa da CDU local, a perda de quase dez por cento nas sondagens em toda a Alemanha.

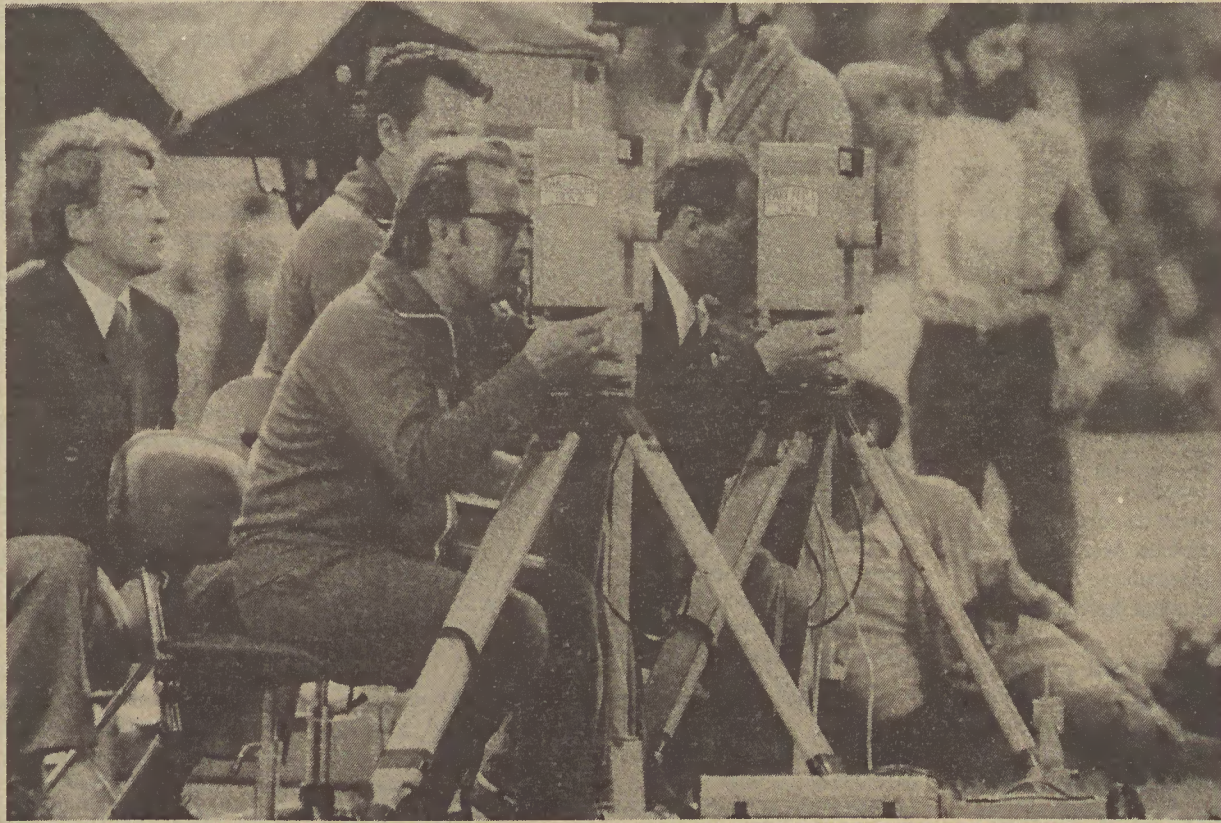
Esta perda é mais evidente ainda no Leste, onde a CDU, nas sondagens, fogem já quase 13 por cento.

Uma das reacções é a subida das simpatias nos sociais-democratas, que, ao menos em alguns aspectos, apresentam alternativas cujos custos menos pesariam sobre os trabalhadores, e nos socialistas e comunistas do Partido do Socialismo Democrático (PDS), que há dias apresentou um programa de criação de meio milhão de postos de trabalho, na antiga RDA, através de um apoio financeiro de Bona às empresas antigamente propriedade de Estado. Surge, no contexto da humilhação colectiva dos cidadãos da ex-RDA, uma onda de nostalgia dos «bons velhos tempos», que por um lado reflecte a saudade pelas conquistas perdidas, mas que por outro lado dificulta a superação dos lados negativos do socialismo, como era conhecido até agora, na procura de modelos alternativos de desenvolvimento social.

Expressão, a nível eleitoral e de sondagens, é o alarmante leque de abstenções — por volta de 40 por cento — nas eleições para as autarquias locais de Berlim, e de 53 por cento no «referendum» para a constituição de Brandemburgo.

É sobre este campo, aparentemente não politizado, que um dos actuais líderes da CDU daquele «land», Peter-Michael Diestel, pretende fundar um movimento para a defesa dos interesses dos alemães de Leste. Disse o persistente do PDS, Gregor Gysi, que

uma tal iniciativa pode contar com a benevolência do seu partido, porque ao defender os interesses da população no Leste, nem todos aceitem uma perspectiva socialista democrática, sendo pois natural a eventual organização de homens que se sentem traídos pelas promessas do chanceler Kohl, naquele movimento. Mais: o PDS exclui, categoricamente, a sua dissolução em favor do novo movimento. A julgar pelas reacções cheias de ódio de membros dirigentes da CDU, de Bona, e o apoio de alemães de Leste, um tal movimento é capaz de acumular uma sensível franja de eleitores, pondo possivelmente, num futuro não muito distante, em perigo o até agora conhecido modelo bipolar de alternância de poder entre a CDU e o SPD, obrigando a novas constelações de coligação.



Surge, no contexto da humilhação colectiva dos cidadãos da ex-RDA, uma onda de nostalgia dos «bons velhos tempos», que por um lado reflecte a saudade pelas conquistas perdidas, mas por outro dificulta a superação dos lados negativos do socialismo, como era conhecido até agora, na procura de modelos alternativos de desenvolvimento social.

A grave crise da banca internacional

«Para onde foi o dinheiro?»

■ Manoel de Lencastro

Não há dia, presentemente, em que se não registem a todos os níveis novos descabros no principal centro da actividade económica e financeira internacional, a indústria bancária. Nacionalizados ou privados, os bancos funcionam, como se sabe, com a responsabilidade de organizações reguladoras e impulsionadoras da acção económica.

Entretanto, quando dirigidos em aberto sentido fraudulento ou iludidos num «clima» que os faz desviarem-se das suas regras tradicionais para passarem a funcionar como casinos, instituições de capital de risco, desregulamentadas, agindo no campo da mais selvagem concorrência, espera-os a bancarrota. E a falência dos bancos pode dar lugar às mais incalculáveis consequências para o já tão precário equilíbrio político, económico e social do mundo do nosso tempo. Pode resultar no esperado resvalar do capitalismo para o jazigo que, historicamente, o aguarda.

Os principais banqueiros mundiais, acabam de reunir-se na sua conferência anual, em Toronto. Na agenda dos trabalhos, a discussão da crise actual. Mas a pergunta inevitável do cidadão mundial normal aos banqueiros que vê fugindo às suas funções naturais de financiamento das actividades produtivas legítimas e acusando prejuízos monumentais que os colocam à beira da ruína, é esta: onde foi parar o dinheiro?

Para abordar a questão gravíssima dos débitos dos Estados soberanos (os Estados Unidos são hoje um país altamente endividado) não dispomos de espaço. Para desenvolver os espantosos casos contemporâneos das dívidas fraudulentas deixadas no sistema — a corrupta falência dos bancos americanos de poupanças para a habitação, o escândalo do BCCI, as «irregularidades no estilo comercial» dos Solomon Brothers em pleno mercado de títulos americano, a gigantesca fraude de mais de um bilião de dólares realizada por James Guerin (negociante de armas, dirigente religioso e agente da CIA) agora à beira da prisão, o conjunto da indústria dos «títulos de lixo» (junk bonds) inventada por Michael Milken, da célebre Drexel, a impressionante falência do império Maxwell, a da indústria da construção e das propriedades — para todos esses espectaculares escândalos da nossa época, falta-nos também, o espaço e o tempo.

Vamos limitar-nos aos bancos, portanto, porque foi das caixas deles que o dinheiro saiu — os trilhões que lhes não pertenciam e fazem falta agora a todos os comércios, a todas as indústrias, aos pequenos países em desenvolvimento. E a estagnação resultante do estrangulamento económico provocado pela contracção do crédito não permite que a recuperação por que os governos anseiam venha a acontecer. As feridas no sistema económico-financeiro são estruturais. E os bancos, cujos capitais se contraem e cujos índices em relação aos activos realizáveis são simplesmente ridículos, esses templos do capitalismo onde tudo começou e tudo vai acabar, acham-se mortalmente atingidos.

Os suíços e os suecos

Nunca se havia falado em falências de bancos na Suíça. E as condições gerais, em 1991, com os bancos americanos e japoneses em desorganizada retirada dos mercados, eram favoráveis à actuação dos bancos helvéticos. Contudo, os lucros dos três grandes nomes, a Union de Banque Suisse (UBS), o Credit Suisse e a Swiss Bank Corporation, viram os seus lucros consideravelmente atingidos pelo peso das dramáticas dívidas incobráveis dos seus clientes em todo o mundo. De repente, deu-se o espectáculo, em Outubro último, da falência dum banco regional de considerável reputação e importância, o «Spar und Leihkasse Thun». Logo a seguir, a organização que representa os interesses de toda a banca de nível médio, a «VSRB», tornou público que estava a examinar as contas de, pelo menos, 185 dos seus filiados. E, há três meses apenas, foi Herr Robert Studer, chefe-executivo da «UBS» quem fez a previsão de que mais de 100 bancos suíços desaparecerão da cena nos próximos anos.

Voltemo-nos para a Suécia. Aí, os prejuízos dos bancos ascenderam, em 1991, a 48 biliões de coroas. E todo o sistema financeiro da Suécia tremeu, na sexta-feira negra, 8 de Maio último, quando foram anunciadas as perdas do «Nordbanken» para o primeiro trimestre do ano: qualquer coisa como 1,97 biliões de coroas — US\$345 milhões, a juntar aos prejuízos totais de 1991, os maiores de toda a história bancária da Suécia — quase 6 biliões de coroas. Já o novo governo fora obrigado a salvar da falência o Första Sparbanken (poupanças) cujos prejuízos foram de 5,5 biliões enquanto o Gota Banken (2,1 biliões de prejuízos) se refugiava no regaço do Trygg Hansa SPP para que, no último momento, se salvasse o que ainda restava da confiança do país no seu sistema bancário.

O drama dos bancos suecos não pára aqui, infelizmente. Há duas semanas, o Skandinaviska Enskilda Banken, o maior banco comercial da Suécia, publicou o respectivo relatório e contas para os primeiros 4 meses do ano corrente. Os prejuízos foram de 600 milhões de coroas = £ 57 milhões. Com 2,5 biliões de coroas em dívidas incobráveis, este banco, a jóia máxima do tesouro bancário sueco, realizou prejuízos pela primeira vez em toda a sua história.

Ainda nos primeiros 4 meses deste ano, os bancos noruegueses, quase todos recentemente salvos do encerramento pelo próprio governo, acumularam prejuízos que ascenderam a 889 milhões de coroas norueguesas. O «KOP» (Kansallis-Osake-Pankki), conhecido banco finlandês sempre activo nos mercados internacionais, também publicou as suas contas do primeiro trimestre: prejuízos de F. Markka 527 milhões = US\$ 119 milhões. Voltando à Noruega, o Christiania Bank registou, desta vez, prejuízos inferiores — apenas 86 milhões de coroas. Mas avisou da possibilidade de novas e pesadas perdas devido à situação da indústria da construção naval e à

queda assombrosa dos valores dos navios hipotecados assim como dos preços dos fretamentos.

O «Westpac Banking Corporation», o primeiro banco comercial australiano, registou os maiores prejuízos jamais verificados no país. Nada menos de 2,4 biliões de dólares australianos. O banco, que se encontra seriamente envolvido em financiamentos ao sector das propriedades, viu-se forçado a absorver dívidas duvidosas e incobráveis de muitos dos seus clientes cujo valor atingiu os 2,65 biliões de dólares. Isto, relativamente ao exercício de 1991. Os restantes bancos australianos, o National Australian Bank e o ANZ, conseguiram evitar perdas, mas o valor das reservas que tiveram de realizar para a cobertura das dívidas incobráveis foi de 800 milhões de dólares.

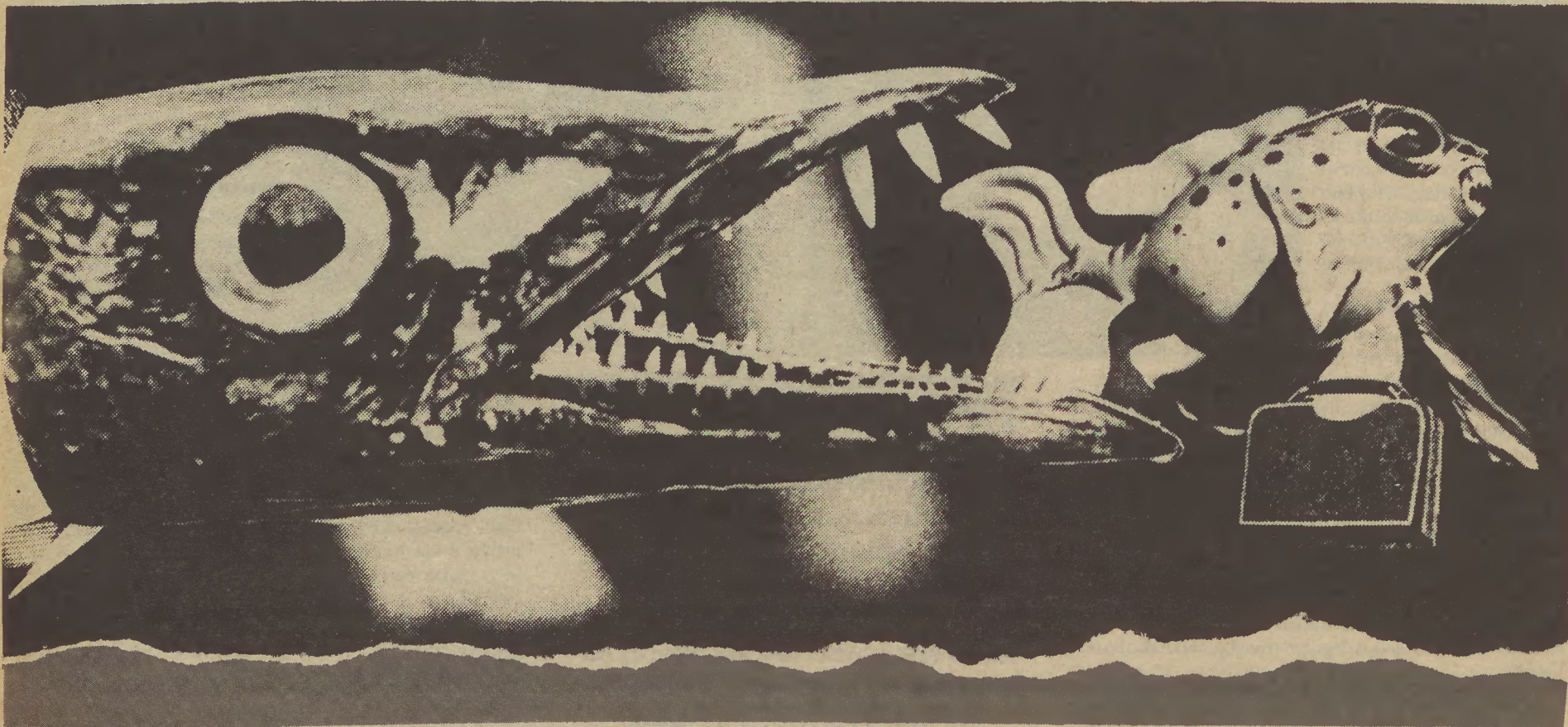
Tinham conquistado a vitória

Num próximo trabalho daremos conta aos leitores do «Avante!» da situação dos bancos americanos e japoneses. Contudo, à pergunta inicialmente posta «para onde foi o dinheiro?» achamos que devemos fornecer uma resposta que, de algum modo, desculpa e compreende a quase alegria com que a banca mundial, tão levianamente, chegou à beira do abismo. Vejamos como as coisas se passaram. Sejam lúcidos na interpretação dos factos: eles tinham conquistado a vitória. Ronald Reagan e Margaret Thatcher andavam a incendiar os continentes com optimismos, ameaças e grandezas. Na URSS, passavam-se (para quem assina este trabalho) incompreensíveis acontecimentos. O velho socialismo chegava ao fim dos seus dias. O capitalismo, pelo contrário, diziam que se renovava. Outros, queriam convencer o mundo de que a História acabara.

Nestas extraordinárias condições, todos os projectos passavam a ser bons e, aproveitando o fulgor do grande momento, tudo o que eram homens de iniciativa, «businessmen» de todos os países, empreendedores, criadores de riqueza, bancos pequenos e médios, empresas de todos os tipos, firmas com grandes e pequenos negócios ou sem negócios alguns, nomes com perspectivas mas sem dinheiro, não hesitaram: e o histórico assalto aos bancos começou.

Agora, com os resultados à vista, desculpam-se os homens do poder: que estamos em período cíclico de recessão, que é tudo normal, a recuperação vem já aí. Muito bem. Nessas circunstâncias, temos agora de perguntar: onde está o dinheiro para financiar a recuperação? E como esta pergunta não pode, simplesmente, ser satisfeita, não temos remédio senão alterar completamente os dados da grande questão para chegarmos à mais lógica, à inevitável conclusão:

Comunistas! A resposta para o descabro do capitalismo acha-se nas vossas mãos! Das ruínas do sistema, parti para a construção do socialismo real, da nova sociedade. Os povos estarão convosco!



Cartas dos leitores



O capitalismo e a classe operária

A política direitista de recuperação capitalista é uma expressão e um aprofundamento da contradição entre a base produtiva da sociedade contemporânea e a subordinação desta aos interesses do grande capital. (...)

Contudo, a partir do fim dos anos 60, o processo da transformação fez alto, entravado cada vez mais numa crise profunda, marcada pela estagnação, por uma burocratização e uma alienação das próprias classes trabalhadoras, por custos de produção elevados e um endividamento crescente, e por atrasos técnicos e tecnológicos. Cativeira às suas velhas práticas e relações de produção, e carente de estruturas políticas e de uma formação ideológico-científica adequadas, a classe operária mostrou ser incapaz de promover as medidas necessárias e urgentes para assegurar a integridade e o desenvolvimento do sistema produtivo socializado. Por outro lado, o capitalismo (na sua forma final do capital-financeiro internacionalizado) encontrava-se substancialmente reforçado economicamente, e preparado ideológica, técnica e cientificamente para se aproveitar da crise. A derrota política da revolta (dos anos 1968-79) da classe operária britânica, com a eleição do governo conservador de Margaret Thatcher em 1979, abriu o caminho por toda a Europa a uma reconstrução acelerada e generalizada do monopólio do capital sobre o trabalho e a produção. Procedendo prioritariamente ao desmantelamento do sector económico e produtivo do Estado, base material do poder da classe operária e dos seus aliados de classe, o grande capital conseguiu a condição *sine qua non* da sua dominação económica: a derrota política e ideológica da classe operária. Mas tal é a natureza objectiva da nossa época que o próprio capitalismo, ao monopolizar de novo o processo de transformação do sistema produtivo socializado está obrigado a tornar-se, embora provisoriamente, o seu principal promotor. A sua nova usurpação é alcançada

apenas através de um novo surto de transformações socioeconómicas: a aplicação consciente da ciência e tecnologia, a maior concentração, socialização e economia dos meios de trabalho, a maior planificação e internacionalização da produção social, a expansão contínua do mercado mundial e da própria classe operária, cujo resultado inevitável é uma negação sempre crescente das bases materiais e sociais indispensáveis para a produção da mais-valia, para a produção e a reprodução da propriedade capitalista. Se é a missão histórica da classe operária enterrar o capitalismo, é, por outro lado, a missão do próprio capitalismo, como observou Marx, erguer os «alicerces materiais do novo modo de produção a um certo grau de perfeição» (*Capital Vol - III* - edição inglesa 1959, p. 441). É por volta destas duas tarefas, e na sua inter-relação complexa e objectiva, que oscila a história da nossa época. A experiência recente tem mostrado que o enterramento do capitalismo, sem o desenvolvimento pleno das novas forças e relações de produção social, não é condição suficiente e durável para a construção do socialismo. Da mesma maneira, o novo modo de produção socializada previsto por Marx, no seu aperfeiçoamento — concentrado, internacionalizado e científico — não proporciona ao capitalismo o fundamento natural e durável para o sustentar e alimentar. Embora o capitalismo moderno esteja amarrado num processo de autocontradição, pela sua parte, a classe operária, coeiro do capitalismo, é obrigada a perceber a grande lição da sua derrota: a dialéctica desta relação, e a dependência necessária e absoluta da sua luta histórica no processo de transformação do sistema produtivo, base material essencial para a construção da nova sociedade do comunismo.

Pedro Castelo - Porto

Trabalho infantil

(...) O trabalho infantil ou o trabalho dos menores penso que está por definir com

clareza. É dos problemas mais inquietantes dos jovens trabalhadores. Isto porque as leis cavaquistas têm mais paleio que conteúdo. E já não falo quando essas leis são feitas por tecnocratas. E já não falo no modo incorrecto em que a maior parte delas são escritas que nem parece tratar-se da língua portuguesa e até uma pessoa fica com dores de cabeça quando quer meter o nariz nelas. Só se pode trabalhar a partir de que idade? E um estudante? Qual é a idade a partir da qual se pode ser trabalhador-estudante? (expressão tão do agrado da socialdemocracia!). Senão, vejamos: um jovem em vez de ir para a Escola (...) anda por aí a ver se encontra emprego na cidade ou no campo. Por isso há largas camadas de jovens e jovens de tenra idade no desemprego. A baterem à porta dos Institutos do Emprego e Formação Profissional vêm-se, dia após dia, jovens para não dizer muito jovens que todos os dias andam por lá a ver se encontram algum trabalho ou a inscreverem-se em curso para os irem entreterendo e cujo diploma é o desemprego puro e simples. Por outro lado vêm-se jovens muito jovens, grande parte do sexo feminino, a trabalhar nas fábricas. O lugar destes jovens não devia ser aqui. Estes jovens deviam estar a estudar em escolas técnicas para, se quisessem, ir um dia também para as Universidades e serem engenheiros, arquitectos, cientistas, matemáticos, biólogos, médicos, veterinários, professores, etc., etc. O futuro da nossa juventude é este. Isto, por um lado. Por outro, é a malfadada política do ministro da Educação: a política da PGA, do aumento das propinas, dos chumbos e mais chumbos nas escolas preparatórias, secundárias e nas universidades (90% a Matemática numa universidade), do mau ensino, de exames e mais exames, dos programas sem interesse, dos famigerados concursos para professores (incluindo a célebre 3.ª fase), da repressão estudantil, das cada vez maiores dificuldades no acesso às escolas e à universidade, das más notas, dos livros caros, do material

escolar caro, da falta de dinheiro (porque isto de ser estudante fica caro e cada vez há-de ser pior), dos professores que fazem tudo nas escolas menos dar aulas (desde contínuos a funcionários das secretarias), etc., etc. Cada vez está a ser mais complicado o acesso à Escola e à Universidade, para não falar da natureza de classe desse mesmo acesso, para não falar da natureza de classe do nosso ensino. (...)

João Marques

As nossas responsabilidades

O fracasso global da generalidade das primeiras experiências socialistas e os crimes cometidos no decorrer desses processos, os erros e conflitos internos que têm afectado o PCP, a enorme pressão e as grandes dificuldades sentidas por todas as pessoas e organizações que, em Portugal como no resto do mundo, pretendem manter-se coerentes com ideais de esquerda, levaram-me a reflectir sobre o que significa hoje ser comunista. Tal como muitos outros companheiros e camaradas, concluí que o ideal socialista/comunista continua válido, que os partidos comunistas são ainda um instrumento essencial para a concretização desse ideal. A realidade actual do capitalismo continua a legitimar (tanto ou mais do que antes, pelas mesmas razões e por razões diferentes) os anseios de transformação de todos aqueles que gostariam de viver num mundo com cada vez menos dominação, exploração e alienação do homem pelo homem. Por outro lado, o insucesso da quase totalidade dos «socialismos reais» veio apenas demonstrar que o caminho para uma sociedade diferente é bem mais longo e difícil do que se pensava; que essas dificuldades não residiram (não residem) apenas na oposição e na violência do capitalismo (do «outro»), encontrando-se também em «nós» (o sectarismo, a intolerância, o abstencionismo, o dirigismo, etc.).

Perante tal constatação, o XIV Congresso do PCP surge como um momento de potencial mobilização de esperanças e empenhamentos desiludidos, de renovação e reforço da nossa capacidade de análise e de intervenção. Para que tal aconteça, será necessário que todos os comunistas portugueses se decidam a participar activamente na preparação desse mesmo congresso, que o façam com um maior grau de firmeza e, simultaneamente, de abertura, tolerância e criatividade. Deixo, a terminar, algumas propostas para o debate que já se iniciou: a) a criação de um museu, de um arquivo, de um centro de documentação, de um gabinete de história e de um instituto de estudos sociais do PCP; b) a renovação do «Avante!» e de «O Militante», a recuperação dos «Cadernos Politika»; c) a redefinição (não o abandono!) de conceitos como os de «partido revolucionário», «partido do proletariado», «partido marxista-leninista», «partido de vanguarda», «partido patriota e internacionalista», «transição para o socialismo», «sociedade socialista», «democracia

socialista»; d) o aperfeiçoamento dos princípios estatutários definidores do «centralismo democrático», de forma a que estes passem a integrar modalidades mais amplas de «circulação horizontal de informação» (nomeadamente através do «Avante!»), formas complementares de eleição dos delegados aos congressos e de eleição dos órgãos de direcção, novas regras de organização das fases preparatórias dos congressos e dos próprios congressos, a reformulação dos direitos e dos deveres dos militantes, a alteração das normas que condicionam a composição e o funcionamento dos órgãos de direcção, uma reformulação do nosso relacionamento entre o PCP e a JCP, etc. O PCP não pode deixar de tentar criar condições para que todos os comunistas portugueses se sintam bem no seu seio. Urge conseguir uma base de consenso interno mais alargada. Urge tentar reforçar a unidade através de uma maior tolerância para com as diversas formas de «ser comunista».

João Paulo Avelãs Nunes —
Coimbra

Cadeira de veludo

... Auto que se fez na sala do Santo Ofício em 17 de Dezembro de 1621 na presença do Inquisidor-Geral em cadeira de veludo debaixo de docel e no fim do qual se leu a sentença dos livros proibidos e se mandou queimar três canastras deles. (in «Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa» — António Baião — Col. Seara Nova)

Ó insigne censor-mor dos cultos de Santana!

Ó preclaro usufruidor da exploração de negros e de terra alentejana!

Ó erudito inquisidor da triste figura pelas secretarias da censura! Ó emérito subzelador mesureiro da escondida mordada da subtil trapaça da arrogante fumaça do sinistro-primeiro!

Ó pressuroso aberta-a-tarracha! Ó inefável justiceiro! Ó egrégio heráldico! Ó lara-laracha!

Diz-nos lá lara-laré quantas e quantas a abarrotar canastras cheias deles mandavas tu queimar em actos autos-de-boa-fé?

Quantas e quantas à gentil maneira de serviçal de mel paladino do saber mandavas tu queimar aferrado à cadeira debaixo do docel — aferrado ao poder?

Quantas? Ó nobre larada apogeu do nada!

Francisco Viana — Lisboa

No próximo *O Militante*

Os acordos de Maastricht

CADERNO ESPECIAL

Onde se fala da música da Irlanda, com Maastricht sempre à baila...

■ Francisco Costa

Num tempo em que, nos bastidores de decisões com repercussões ainda imprevisíveis para o futuro da Europa, se assiste quer ao défice de discussão democrática e pública dessas decisões quer às manobras de intimidação e chantagem dos Governos sobre a simples expressão da vontade dos povos; num tempo em que cada vez mais assim se perfila, mesmo antes da sua concretização formal, o espectro da criação de mecanismos de direcção «pró-federativa» e «supranacional» dos destinos de todo um continente, pelos mais ricos e poderosos; num tempo em que, no próprio caminho para o estabelecimento deste novo quadro, é cada vez mais clara a perspectiva de instituição *de facto* de uma «Europa dos Governos» à revelia da sempre anunciada «Europa dos Cidadãos»; num tempo em que, entre nós, certa comunicação social (com especial relevo para a televisão) alinha, reverente - quase demitindo-se da sua vigilância crítica e actuante -, numa gigantesca operação de mistificação da opinião pública quanto ao que verdadeiramente está em jogo para o futuro da Europa e quanto ao posicionamento e responsabilidades das várias forças políticas, neste processo com contornos políticos e éticos por vezes inqualificáveis; num tempo, enfim, em que tudo o que isto tem de tão absorventemente revoltante se revela, com já indisfarçável despudor, perante os nossos olhos - acaba por ser, por vezes, um exercício de disponibilidade mental, vivamente aconselhável, criar alguns mecanismos de defesa e contrabalançar a prepotente indigência da informação televisiva com a saudável fruição de outras formas de observar o mundo e amar as gentes que o povoam, que a mesma televisão, por vezes imperceptivelmente, a espaços nos faculta. Foi o que tentámos fazer desta vez, cometendo-nos a reconfortante tarefa de analisar a gravação de uma notável série que a RTP há pouco acabou de transmitir.

(...) «A Irlanda é, de certa forma, um país fortemente ocidental mas, a nível técnico, por exemplo, é um país do terceiro mundo. Geograficamente faz parte da Europa, mas encontra-se na periferia e, no entanto, para ser uma cultura industrial, ainda lhe falta muito. Daí resulta esta anormalidade: um país ocidental, ainda com a sua tradição rural. Estamos ligados directamente à tecnologia audiovisual moderna e, no entanto, temos uma tradição rural ainda mais antiga nas cidades. Ela foi transferida do campo para a cidade e, em vez de se perder, ganhou qualquer coisa. Foi como se regressasse a casa.» (...)

(Micheál Ó Súilleabháin, musicólogo, docente, compositor irlandês - em «*Bringing it All Back Home*», série televisiva, RTP - Canal 2, Maio/Junho de 1992)

A série que, sob o título português «A Grande Música da Irlanda», a RTP transmitiu recentemente, foi produzida pelos Estúdios da Irlanda do Norte da BBC em associação com a Radiotelevisão Irlandesa (RTE). Notável conjunto de documentação sobre as origens e os multifacetados caminhos da evolução da música tradicional irlandesa, «*Bringing it All Back Home*» (no mais sugestivo e fiel título original) debruça-se ainda, principalmente, sobre a extraordinária influência que esta música exerceu nas formas de música popular de outras por vezes tão distantes paragens, como a América do Norte.

A estrutura da série adopta a divisão em cinco episódios correspondentes a outros tantos capítulos temáticos que contribuem para uma reveladora visão global:

- a emigração irlandesa para o Novo Mundo e a convivência inicial da sua música popular com outras formas culturais para ali trazidas (pelo tráfico da escravatura, ao longo dos séculos) ou ali criadas - nomeadamente a música afro-americana;
- a emigração irlandesa para a Inglaterra e o *ghetto* social e cultural a que foi forçada a remeter-se;
- a preservação da identidade cultural, através da sua transmissão oral às novas gerações;
- a interpenetração dos elementos fundamentais da cultura popular com as novas aquisições trazidas pelas formas de raiz académica e erudita da música europeia;

- e, finalmente, os encontros e desencontros dessa tradição com a evolução tecnológica dos *media* e os novos processos de produção e criação musical, popular ou erudita.

Um acto cultural estimulante

Um primeiro aspecto a realçar na série é o extremo cuidado posto na exploração prática de concepções teóricas essenciais, inerentes às complexas relações de comunicação entre «emissor» e «receptor» - já visivelmente pré-existent ao próprio acto de produzir este objecto artístico de investigação e divulgação cultural.

E como é preocupação comum às melhores escolas do documentarismo - como a britânica - também nesta série são patentes algumas linhas fundamentais de abordagem e encaminhamento dessa investigação: um intenso trabalho de **pesquisa prévia** de documentação iconográfica («imagens de arquivo») fotográficas ou cinematográficas, «documentos sonoros» de origem diversa); o **trabalho de campo**, desenvolvido na forma de entrevistas ou de tomadas de imagem e som de exemplos musicais, a partir de «testemunhos» vivos; a gestão dos **dispositivos audiovisuais** integrantes e integradores, tendente a situar ou a ilustrar, historicamente, geograficamente e mesmo psicologicamente, os vários tipos de «documentos»; e, finalmente, o trabalho de **planificação, montagem** e criteriosa **distribuição** de toda esta «informação» pelos vários episódios da série.

E é assim que, entre tantos e diversificados momentos altos da série, ficam na memória do espectador os documentos fotográficos que testemunham a emigração irlandesa, sobretudo para o Novo Mundo; ou as imagens dos «trabalhos forçados» dessa espécie de «escravatura branca» no desbravamento e



As irmãs Keane, de Caherlistrane, Galway, com a sobrinha Dolores Keane (à esquerda)



Eileen Ivers, violinista

cultivo intenso das terras aráveis, na construção de fábricas, na implantação das grandes vias de comunicação na América; ou as lentas e minuciosas panorâmicas por objectos que despertam universais memórias da adolescência, as molduras dos rostos e olhares frontais, retratados a sépia, as cadeiras de recosto, os aparadores, as cobertas das cómodas, as loiças e os talheres, as toalhas das mesas; ou a crueza a «preto e branco» das imagens dos emigrantes operários irlandeses nas minas e nas fábricas da Inglaterra; ou, ainda, emocionantes gravações de arquivo, como a do Pai Everley, captada a partir de um programa de rádio nos Estados Unidos, ao apresentar a **Everley Family** antes da sua actuação nesse programa.

O enquadramento físico e humano

Mas também, e sobretudo, deparamos com a feliz fórmula encontrada para ilustrar quer a beleza calma e lírica da paisagem rural, quer a beleza rude e violenta da paisagem urbana, quer a serena fraternidade dos rostos nos «pubs», à beira de uma «caneca» - **enquadramentos físicos e humanos**, não apenas intimamente associados à música irlandesa mas também à própria universalidade das temáticas essenciais das culturas tradicionais.

Uma fórmula ainda exemplarmente conseguida, no caso desta série, através do «cruzamento de imagens» filmadas na Irlanda, na América ou na Inglaterra, quase sempre montadas em alternância a partir de planos próximos e aumentando imperceptivelmente de escala, de forma a que sempre estejam associados na mente do espectador esse constante vaguear, essa perene indefinição entre o *lugar onde se está* e o *lugar de onde se partiu*, na admirável tradução material de um indefinível sentimento de melancolia ou saudade («*Ewigness*», na língua gaélica) e dos «caminhos cruzados» entre a música irlandesa tradicional e as múltiplas formas musicais a que deu origem ou directamente influenciou - a música das Montanhas Apalaches, a *folk*, a *country*, o *rock*, etc.

E quando tudo isto é suportado por «testemunhos» geracionais e culturais tão diversos como **Bono Edge**, dos **U2** («*só compreendi que era irlandês depois de ir para a América*»), ou pelo espantosamente belo e absurdo texto de uma *slow air*, «*A Stór Mo Chroí*», sobre a emigração e o exílio, que as irmãs **Keane** ainda hoje recordam em Caherlistrane,

As músicas, as palavras, os instrumentos

Não cabe aqui dar um exaustivo relevo aos «espécimes musicais» que «*Bringing it All Back Home*», na sua duração total de cerca de cinco horas, notavelmente nos revela em toda a sua riqueza e multiplicidade.

Algumas componentes fundamentais da música tradicional irlandesa ou dos caminhos da sua evolução e *aggiornamento*, desvendados na série, são, entretanto, de referência obrigatória.

Por um lado, as impressionantes formas de **música vocal** abundantemente documentadas - o «*Shandos*», canto sem acompanhamento, definido como «proeza suprema da cultura musical irlandesa» ou a «*Slow air*», esse outro exemplo de canção sem palavras, onde os floreios do canto maravilhosamente evocam instrumentos fundamentais da música popular irlandesa, como o violino ou a gaita de foles. Por outro lado, as formas de **música instrumental**, destinadas à dança («*polkas*», «*reels*», «*highlands*», «*jigs*», «*slides*»), ou entendidas como veículo para a prática da música colectiva, espontânea e improvisada, as chamadas «*sessions*» - esse surpreendente fenómeno de emulação da música de raiz irlandesa com as «*jam sessions*» da música de raiz afro-americana.

Mas impossível seria ainda ignorar alguns momentos musicais inesquecíveis que a série nos proporciona. Entre eles, algumas verdadeiras **obras-primas**, como a canção «*Fairy-tale of New York*», desse grande escritor de canções que é **Shane MacGowen** (dos «*Pogues*»), fabulosamente interpretada por **Christy Moore**, com acompanhamento de **Donal Lunny**, e com um texto cru e amargo adequadamente evocando «canções de aventuras, sonhos, solidão, isolamento e raiva»; ou a violenta crónica de protesto e afirmação sobre a vinda para a cidade e a discriminação social («*Nothing But The Same Old Story*») cantada de forma insuperável por **Paul Brady**; ou essa história real sobre a pequena cidade de **Paradise**, na região de Kentucky, devastada pela implantação de uma exploração mineira, na força de uma canção de denúncia recordada por **John Prine**; ou as modernas baladas gravadas por **Richard Thompson** com **Mary Black**; ou a tranquila mestria instrumental de **Liam O'Flynn** e **Davy Spillane** (gaitas de foles), **Frankie Gavin** (violino), **John McCarthy** (flauta); ou a emocionante canção «*Kilkelly*», construída sobre cartas de familiares de emigrantes a partir da pátria, na fortíssima actuação de **Robbie O'Connell**, **Mick Moloney** e **Jimmy Keane**; ou a sublime presença da voz e do gesto da cantora tradicional **Nóirín Ní Riain** em dois hinos irlandeses com os monges beneditinos da Abadia de Glenstal, em Limerick; ou, ainda, essa outra **obra-prima** que termina significativamente a série («*The Bony Irish Mad*»), famosíssima canção de exílio e emigração cantada, numa inusual prestação coral, pelos «*The Voice Squad*» (Fran McPhail, Phil Callery e Gerry Cullen).

FC



Christy Moore, com Donal Lunny, gravando «*Fairy-tale of New York*»

Galway («*uma tempestade de liberdade quando se está longe da terra de onde em breve se partirá...*»), - quando tudo isto assim nos é revelado, sem dúvida que estamos perante um relevante e gratificante acto cultural.

A passagem de testemunho

Mas a própria estrutura da série é também paradigmática ao facultar não apenas a descoberta gradual de uma surpreendente realidade musical como ainda uma postura de rigor na defesa inteligente e sensível da identidade cultural de um povo, mesmo quando em prolongado contacto interactivo com outras (igualmente poderosas) comunidades culturais, insuspeitadamente tão próximas.

Revela-se assim reconfortante assistir à obra desenvolvida junto de jovens irlandeses em Inglaterra por dois músicos tradicionais aí radicados, **Roger Sherlock** e **Bobby Casey**, com eles tocando e participando numa fabulosa sessão instrumental no *pub* «*Black Cap*», em Camden Town, Londres, com a participação de três flautas, três violinos, acordeão e bodhrán; ou à transmissão dos segredos da tradição violinística feita por **Eileen Ivers** numa escola da comunidade irlandesa em Bronx, Nova Iorque.

No fundo, a mesma passagem de testemunho que a série também documenta ao evocar a actividade cultural, nos Estados Unidos, de dois grandes instrumentistas: **Patrick Touhey** (gaita de foles), um dos primeiros músicos tradicionais irlandeses a ser gravado nos estúdios americanos, e o virtuoso **James Morrison**, de Sligo, violinista vindo para o Novo Mundo nos anos 30.

E, sobretudo, a acção de dignificação da imagem popular da música irlandesa desempenhada por essa verdadeira personagem lendária que foi **Shaun Ó Riada**.

Reconhecimento e revelação

Em todos estes aspectos, «*Bringing it All Back Home*» é uma série exemplar. E, mais ainda, na estratégia integrada de divulgação cultural materializada na edição de um livro e de um compacto-tríplo (daí, a elevada qualidade da captação de som dos exemplos musicais, invulgar neste género de documentarismo) que acompanharam o lançamento televisivo da série, e que, sendo complementares, valem por si próprios como objectos culturais individualmente considerados.

Mas talvez que a maior qualidade da série resida nessa outra fórmula, a um tempo imperceptível e eficaz, através da qual ela consegue traduzir, na prática, um assinalável postulado teórico: o de procurar fazer funcionar no espectador dois efeitos aglutinadores das modalidades de «recepção» num meio de comunicação de massas, como a televisão - o do **reconhecimento**, indo ao encontro da informação (mesmo que algo dispersa ou ainda fragmentada) dos iniciados; e o da **revelação**, procurando despertar no «saber latente» do fante espectador de ocasião a aquisição estimulante de novos conhecimentos.



«KILKELLY»

«Kilkelly, Irlanda, 1860.
Meu querido filho John,
O teu amigo Pat McNamara,
O mestre-escola,
Teve a amabilidade
De escrever estas linhas.
Os teus irmãos foram para Inglaterra
À procura de trabalho.
A casa está vazia e triste.
A tua irmã Bridget e o Patrick
Vão casar em Junho.
A tua mãe diz para não trabalhares
No caminho-de-ferro.
Volta para casa.

Kilkelly, Irlanda, 1870.
Meu querido filho John,
Saudades à tua senhora
E aos teus quatro filhos.
Que cresçam saudáveis e fortes.
O Michael meteu-se numa alhada,
Não há meio de aprender.
Vivemos na escuridão,
Não há nada para queimar.
A Bridget está feliz,
Deu o teu nome a um dos filhos.
Já tem seis.
Dizes que arranjaste trabalho,
Mas não dizes o que é,
Nem quando voltas.

Kilkelly, Irlanda, 1880.
Queridos Michael e John, meus filhos,
Com grande pesar vos dou a notícia:
A vossa querida mãe faleceu.
Enterrámo-la junto à Igreja,
Em Kilkelly.
Os vossos irmãos e a Bridget
Estiveram lá.
Não se preocupem,
Morreu sem sofrimento.
Lembrem-se dela
Nas vossas orações.
Foi bom saber que o Michael
Vai regressar.
Com dinheiro,
Por certo, pode comprar terra.
As colheitas têm sido fracas,
As pessoas vendem a qualquer preço.

Kilkelly, Irlanda, 1890.
Meu querido filho John,
Já devo estar perto dos 80 anos.
Há 30 anos que partiste.
Com o dinheiro que me mandaste,
Ainda vivo sem pesar a ninguém.
O Michael construiu uma bela casa,
E a Bridget lá continua,
Com a sua filharada.
Obrigado por teres enviado
O retrato da tua família.
São rapazes e raparigas
Encantadores.
Dizes que talvez nos venhas visitar...
Que alegria seria ver-te de novo.

Kilkelly, Irlanda, 1892.
Meu querido irmão John,
Desculpa não ter escrito antes
Para te dizer que o pai faleceu.
Estava a viver com a Bridget.
Diz ela que continuou,
Alegre e saudável, até ao fim.
Havias de o ter visto brincar
Com os netos, filhos do teu amigo Pat.
Enterrámo-lo junto à mãe,
Na Igreja de Kilkelly.
Era um velho rijo e brinçalhão,
Atendendo à vida difícil que teve.
Era engraçado
O modo como falava de ti.
Chamou por ti,
Antes de morrer.
Porque não vens visitar-nos?
Gostaríamos muito de te ver.»

(«Kilkelly», por Robbie O'Connell, Mick Moloney e Jimmy Keane, em «*Bringing it All Back Home*» - RTP, Canal 2 - Maio/Junho de 1992)

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Pobre tecido

Governo está a pôr em perigo o tecido empresarial isto não sou eu que digo embora assine o edital. Governo tão «europeu» um autêntico flagelo e quem o diz não sou eu mas outro Eu, rico de Melo...

Chega pra todos

Incompatibilizado na arte em que sou maestro houve quem, desconsolado, com o sestro do meu estro me dissesse (e eu sou franco escutei-o com fervor):
— Deixa, eu arranjo-te um banco para seres director...

Analfavaco

Cavaco não é gago. Seja como for, não vai ler, não senhor, não vai ler Saramago. Não é por mal de afecto. É só (assim o dizem seus iguais) porque é analfabeto. Isto, claro, na melhor das hipóteses oficiais...

Destino

Foram milhões afinal enterrados em Belém lá no Centro «Cultural».

Um escândalo. E ninguém hoje é capaz de dizer o que é que ele vai ser para o que é que vai servir que sorte se lhe dará quando o béu-béu que lá está acabe de mandar vir. Dizem que Cavaco pensa dar lá conferências de Imprensa burra manca género Casa Branca...

Está certo. Acontece. Telejornal merece...

Segredos de Estado

Era suposto um clássico soneto isto ser. Mas por força de um decreto que impõe censura à informação daninha

nos dois tercetos fica, desnatado pois contava os segredos deste Estado o turvo estado de alma, esta al maminha.

Incrível!



Quo Vadis, Delors?!...

O "não" da Dinamarca ao Tratado de Maastricht continua a despír carecas e, sobretudo, a fazer grosso estrago no verniz democrático dos dirigentes comunitários. Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, há dias desastinou e disse: "a Dinamarca perderá os subsídios comunitários da Política Agrícola Comum, caso mantenha o não ao Tratado de Maastricht". Do que se conclui que, para o presidente da Comissão Europeia, as eleições têm uma de duas leituras possíveis: ou dão os resultados que os dirigentes da Comunidade pretendem — e aí são bestialmente legítimas, democráticas e etc. — ou contrariam essas vontades e, nesse caso, o povo que tal decidiu sofrerá a cólera dos deuses. Se isto é só a propósito do referendo e quando (ainda...) o Tratado de Maastricht anda à procura de pernas para andar, imaginem o que acontecerá se estes senhores passarem, efectivamente, a determinar a política de cada membro da Comunidade, já com Maastricht e todos nós no bolso...

E onde Cavaco já val...

Pretendendo alicerçar a sua posição com um raciocínio, Cavaco Silva reiterou a oposição a um referendo em Portugal sobre a recusa ou aceitação de Maastricht com

a seguinte oração: "Se os portugueses não concordam com o Tratado de Maastricht, devem esperar pelas próximas eleições legislativas para manifestarem a sua oposição, derrubando o Governo". Mesmo que nessa altura, embora ainda haja Governo de Cavaco a mandar em nome do País, não haja País porque Cavaco assim o mandou.

Sondageiros

Ainda a propósito de Maastricht, o "Correio da Manhã" apareceu esta semana com uma sondagem onde 68,3% dos inquiridos respondia "não" ao Tratado. Resultado exactamente oposto ao de uma outra sondagem encomendada recentemente por um jornal de objectividade e independência semelhantes às do "CM". Pelo que, se calhar, o mal estará ... nas sondagens.

Polémico

José Hermano Saraiva, se não levantou polémicas quando serviu Salazar como ministro, constituiu-se em figura polémica depois do 25 de Abril, quer pelos seus duvidosos méritos científicos como historiador, quer sobretudo pela reconhecida habilidade com que se passou de uma crista da onda para a outra. Entusiasmado consigo próprio ao ponto de dizer o que lhe dá na veneta, Saraiva já dá entrevistas ao "Diabo" — na decorrência do que

também já afirma na televisão — afirmando que "a PIDE obedecia às ordens do Governo. Quem mandava nela era o major Silva Pais, um homem honesto, o qual obedecia às ordens do dr. Gonçalves Rapazote, uma pessoa igualmente com um grande carácter; e acima deles estava ainda o professor Marcelo Caetano... Não se julgue que nessa época o País estava nas mãos de uma corja de bandidos". O que não julgamos, de certeza, é que o dr. Saraiva ainda seja uma figura polémica.

A Incompreensível Incompreensão

Afirma o PSD "não compreender" a razão que levou o Presidente da República a pedir ao Tribunal Constitucional um parecer sobre a chamada "Lei dos Disponíveis". Apesar disso "o PSD respeita o pedido do Presidente da República que, se tem dúvidas, pode e deve aconselhar-se com o Tribunal Constitucional. Trata-se de um direito constitucional do Presidente". Se o PSD acha que o Presidente, tendo dúvidas, "pode e deve aconselhar-se com o Tribunal Constitucional" e se lhe reconhece o "direito constitucional" de o fazer, então não se percebe o que é que o PSD "não compreende" na atitude do Presidente. A não ser que o que o PSD não compreenda seja o direito que um Presidente da República tem em... sê-lo.

frases da Semana

"Este Governo tem vários ministros que, sendo polémicos, se afirmaram como vedetas, nos seus sectores específicos, como Braga de Macedo, Deus Pinheiro ou Mira Amaral."

(Cáceres Monteiro — «Observador» — «O Jornal», 19.06.92)

"Fernando Nogueira, que esta semana na Assembleia da República deu provas de maturidade política, demonstrou, nos últimos tempos, em circunstâncias difíceis, uma mestria de manobra notável, cujos méritos possivelmente terá de repartir com o seu companheiro de caminho, o ministro Marques Mendes."

(Idem)

"Ferreira do Amaral conseguiu, esta semana, mais um daqueles êxitos que mexem com o quotidiano das pessoas."

(Idem)

"Não tenho paciência para me repetir."

(David Byrne — «Expresso», 20.06.92)

"Estudantes tinham razão em contestar a PGA."

(Couto dos Santos — «Expresso», 20.06.92)

"Qualquer texto que nesta altura nos seja imputado sobre esta matéria («segredo de Estado») é uma pura falsidade."

(Margarida Silva Pereira, deputada e dirigente do PSD — «Público», 20.06.92)

"Não era minha intenção ofender o Presidente da República, a quem estimo política e pessoalmente. Etimologicamente, um disparate é uma expressão destituída de razão ou fundamento."

(Duarte Lima — «O Jornal», 19.06.92)

"Os militares são muito gastadores."

(Vasco Graça Moura, «O Jornal», 19.06.92)

"PS de Lisboa organiza-se. Autarquias devem ficar com Acácio Barreiros."

(Título — «Público», 22.06.92)

"Ivic? Não conheço."

(Eriksson, «Público», 20.06.92)



Agenda

**Encontro-Colóquio
promovido pela Com. Coord. da CDU**

A Democracia Política e a Legislação Laboral

1º painel:

• **Sobre a Lei Eleitoral para a Assembleia da República**
moderador: Avelãs Nunes
comunicações de Raul Castro, Carlos Brito, João Amaral, Luís Sá

2º Painel:

• **O voto dos emigrantes nas presidenciais
e as alterações à Lei Eleitoral para as Autarquias**
moderador: José Casanova
intervenções de Luís Catarino, Odete Santos, Jorge Cordeiro, Demétrio Alves

Lisboa
Hotel Penta
Domingo às 11h



Jornadas de Trabalho

Muito do trabalho de edificação da Festa do «Avante!» está dependente daquilo a que chamamos: «Jornadas de Trabalho». As Jornadas de Trabalho, que nesta altura do ano acontecem todos os fins de semana na Atalaia, constituem por si só uma outra forma de «festa!». São momentos em que milhares de amigos da Festa do «Avante!» se reúnem para construir aquela que será a cidade dos três dias, em momentos de realização e convívio únicos e, para muitos, inesquecíveis.

As Jornadas de Trabalho realizadas até ao momento para a edição deste ano da «festa!», têm resultado em assinalável êxito, quer no que diz respeito aos níveis de participação (francamente superiores aos do ano passado), quer no que diz respeito aos resultados conseguidos, à obra já feita, dada a quali-

dade técnica de muitos destes voluntários, dado também o sistema de organização implementado que tem obtido boa resposta por parte das organizações do PCP que têm participado nesta iniciativa.

Pedreiros, pintores, costureiras, desenhadores, carpinteiros, electricistas, serralheiros, ou mesmo gente sem formação específica - todos podem ajudar a construir a «festa!».

De preferência devem contactar desde já as organizações regionais do PCP ou o gabinete da Festa do «Avante!» no centro de trabalho da António Serpa em Lisboa ou, ainda, o próprio colectivo da Atalaia.

Se quiser passar um fim de semana diferente, inscreva-se nas Jornadas de Trabalho, uma outra forma de «festa!» da Festa do «Avante!».



Quinta, 25

• LISBOA

Ciência, Tecnologia e Economia - tema do debate promovido pela Comissão para as Questões da Ciência e Tecnologia do PCP, com a participação de Fernando Sequeira, Frederico Carvalho e Sérgio Ribeiro. Às 21.30 no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário da célula da EPI - no Centro de Trabalho de Alcântara às 17.15.

Plenário do sector de Seguros de Lisboa, a partir das 18.00 no CT Vitória. Em debate, com a participação do camarada Domingos Abrantes: "História do movimento operário e sindical; papel do PCP; divisionismo; alianças políticas e sociais".

Sexta, 26

• LISBOA

Plenário de militantes da freguesia de S. João, às 21.30, no salão da Junta de

Freguesia, com a presença do camarada Euclides Pereira.

• ALCABIDECHE

Reunião de militantes da localidade para discussão da situação política e da actividade no Centro de Trabalho. Às 21.00, no CT.

Sábado, 27

• TRAFARIA

5ª Assembleia da Organização da Freguesia da Trafaria - com início às 15.00 no Centro de Trabalho.

• PORTO

Passeio-visita à obra da CDU na cidade do Porto, com a participação do vereador da CDU na CMP, presidente da JF de Miragaia e outros eleitos. Partida às 9.30, do CT da Rua Barão de S. Cosme (inscrições nos CTs).

• MATOSINHOS

Reunião de quadros do

concelho - no Centro de Trabalho, às 15.00.

• RIO DE MOURO

Reunião de eleitos e activistas da CDU nas autarquias do concelho de Sintra - às 15.00, no salão da Junta de Freguesia, com a participação do camarada Jorge Cordeiro.

• TORRES NOVAS

Arraial popular promovido pelas comissões concelhias do PCP/JCP. Baile com o conjunto "Banda 6", video gigante. No Largo das Piscinas, a partir das 21.30.

• ALMADA

Festa concelhia a partir das 10.00 na Praceta Diogo Couto (Laranjeiro): conjunto de música africana, Rancho da Morgadinha e eliminatória concelhia do Festival de Música Moderna da Festa do «Avante!».

Comício às 17.00, com intervenção do camarada Octávio Teixeira.

Domingo, 28

• LISBOA

Encontro-colóquio promovido pela Comissão Coordenadora da CDU: "A democracia política e a legislação eleitoral".

Organizado em dois painéis, que decorrerão, respectivamente, das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 17.00. No Hotel Penta.

• TIRES

Almoço-convívio no Centro de Trabalho, seguido de debate sobre a situação política, com a participação do camarada Romeu do Rosário (inscrições nos CTs de Cascais e Tires, tels. 4866991 e 2442253).

Segunda, 29

• PORTO

No Espaço Convívio do CT da Boavista, às 21.30: debate sobre o livro "Crónicas Imprudentes", de César Príncipe, com a participação do autor e de Araújo Moreira.

• ALVERCA

Debate sobre Maasticht - com o camarada João Amaral, dirigido aos quadros dos organismos de direcção do concelho de Vila Franca de Xira: às 21.30, no salão da Junta de Freguesia.

Quarta, 1

• ALCABIDECHE

Reunião da célula dos Reformados - à tarde, no Centro de Trabalho.

Convívio de naturais do distrito de Castelo Branco residentes na área de Lisboa

Excursão
a Monsanto da Beira
no dia 5 de Julho

(Informações: Barreiro 2033246 - José Milheiro;
Lisboa 9325094 - Horácio Alves)

Vamos falar de...

"Crónicas Imprudentes"

livro de César Príncipe,
com a participação do Autor
e de Araújo Moreira, jornalista e membro da DORP

2ª feira, 29 de Junho,
às 21,30hs.

convívio de

RESISTENTES ANTIFASCISTAS

dia 4 de Julho

- Evocação junto ao portão do Aljube
- Almoço-volante na «Voz do Operário»

JÁ À VENDA A EP

(Entrada Permanente)
dá-lhe acesso a 3 dias
de Festa!

A sua compra é também
um título de solidariedade
para com a Festa e uma
ajuda concreta à sua
construção e ao seu futuro.

SORTEIO DE PROMOÇÃO DA EP!

1º Prémio
VIAGEM À TUNÍSIA

(2 pessoas)
8 dias, viagem aérea e
hotel em regime de pensão completa.
Em colaboração com a Agitismo

2º Prémio
UMA CÂMARA
DE FILMAR-VIDEO
Modelo SV 500/super VHS

3º prémio
50 CONTOS EM LIVROS
da Editorial Caminho

Sorteio em 30 de Agosto
na Quinta da Atalaia
(Para os compradores da EP
antes da Festa!)

Televisão

Quinta, 25

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Azimutes
14.00 Brinca Brincando
14.35 A Orquídea Branca
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.35 Chefe, Mas Pouco
22.05 Entre Dois Irmãos
24.00 24 Horas
00.35 Remate
00.50 Fox-Teatro do Imaginário

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zona Perigosa
12.25 Curso de Alemão
12.40 Circo
12.55 Gerações
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.20 Recreio do 2
17.20 Em Busca de...
17.45 Clip-Club
18.15 Eterno Feminino
19.30 Aventura do Conhecimento
20.00 Música no 2
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
22.40 Meia Volta, Volver
23.05 O Regresso Eterno
(ver «Filmes da TV»)

Sexta, 26

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Novos Exploradores
14.00 Brinca Brincando
14.35 Doutor... Cuidado com Elas
(ver «Filmes na TV»)
16.05 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.40 Riviera
18.10 Roda da Sorte
18.50 Futebol
21.20 Desenhos Animados
21.30 Meu Bem, Meu Mal
22.45 Telejornal
23.25 Os Ídolos Intocáveis
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Mamma Mia
00.50 24 Horas
01.25 Remate
01.50 Assassino sem Rosto
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Francês
12.40 Circo
12.50 Gerações
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.05 Burlescos
17.10 Grandes Desastres
17.45 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.30 Magazine de Turismo
20.00 Como Nasce um Herói
21.00 Jornal das Nove
21.40 Marlenken
22.40 Riacho Doce
00.10 Rotações
01.10 Schultz & Schultz

Sábado, 27

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 Esfera Ki
14.20 Marés Vivas
15.10 Simply Red
16.05 O Regresso de D. Camilo
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Anel de Fogo
18.45 Hercule Poirot
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.35 Casa Cheia
22.20 Araçonga
23.15 Viver e Morrer em Los Angeles
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Contradições

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
13.00 Agarra o 2
14.15 Cinderelo de Pés Grandes
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Riacho Doce
01.10 As Teias da Lei

Domingo, 28

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 O Clube dos Seis
13.45 Viagem ao Mundo da National Geographic
14.35 Top +
15.20 Polícias Corruptos
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Hooperman
17.40 ET - Entretenimento Total
19.00 As 100 Vidas do Pirata Negro
20.00 Jornal de Domingo
20.50 Araçonga
22.25 Domingo Desportivo
23.05 Conversa Afiada
00.10 No Calor da Noite

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 O Desafio do Mar
10.55 Regiões Magazine
12.00 Agarra o 2
13.05 Anarquistas Graças a Deus
14.00 Troféu
18.30 Jazz
19.15 As Mulheres do Presidente
20.10 Palavra Puxa Palavra
21.00 Nós Dois
21.35 Artes e Letras - «Hitchcock»
22.30 Os Pássaros
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Tauromaquia

Segunda, 29

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Deixem-nos Viver
14.00 Brinca Brincando
14.35 Mamã
(ver «Filmes na TV»)
16.05 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera

18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.30 O Preço Certo
23.00 A Guerra Privada de Cleo Spearfield
24.00 24 Horas
00.35 Remate
00.50 Jumento a Vapor
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Inglês
12.40 A Porta
12.55 Gerações
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 As Aventuras de Black Beauty
16.50 Moda Top
17.50 Clip-Club
18.40 A Jóia da Coroa
19.45 Dramazine
20.00 O Brilho da Dança
21.00 Jornal das Nove
22.00 Acerto de Contas
23.00 Ópera

Terça, 30

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 Agência de Vigarices
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.15 Jogo Limpo
22.50 Primeira Página
24.00 Uma Vida dos Diabos
00.30 24 Horas
01.05 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 Zona de Perigo
12.20 Curso de Alemão
12.55 Gerações
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 O Livro dos Recordes
17.30 Tribunal de Júri
17.50 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
20.00 A Caminho de Barcelona
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.15 A Adolescente
(ver «Filmes na TV»)
23.40 Pop Off

Quarta, 1

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando
14.35 Agência de Vigarices
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Tu Cá, Tu Lá
17.15 Brinca Brincando
17.45 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.25 Telejornal
20.20 Desenhos Animados
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.20 Vamos Jogar no Totobola

21.35 Cerimónia Secreta
(ver «Filmes na TV»)
23.30 24 Horas
00.05 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção

12.25 Curso de Francês
12.35 Ao Ar Livre
12.50 Gerações
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2
16.30 A Guerra das Estrelas
17.30 Mulheres no Mundo

18.00 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.30 Aventura do Conhecimento
20.00 O Homem e a Música
21.00 Jornal das Nove
21.35 Carlos Cruz: «Quarta-feira»
22.30 Eurocratas a Leste

Filmes na TV



«Os Pássaros», de Alfred Hitchcock

A Orquídea Branca
«The Other Love» (EUA/1947). Realização de André de Toth. Interpretação de Barbara Stanwick, David Niven, Richard Comte, Maria Palmer, Joan Lorring, Richard Hale. P/B, 92 minutos.

Uma célebre pianista é atingida por uma doença fatal e não hesita em aproveitar os últimos meses de vida movendo-se numa história, violentamente melodramática, em que o médico que a trata se apaixonou por ela e esta se prende de amores por um motorista. Pouco antes de morrer, entretanto, compreende que era ao médico que deveria ter correspondido com a sua paixão. Tarde de mais, porém... Como se vê, um «melodrama» como tantos outros mas em que a diferença é feita da sua origem num romance de Erich Maria Remarque e do trio de excelentes intérpretes principais que o servem.

Quinta, 14.35, Canal 1

O Regresso Eterno
«L'Éternel Retour» (Fr./1943). Realização de Jean Delannoy. Interpretação de Madeleine Sologne, Jean Marais, Jean Murat, Yvonne de Bray, Pieral, Junie Astor, Roland Toutain e o cão Moulouk. P/B, 95 minutos.

É francamente injusto afirmar-se, como o faz o Boletim de Programação da RTP, que o «Regresso Eterno» é «em certa medida um filme de Cocteau feito por interposta pessoa». Se é certo que o argumento, os diálogos e a admirável atmosfera poética e romântica pertencem ao universo do célebre criador francês, não é menos certo ser impossível negar neste filme a marca do brilhante talento de Delannoy, um dos melhores realizadores do cinema francês. Mais interessante será, contudo, averiguar se tinham ou não razão de ser as violentas críticas que o filme fez despertar aquando da sua estreia em 1946, em Londres, deixando implícito que esta moderna história de adultério (como componente do conflito «ordem-desordem», subjacente a esta adaptação da tradução de Joseph Bédier da célebre lenda «Tristão e

Isolda» do século XI) se rodeava de suficiente ambiguidade ideológica, agravada pela especulação à volta de algumas circunstâncias coincidentes que envolveram a produção do filme: ter ele sido dirigido por um realizador, «nietzscheano» em certa época, e rodado durante o período tutelar da ocupação nazi da França... Se há fumo sem fogo, só o poderemos (talvez) confirmar ou desmentir ao rever o filme.

Quinta, 23.05, Canal 2

Doutor... Cuidado com Elas
«Doctor in Trouble» (Gr.Bret./1970). Realização de Ralph Thomas. Interpretação de Leslie Phillips, Harry Secombe, Angela Scoular, Irene Handl, Simon Dee, Robert Morley. Cor, 87 minutos.

Apostada, quicá, nessa brilhante cruzada cultural que é a de apresentar as «obras completas» da parelha Thomas (Ralph e Gerald), a RTP continua, sobranceira às críticas, a brindar-nos com sucessivos «fascículos» das séries «Doutor...» e «Com jeito vai...». Esta semana são mais dois, ambos indigentes que baste. Para esquecer.

Sexta, 14.35, Canal 1

Os Ídolos Intocáveis
«Heartbreak Hotel» (EUA/1988). Realização de Chris Columbus. Interpretação de David Keith, Tuesday Weld, Charlie Schlatter, Angela Goethals, Jacqueline Colton. Cor, 98 minutos.

Esforçando-se por quebrar o isolamento e solidão da sua mãe divorciada, «à beira de uma crise de nervos», um adolescente imagina raptar e trazer para casa um autêntico ídolo da sua progenitora - nada mais nada menos do que... o rei, Elvis Presley! Claro que David Keith é excelente na personificação de Elvis (às contas com as suas próprias contradições de «ídolo de pés de barro»); claro que, no meio disto tudo, até há, no filme, momentos de sofrível divertimento. Mas o problema é

que se trata de um dos tais filmes em que ou se alinha no absurdo da história ou não há tempo nem pachorra, sequer, para tomar conhecimento. A decisão é sua...

Sexta, 23.25, Canal 1

Assassinos sem Rosto
«Night Game» (EUA/1989). Realização de Peter Masterson. Interpretação de Roy Scheider, Karen Young, Richard Bradford, Paul Gleason, Carlin Glynn. Cor, 92 minutos.

A caminhar aceleradamente para a mais completa descaracterização de alguns dos seus espaços cinematográficos, a programação da RTP, neste «Pela Noite Dentro», traz-nos mais um espécime de um cinema de terceira ordem, a cargo de realizador e intérpretes a desperdiçar o seu real talento por entre cenas de violência e psicopatia homicida. Uma televisão de cariz cada vez mais sensacionalista, a rastejar pelos «modelos de concorrência» com os futuros operadores privados que, pelos vistos, está perversamente a pretender estabelecer, em jogada de antecipação.

Sexta, 01.50, Canal 1

Cinderello dos Pés Grandes
«Cindéfella» (EUA/1960). Realização de Frank Tashlin. Interpretação de Jerry Lewis, Ed Wynn, Judith Anderson, Anna Maria Alberghetti, Henry Silva, Count Basie. Cor, 85 minutos.

Adaptação matreira do famoso conto de fadas, este filme não é, nem de longe, dos melhores exemplos da frutuosa combinação dos talentos de Tashlin e Lewis. Aqui, Jerry faz de enteado, sofrendo as sevícias da madrasta e dos irmãos. Mas o filme não resistiu ao tempo nem ao inicial efeito-surpresa de alguns gags.

Sábado, 14.15, Canal 1

O Regresso de Don Camilo
«Il Ritorno di Don Camillo» (It./1953). Realização de

Julien Duvivier. Interpretação de Fernandel, Gino Cervi, Delmont, Paolo Stoppa, Alexandre Rignault, Thomy Bourdelle. P/B, 103 minutos.

Dois grandes comediantes (Fernandel e Gino Cervi) e as irresistíveis histórias de Giovanni Guareschi estão na base do êxito inicial de «Don Camilo» e das sequelas que o mesmo par protagonizou, sob a direcção de Duvivier. Aqui o pároco e o presidente da câmara comunista unem-se contra um latifundiário que, ao recusar-se a edificar um dique, provocou a inundação da aldeia.

Sábado, 16.05, Canal 1

Viver e Morrer em Los Angeles

«To Live and Die in L.A.» (EUA/1985). Realização de William Friedkin. Interpretação de William L. Petersen, Wilem Dafoe, John Pankow, Debra Feuer, John Torturro, Darlante Fluegel, Dean Stockwell. Cor, 113 minutos.

Autor discutido de grandes êxitos e de grandes fracassos, William Friedkin alcançou a notoriedade com a conquista do Óscar para o melhor realizador pelo seu filme «Os Inocentes contra a Droga». Adepto de um cinema frenético e alucinante, com incursões nos domínios do thriller policial e do filme de terror, o realizador aposta obcecadamente, por um lado, no rigor clássico da construção narrativa, acelerada, por outro lado, pelo virtuosismo da encenação e da montagem, o que confere a muitas das espectaculares sequências dos seus melhores filmes (como, neste filme, a célebre perseguição de automóvel) um poder de atracção verdadeiramente «irresistível». De par com estas notórias qualidades do seu cinema, revela-se muitas vezes, em Friedkin, um igualmente notório e mórbido desamor pelas personagens que o habitam, o que contribui para algumas (pelo menos) ambiguidades, não pouco inquietantes. Aqui, em «Viver e Morrer em Los Angeles», a tónica da parábola é o embuste, toda a gente engana toda a gente, ninguém é bom ou mau, é mesmo tudo péssimo - traço grosso do retrato humano, feito caricatura, de uma sociedade inegavelmente com marcas desesperantes, mas que se deseja maior investigada e investida com maior rigor e bom gosto, como é honrado exemplo dos clássicos do género.

Domingo, 22.30, Canal 1

Mamã

«Maman» (França). Realização de Roman Goupil. Segunda, 14.35, Canal 1

O Jumento a Vapor

«La Jument-Vapeur» (Fr./1978). Realização de Joyce Bunuel. Interpretação de Carole Laure, Pierre Santini, Liliama Roveyre. Segunda, 00.50, Canal 1

Polícias Corruptos

«Cops Are Robbers» (EUA/1991). Realização de Paul Wendenkos. Interpretação de Ray Sharkey, Steve Railsback, James Keach, Fran Luz. Cor, 91 minutos.

Os Pássaros

«The Birds» (EUA/1963). Realização de Alfred Hitchcock. Interpretação de Tippi Hedren, Rod Taylor, Susan Pleshette, Jessica Tandy, Veronica Cartwright, Ruth McDevitt. Cor, 120 minutos.

Os Adolescentes

«L'Adolescente» (Fr./1978). Realização de Jeanne Moreau. Interpretação de Laetitia Chauveau, Edith Clever, Simone Signoret, Francis Huster, Jacques Weber, Roger Blin. Cor, 90 minutos.

Substituído, há mês e meio, por «A Imperatriz Vermelha», eis uma das mais arrepiantes obras de Hitchcock, a ver sem hesitações. Henry Guieysse conta, com saborosos pormenores, a história da campanha publicitária que rodeou

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A A Mão que Embrala o Berço	★★	—	★★★
B Até ao Fim do Mundo	★★	—	★★
C Desejos Finais	★★	—	★★★
D Mentas que Brilham	★★★	—	★★★★
E Os Últimos Dias do Paraíso	★★	—	★★
F Os Reis do Mambo	★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Curtis Hanson — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/3 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), São Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. Wim Wenders — Amoreiras/7 (13.30, 16.30, 19.30, 22.30), King Triplex/1 (13.00, 15.45, 18.45, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. Phil Joanou — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/2 (14.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Fonte Nova/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- D — Real. Jodie Foster — Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), Mundial/1 (14.00, 16.30, 18.00, 21.30), São Jorge/2 (14.30, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- E — Real. John McTieman — Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), São Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- F — Real. Arne Glimcher — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/8 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), Quarteto/3 (14.30, 17.00, 19.30, 22.00, 24.00), Terminal/2 (15.15, 17.15, 19.15, 21.45) — Lisboa.

o lançamento desta obra, com o próprio Hitchcock a protagonizar um filme-anúncio dando um curso sobre omitologia ao mesmo tempo que saboreava, com malícia, um suculento frango!... Está tudo dito sobre os bastidores que rodearam um filme conhecidíssimo que alcançou um imenso êxito junto do público. Mas, para além desta irónica manobra publicitária, digna de mestre Hitchcock, deve salientar-se que, recuando no tempo, muitos vêm nesta mancomunada revolta da passarada uma fabulosa parábola ecológica tendo, como pano de fundo, a luta entre o Bem e o Mal. Uma inquietante banda sonora (com Bernard Heermann a tratar musicalmente os ruídos), uma truçagem impecável (marco decisivo na história dos «efeitos especiais») e alguns «insuportáveis» planos da famosa câmara subjectiva de Hitchcock, fazem deste filme uma indispensável obra-prima. Agarrem-se bem!

Domingo, 22.30, Canal 1

Mamã

«Maman» (França). Realização de Roman Goupil. Segunda, 14.35, Canal 1

O Jumento a Vapor

«La Jument-Vapeur» (Fr./1978). Realização de Joyce Bunuel. Interpretação de Carole Laure, Pierre Santini, Liliama Roveyre. Segunda, 00.50, Canal 1

As referências falam deste filme como um estudo sobre a condição feminina, a propósito das histórias que rodeiam uma jovem mulher da burguesia francesa mas à qual os privilégios de classe parece nada trazerem de bom.

Segunda, 00.50, Canal 1

Agência de Vigarices

«Carry On Loving» (Gr.Bret./1970). Realização de Gerald Thomas. Interpretação de Sidney James, Kenneth Williams, Charles Howtrey, Bernard Bresslaw. Cor, 86 minutos. Terça, 14.35, Canal 1

A Adolescente

«L'Adolescente» (Fr./1978). Realização de Jeanne Moreau. Interpretação de Laetitia Chauveau, Edith Clever, Simone Signoret, Francis Huster, Jacques Weber, Roger Blin. Cor, 90 minutos.

Passada a curiosidade de se tratar de um filme realizado por uma

grande actriz, as referências não são entusiasmantes a propósito desta cinematização da história de uma jovem parisiense que, no Verão de 1939, vem passar as suas férias com a avó a uma aldeia na região de Auvergne, prendendo-se de amores por um jovem médico de origem judaica com o qual sua mãe tivera uma ligação amorosa.

Terça, 22.15, Canal 2

Ski Patrol

(EUA/1990). Realização de Richard Correll. Interpretação de Roger Rose, T. K. Carter, Paul Feig, Martin Mull, Ray Walston. Cor, 91 minutos.

Com a mesma equipa de produção e actores da série «Academia de Polícia», o chorrilho de idiotices é o mesmo e o tempo que se perderia a vê-lo... precioso. Não ligue!

Quarta, 14.35, Canal 1

Cerimónia Secreta

«Secret Ceremony» (Gr.Bret./1969). Realização de Joseph Losey. Interpretação de Elizabeth Taylor, Mia Farrow, Robert Mitchum, Pamela Brown, Paggy Ashcroft. Cor, 103 minutos.

Leonora, uma prostituta, visita o túmulo de sua filha. Mas é seguida por uma jovem estranha, Cenci, que insinua que Leonora é a sua própria mãe, Margaret, dada como morta... Surge depois Albert, que se entregava a jogos perversos com Cenci... Mais tarde, Cenci suicida-se e Leonora mata Albert... Drama psicológico, profundamente estranho, realizado por um grande realizador inglês e protagonizado por excelentes intérpretes, é entretanto de reccar que a cópia a ser exibida pela RTP pouco tenha a ver com o original, já que a Universal cortou algumas cenas e fez filmar outras para que o filme fosse mais «aceitável» pela televisão. A ver vamos.

Quarta, 21.35, Canal 1

TEATRO

CASA DA COMÉDIA

R. S. Francisco Borja, 24. Tel. 607299. De 4ª a dom. às 21.30. **GOODBYE SÉCULO 20**, texto e encenação de Fernando Gomes.

TEATRO ABERTO

Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **MARIDO VAI À CAÇA**, de George Feydeau, encenação de Fernando Gomes.

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17: **FEIRA VICENTINA**, textos de Gil Vicente, encenação de João Mota, pelo Teatro da Comuna (até 5/7). 6ª às 21.45: **CABARET DO PRAZER E DA MEMÓRIA**, pelo grupo de teatro Intervalo, encenação de Armando Caldas (até 3/7). **Café-Teatro**: sáb. às 24.00, II **FESTIVAL DA OTITE**, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO DA GRAÇA

Trav. de S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A GAI-VOTA**, de Anton Tchekov, encenação de Gastão Cruz.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo, 90-A. Tel 538586. De 3ª a dom. às 21.00, dom. também, às 16. **QUEM MUDA A FRALDA À MENINA?**, de Francisco Ors, encenação de Armando Cortez.

Para crianças

TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira. Tel 3639974. Sáb., dom. e 3ª às 16.00. **PIQUE-NIQUE NA FLORESTA**, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL (até ao fim do mês).

TEATRO PAPA-LÉGUAS

R. Prof. Santos Lucas, 36-A (a Benfica) Tel. 7148123. Sáb. às 16.00, dom. às 11.00. **SOPA E COISAS SELVAGENS**.

Tempo

Céu geralmente pouco nublado, apresentando-se por vezes muito nublado. Vento fraco a moderado, soprando por vezes com rajadas. Possibilidades de ocorrência de alguns aguaceiros ou chuva fraca.



PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
5	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
6	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
7	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
8	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
9	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
10	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
11	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
12	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
13	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Horizontais: 1 — Prepararemos; 2 — Cidade nabantina; espancou. 3 — Art.; cont. Prep. e Art.; apologia (fig.); sem roupa. 4 — Consentimento; ente; meio parvos. 5 — Deus grego e romano dos rebanhos, do dia e do Sol; um dos planetas do sistema solar. 6 — Prep.; congénito; acolá. 7 — Cura; marido de Fátima e genro de Maomet; cumpre. 8 — Feiteira; rei dos Hunos que se intitulava o «Flagelo de Deus»; prendem. 9 — Vigia; olar. 10 — Cloreto de sódio; pedido de socorro no mar; rio que passa por Leiria. 11 — Estão em Lima; regressa; metade de Atenas; art. 12 — Possessão portuguesa na Oceania; sacrifica matando. 13 — Primeiro rei dos Israelitas; nulo; jarro (planta).

Verticais: 1 — Postura; concubinas. 2 — Nota musical; abaixem. 3 — Astatino (símb.); mato espesso; tratamento familiar. 4 — Jibóia; alavanca que se move com o pé; miserável. 5 — Imóvel; lombo de boi entre a pá e o cachão. 6 — Roupas quentes para o Inverno; quinquagésimo primeiro; nesse lugar; apoquentá. 7 — Caminhar; peças de música instrumental composta de várias partes; Radon (símb.). 8 — Popa; naquele lugar; sim no dialecto românico falado ao Sul do Líger. 9 — Campeão; rutilantes; pref. neg.. 10 — Relação; letra grega; outra coisa; idolatre. 11 — Cidade museu portuguesa; elevado. 12 — Rale; madrepérola; a de que falamos. 13 — Alternativa; que voa; ataque de paralisia. 14 — Meia nota; país europeu. 15 — Atrave-se; convertam em massa.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

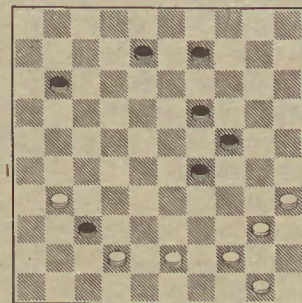
Horizontais: 1 — Alcazar; Garrett. 2 — Suez; gotas; arar. 3 — Sim; autores; apa. 4 — És; Otão; está; At. 5 — Xaile; SOS; olar. 6 — Seus; SP; vai. 7 — São; unira; ais. 8 — Goa; Ga; lira. 9 — Ração; Aar; barão. 10 — El; fman; emir; Cr. 11 — Iha; Omíadas; ror. 12 — Hora; âmbar; lide. 13 — Asilara; referes.

Verticais: 1 — Assexo; grelha. 2 — Luísa; soalhos. 3 — Cem; Isaac; ari. 4 — Az; óleo; af; al. 5 — Ateu; gomo. 6 — Água; sua; amar. 7 — Rotos; anima. 8 — Tó; oliva; ab. 9 — Gares; redar. 10 — Ases; sal; maré. 11 — Stop; íbis. 12 — Rã; al; arar; lê. 13 — Era; aviar; rir. 14 — Taparas; acode. 15 — Tratei; Torres.

DAMAS

CCCLXI - 25 de Junho de 1992
Proposição N.º 1992D051
Por: P. BROYER — 1972

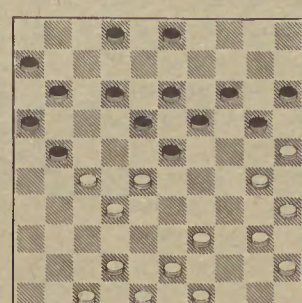
Pr.: [7]: 8-9-11-19-24-29-37
Br.: [7]: 31-35-40-42-43-44-50



Brancas Jogam e ganham (7T)

Proposição N.º 1992D052
Por: BENEDICTUS SPRINGER
Dam Wereld, Fev 1948

Pr.: [14]: 2-3-6-11-12-13-14-15-16-18-19-20-21-23
Br.: [14]: 25-27-28-30-32-35-39-40-42-43-45-47-48-49

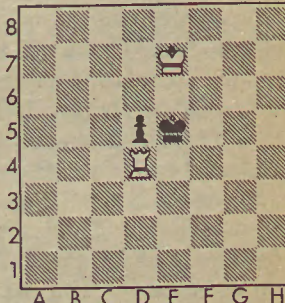


Brancas jogam e ganham

XADREZ

CCCLXI - 25 de Junho de 1992
Proposição N.º 1992X051
Por: RICHARD RETI
Tidskrift, 1922

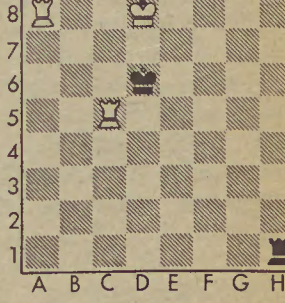
Pr.: [2]: Pd5 - R65
Br.: [2]: Td4 - R67



Brancas Jogam e ganham

Proposição N.º 1992X052
Civis Bononial, 1300

Pr.: [2]: Th1 - Rd6
Br.: [3]: Ts a8, c5-Rd8



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLX

N.º 1992D051 [P. B.]: 1. 35-30!, (37X39); 2. 44X33, (24X44); 3. 33X2-D, (44-49-D); 4. 2X16, (49-40...); 5. 50-44 (...40X49); 6. 31-27 e 7. 16X4+
N.º 1992D052 [B. S.]: 1. 30-24!, (20X29*); 2. 27-22, (18X38); 3. 42X24, (23X32*); 4. 24-20, (15X24); 5. 43-38, (32X34); 6. 40X7+

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXI

N.º 1992X051 [R. R.]: 1. Td2 (d3)!, d4; 2. Td1, Rd5; 3. Rd7, R65; 4. R66, R64; 5. R65 e g.
N.º 1992X052 [C. B.]: 1. th5!, Th5; 2. Ta6+, R...; 3. Ta5+ e g.

A. de M. M.

A. de M. M.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

A reconversão da banana

Confluíram nesta semana alguns acontecimentos interessantes, a começar por "um fenómeno irreversível" anunciado pelo presidente do Governo Regional da Madeira, em plena Exposição de Sevilha: a reconversão da banana. É claro que Alberto João Jardim nem de banana precisa para ser, ele próprio, um fenómeno, mas infelizmente o que em geral move a espécie humana não está assim tão tocado pela predestinação — limita-se a funcionar no, como agora se diz, "encontro geométrico" das realidades que por aí andam e, sobretudo, mandam. Um desses acontecimentos passou quase despercebido, apesar de ser o primeiro aniversário de algo que, há um ano, agitou largamente o País. Falamos da inauguração da ponte de S. João, no Porto, que o Governo de Cavaco Silva quis, à viva força, inaugurar a quatro meses das eleições para mostrar obra, apesar de o responsável da dita gritar aos quatro ventos e a todos os microfones que lhe puseram à frente que a ponte não estava terminada e não havia condições de segurança para o fazer. Um ano depois a ponte continua por terminar e o seu autor, o engenheiro Edgar Cardoso, a reafirmar tudo o que dissera, como o puderam constatar os telespectadores com insónias que o ouviram e viram no noticiário que a RTP costuma dar de madrugada a fingir que são 24 horas. Disse-o ele, ouvimo-lo nós, e até se ficou a saber o que falta ao projecto da ponte: os acabamentos de interior da estrutura, propriamente dita, e qualquer coisa como 70% das obras circundantes, sem as quais a rapidez que se obteve no atravessamento do rio fica reduzida a zero. Mas isso não interessa ao Governo de Cavaco Silva: as obras são para ganhar eleições e não para servir o País ou, sequer, funcionar em segurança.

Tal como os actos eleitorais são para satisfazer o poder — e aí adjectivam-se de "representativos" — ou para o contrariar — o que lhe põe em causa o próprio significado democrático, como se está a ver com a questão do "não" que os dinamarqueses referendaram contra o Tratado de Maastricht. E aí temos, a desaguar também nesta última semana, novos desenvolvimentos do caso, nomeadamente com o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, a ameaçar pura e simplesmente a Dinamarca de que "perderá os subsídios comunitários da Política Agrícola Comum (PAC), caso mantenha o não ao Tratado" — isto apesar do senhor não ter qualquer competência que lhe permita afirmar tal arrogância, quanto mais concretizá-la.

Igualmente desembocou nesta semana o estertor da presidência portuguesa das Comunidades. Cavaco Silva regressou de uma longa viagem pelas capitais europeias — onde, naturalmente, não se atreveu aos autoritarismos que costuma expender, isso é coisa para os Delors — e chegou tão murcho que nem conseguiu disfarçar. Tendo imaginado a cimeira de Lisboa, que agora culmina a presidência portuguesa, como um acto apoteótico para encantar gambuzinos, Cavaco Silva apareceu tão descoroçoado da sua "ronda europeia", que apenas conseguiu dizer aos jornalistas que "tenho neste momento um conhecimento muito completo das posições de cada um dos países (da Comunidade) e tenho que ser realista".

O Primeiro-Ministro português tem de ser *realista*. Resta saber em relação a quê.

Se é em relação às suas próprias expectativas, então o País tem de saber quais elas eram e por que já não o são.

Se tem a ver com o "conhecimento muito completo" que agora possui dos países da Comunidade, há que averiguar o que andou a "presidência portuguesa" a fazer durante seis meses.

E já agora convinha saber se Cavaco Silva sabe o significado do termo "*realista*". É que o homem lê tão pouco...

■ HC

Amanhã no Centro Cultural de Belém Agricultores portugueses contra a PAC europeia

O protesto da CNA ocorre durante a última reunião da presidência portuguesa da CEE

Dirigentes associativos agrícolas, nacionais e regionais, vão estar amanhã concentrados frente ao Centro Cultural de Belém, respondendo a uma convocatória da CNA — Confederação Nacional da Agricultura —, com o objectivo de protestar contra o recente acordo de reforma da PAC — Política Agrícola Comum — ao mesmo tempo que decorre a Cimeira dos primeiros-ministros da Comunidade Europeia, que encerrará o período de presidência portuguesa da CEE.

Para a CNA, «ao contrário do que diz o senhor ministro Arlindo Cunha», esta nova PAC vai provocar uma grande baixa dos preços na produção, a diminuição da produção agrícola nacional, e o aumento das importações e da dependência alimentar e económica do país, uma nova quebra dos rendimentos dos agricultores e a



O seminário da CNA sobre a PAC teve larga participação de técnicos e agricultores

ruína das explorações de base familiar, a completa descaracterização do meio rural com graves problemas sociais e ecológicos, com desertificação humana e eucaliptização de terras agrícolas.

A CNA exige uma outra reforma da PAC que tenha em conta a manutenção dos poderes e competências da Casa do Douro e a não redu-

ção do quantitativo do benefício do Vinho do Porto para o corrente ano; urgentes intervenções no vinho e no gado sob directa responsabilidade governamental; a regularização do escoamento da batata com a garantia de preços compensadores à produção; a bonificação «significativa» das taxas de juro do crédito agrícola e a baixa do preço dos principais factores

de produção; a renegociação da II Fase de Adesão com o objectivo de conseguir da Comunidade condições mais favoráveis ao nosso sector agrícola.

Seminário condena PAC

A Política Agrícola Comum esteve aliás em debate a semana passada num seminário organizado pela Confederação Nacional da Agricultura que pôs em debate no Forum Picoas em Lisboa técnicos e agricultores. Para além do período de debate, o seminário incluiu espaço para três comunicações: João Vieira, da Direcção da CNA, o engenheiro agrónomo Santos Varela (director de serviços da DEGMAIAA e assessor do ministro da Agricultura) e o professor doutor Fernando Oliveira Baptista (do Instituto Superior de Agronomia).

De hoje até domingo Jornada de esclarecimento sobre Maastricht

Por um Portugal de Progresso e Justiça numa Europa de Paz e Cooperação - Portugal sim Maastricht Não, é o lema de uma Jornada de informação e esclarecimento que a partir de hoje e até domingo irá decorrer em todo o país, divulgando a posição do Partido Comunista Português sobre o Tratado de União Europeia, na sequência da reunião a semana passada do Comité Central do Partido sobre o assunto. O espaço de esclarecimento vai no entanto estender-se para além destas datas, em acções de contacto com as populações na base da distribuição dos documentos preparados para o efeito.

Amanhã em alguns jornais diários aparecerá uma mensagem do PCP sobre Maastricht, explicando as razões a a fundamentação da posição do PCP sobre a matéria e chamando a atenção para um tempo de antena no primeiro canal da RDP (ANTENA 1) que também amanhã será transmitido.

O conteúdo e as implicações do Tratado de Maastricht são explicados em dois folhetos, um (a cores e que terá divulgação nacional) que sintetiza as principais questões, um outro com o texto saído da última reunião do Comité Central sobre o assunto e que que para além

Portugal
de progresso e justiça
numa Europa
de paz
e cooperação.
SIM

Maastricht
Não!
Partido Comunista Português

do processo de distribuição geral fará parte também de um mailing que será entregue a pessoas, instituições e outras organizações sociais. Um cartaz de grande formato completa o material gráfico disponível para esta jornada que contará ainda com material sonoro a transmitir em bancas e carros de som.

Entre as acções previstas destaca-se uma, a título de exemplo, que se realiza já amanhã a partir das 12 horas na baixa de Lisboa. A iniciativa ocorre ao mesmo tempo que o primeiro dia de trabalhos da Cimeira de Chefes de Estado da Comunidade Europeia, a encerrar o período da presidência portuguesa da CEE. Destacados dirigentes do PCP e deputados comunistas vão estar na baixa lisboeta em contactos directos com a população.

Suspeita de «jogo escuro» da TAP Protesto da SAAL no aeroporto de Lisboa

Desde as oito horas da manhã de hoje, junto ao Aeroporto de Lisboa, trabalhadores da SAAL (empresa que fornecia em exclusivo refeições à TAP) estão em acção de protesto num processo de luta que se arrasta há já quatro meses, desde que o Conselho de Administração da TAP rescindiu unilateralmente o contrato que ligava as duas empresas e que devia vigorar até ao final deste ano.

Uma decisão que coloca no desemprego 300 trabalhadores, e mesmo algumas famílias completas, que já têm salários em atraso e que devia vigorar até ao final deste ano.

Os trabalhadores da SAAL foram já recebidos pela Presidência da República, grupos parlamentares e presidente da Assembleia da

República. O primeiro-ministro recusou receber estes trabalhadores, remetendo-os para o ministério dos Transportes. Este, por sua vez, remeteu-os para o Conselho de Administração da TAP que, por sua vez, recusou receber a delegação de trabalhadores, remetendo-os de novo para o ministro dos Transportes. Também o ministro do Emprego e Segurança Social recusou receber os trabalhadores mandando dizer pelo seu adjunto que se está perante um «problema técnico que demora o seu tempo a ser resolvido».

Para os trabalhadores «o problema é político pois são vários os indícios de jogo escuro», estando, por razões desconhecidas, a privilegiar-se uma empresa de capitais estrangeiros - a CATERAIR ex-MARRIOT - em detrimento de uma empresa nacional.

PCP saúda atribuição da EXPO98 a Lisboa

O PCP congratula-se com a atribuição a Lisboa da organização da EXPO98 que, na sequência da realização em 1994 de «Lisboa — Capital Europeia da Cultura», testemunha o prestígio internacional da nossa capital.

O PCP sublinha a grande importância da realização da EXPO98 dever permitir e favorecer a qualificação, remodelação e revalorização da Zona Oriental de Lisboa e destaca a imprescindibilidade de uma larga convergência de esforços de diversas entidades, entre as quais necessariamente a Câmara Municipal de Lisboa, com vista ao êxito desta grande iniciativa.

Nota do Gabinete de Imprensa do PCP - de 23.6.92